UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

EDUARDO VIEIRA LANZA

**Potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no
espaço rural: o estudo de dois bairros do município de Delfim Moreira – MG**

São Paulo
2021

EDUARDO VIEIRA LANZA

Potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural: o estudo de dois bairros do município de Delfim Moreira – MG

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidade (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do título de Mestre em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 30 de abril de 2021. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração:
Desenvolvimento do Turismo

Orientadora:
Profa. Dra. Debora Cordeiro Braga

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8 - 4936

Lanza, Eduardo Vieira

Potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural: o estudo de dois bairros do município de Delfim Moreira - MG / Eduardo Vieira Lanza ; orientadora, Debora Cordeiro Braga. – 2021.

140 f : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Versão corrigida

1. Turismo - Delfim Moreira (MG). 2. Desenvolvimento turístico - Delfim Moreira (MG). 3. Comunidades locais - Delfim Moreira (MG). 4. Turismo rural - Delfim Moreira (MG). I. Braga, Debora Cordeiro, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 910.98151

Nome: LANZA, Eduardo Vieira.

Título: Potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural: o estudo de dois bairros do município de Delfim Moreira – MG.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Artes Ciências e Humanidade (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Área de concentração:
Desenvolvimento do Turismo

Aprovado em: 30/04/2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Instituição: EACH/USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Odaléia Telles Marcondes
Machado

Instituição: ESALQ/USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Pedro de Alcântara
Bittencourt César

Instituição: UCS-Caxias do Sul

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

O agradecimento especial a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH – USP), pela oportunidade de participar como aluno de mestrado de uma instituição que é sinônimo de competência e ensinamento de qualidade no Brasil e no mundo.

Durante todo o processo de construção da dissertação ocorreram muitos acontecimentos em minha vida, alguns ruins, mas na sua maioria bons. As experiências durante esses três anos só trouxeram aprendizados e amigos para o meu convívio e os levarei por toda minha vida.

O apoio da família e dos amigos e amigas foram fundamentais para conseguir chegar até aqui. Muitas conversas, noites e madrugadas de estudos, dedicação em período integral e de férias, tentando sempre conciliar estudo e trabalho durante esse período, momento que fiz muitas escolhas para poder sempre focar e me dedicar a esse trabalho que sempre foi meu sonho.

O início foi marcado com minha chegada a EACH USP como aluno especial, onde tive o privilégio e oportunidade de ter como primeiro professor nessa universidade o Professor Dr. Edegar Luiz Tomazzoni que me acolheu, proporcionando que eu me ambientasse com o local, tirando todas as minhas dúvidas e me informando sobre essa nova etapa em minha vida, os incentivos e caminhos traçados foi ele quem me proporcionou para chegar como aluno regular no programa de mestrado, gratidão.

Um agradecimento especial à orientadora Profa. Dra. Debora Cordeiro Braga que me acolheu, ensinou, orientou e não mediu esforços para que pudéssemos completar essa jornada. Fica minha gratidão e amizade pelos laços formados.

A todo o corpo docente da EACH USP, que estiveram conosco durante todo esse período e a todos os colaboradores(as) da universidade que de alguma maneira se fizeram presentes. Aos colegas de classe, muitos agora amigos para toda a vida, gratidão por todo apoio, incentivos, conselhos que foram fundamentais para o aprendizado.

Agradecimento especial a todos os entrevistados(as) dos bairros Rosário e São Bernardo, pessoas que tive o privilégio de conviver durante um grande período. Muitos finais de semana, folgas etc. Foram dias aos quais estive em convivência com essas pessoas, construindo uma relação de amizade e reforçando os laços com aqueles que

já os conhecia. Agradeço a acolhida, as entrevistas, as boas conversas que tornaram essa dissertação possível.

Aos amigos, diretoria e associados do Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira (CTCM) que sempre me apoiaram e incentivaram conciliar trabalho e estudos, tornando possível a construção dessa dissertação.

À banca de exame de qualificação formada pelo Prof. Dr. Sidnei Raimundo e a professora Dra. Luzia Neide Coriolano pelas contribuições, orientações e direcionamentos com olhar crítico que deveria ter como pesquisador.

Aos meus pais, Sebastiano Lanza e Maria do Carmo Aparecida Lanza, por sempre estarem presentes me incentivando e apoiando nos momentos mais desafiadores, ambos cuidando dos negócios da família.

Ao amigo e companheiro de todos os momentos, Highlander sempre presente, incentivando me apoiando nas horas que mais precisei, dedicando-se sempre aos negócios da família.

À minha irmã, Fernanda pelos apoios e incentivos e por ajudar nos cuidados e na dedicação com os negócios da família.

Ao Jonatas por todo apoio e por se fazer presente com muita dedicação nos novos negócios da família que foram e estão sendo o grande desafio do momento.

A meus amados tios de São Paulo, família que tenho muita gratidão por sempre me receberem com muito carinho e amor, gratidão tia Anna, tio Santiago e tia Joseppa (tia Pepina) a qual sinto saudades eternas. Gratidão a todos da família que de alguma maneira me apoiaram nesses momentos.

Em especial a Juliana, pelo apoio, dedicação no auxílio, na leitura e formatação dos textos produzidos e de toda a dissertação. Gratidão!

RESUMO

LANZA, Eduardo Vieira. Potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural: o estudo de dois bairros do município de Delfim Moreira – MG. 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Versão corrigida.

As comunidades rurais e as pessoas que residem nessas localidades, enfrentam grandes dificuldades de geração de renda com as atividades desenvolvidas atualmente, além do problema do êxodo rural. Para combater essas adversidades e ampliar as possibilidades, é importante conhecer a disposição de moradores de áreas rurais em criar e desenvolver outras atividades, além das agropecuárias que fazem parte de seu cotidiano para verificar as possibilidades de introdução de intervenções ligadas a outras atividades econômicas. O turismo de base comunitária tem se apresentado como uma alternativa para fixar pessoas no espaço rural e fortalecer seus laços com a cultura local e modos de fazer tradicionais, bem como promover a união e o fortalecimento dos moradores para construção de um projeto próprio de turismo, baseado na sustentabilidade. Para isso, esta pesquisa visa verificar as características das comunidades e dos bens e serviços dos bairros rurais de Rosário e São Bernardo, localizados no município de Delfim Moreira, para entender as potencialidades destes dois locais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural. Para tanto, o referencial teórico foi estruturado considerando os seguintes temas: turismo no espaço rural, comunidade rural, turismo de base comunitária e ações de políticas públicas, o qual concluiu-se que o turismo de base comunitária alinha diretrizes e ações estruturadas nos princípios do cooperativismo buscando o desenvolvimento local. Os procedimentos metodológicos se fundamentaram na etnografia, sendo sua principal técnica de pesquisa a observação participante, com a realização de entrevistas, que ocorreram nos meses de agosto a outubro de dois mil e vinte, junto a líderes comunitários, seguindo o método de bola de neve para definir um total de sete entrevistados em cada bairro. Na pesquisa, o trabalho exploratório foi realizado com a vivência em campo contemplando etapas de aplicação de entrevistas e questionários em conjunto com a observação participante. Os resultados obtidos revelam a necessidade da comunidade ser a protagonista do processo de desenvolvimento comunitário, articulando as ações a serem discutidas e planejadas que irão impulsionar o desenvolvimento turístico da região.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Espaço rural. Desenvolvimento do turismo. Participação comunitária.

ABSTRACT

LANZA, Eduardo Vieira. Potentialities for the development of community-based tourism in rural areas: the study of two neighborhoods in the municipality of Delfim Moreira – MG. 2021. 140f. Dissertation (Master of Science) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2021. Corrected version.

The rural communities and the people who live in them, face income generation difficulties with the work currently developed, in addition to the rural exodus. In order to combat these adversities and expand the possibilities, it is important to know the willingness of rural residents to create and develop other activities, in addition to the farming activities that are part of their daily lives to verify the possibilities of introducing interventions linked to other economic activities. Community-based tourism has presented itself as an alternative to accommodate people in rural areas and strengthen their ties to local culture and traditional ways of doing, as well as promoting the union and strengthening of residents to build their own tourism project, based on sustainability. For this purpose, this research aims to identify the characteristics of the communities and goods and services of the rural neighborhoods of Rosario and São Bernardo, located in the municipality of Delfim Moreira, in order to understand the potentialities of these two places for CBT development. Therefore, the theoretical framework was developed based on the following themes: tourism in rural areas, rural communities, CBT and public policy actions, which concluded that the CBT aligns guidelines and actions structured on the principles of cooperativism seeking local development. The methodology was ethnographic, and the main method of analysis was participant observation with interviews taking place during the months of August to October of two thousand twenty, with community leaders, following the snowball technique to define a total of seven interviewees in each neighborhood. In the research, the exploratory work was done through field experience including the application of interviews and questionnaires, as well as participant observation. The results obtained reveal that the community must be the protagonist in the community development process, articulating the actions to be discussed and planned that will boost the tourism development of the region.

Keywords: Community-based tourism. Rural district. Tourism development. Community participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região definida como Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira	49
Figura 2: Maria fumaça parada na estação Delfim Moreira e imagem parcial da cidade	60
Figura 3: Produção de Marmelada da Fábrica de Conservas Colombo	61
Figura 4: Casarão que pertencia ao senhor Albino José Alves	62
Figura 5: Delfim Moreira no estado de Minas Gerais	65
Figura 6: Delfim Moreira e municípios limítrofes	66
Figura 7: Rodovias de acesso	67
Figura 8: Ribeirão do Rosário.....	72
Figura 9: Estrada de acesso ao bairro Rosário	73
Figura 10: Casa rural.....	74
Figura 11: Criação de gado e cultivo de frutas	75
Figura 12: Pesqueiro e restaurante Espaço da Cachoeira	76
Figura 13: Fazenda Campos Lima	77
Figura 14: Divulgação café colonial Sítio Serra Dourada	78
Figura 15: Ribeirão do Rosário.....	79
Figura 16: Truticultura	80
Figura 17: Bairro Rosário	80
Figura 18: Maiores altitudes e exposição de flora e fauna preservadas.....	81
Figura 19: Vista das instalações da Fundação ROGE	82
Figura 20: Sítio Serra Dourada.....	84
Figura 21: Tradicional quadrilha	85
Figura 22: Festa dia das crianças	86
Figura 23: Jornal informativo do Centro Comunitário do Rosário.....	87
Figura 24: Ponte do Encontro.....	93
Figura 25: Tela representando o Dia do Encontro.....	94
Figura 26: Estrada de acesso ao bairro São Bernardo	95
Figura 27: Imagem da região	96
Figura 28 e 29: Propriedades rurais	97
Figura 30 e 31: Criação de animais e cultivo de horta	97
Figura 32 e 33: Rio Barba de Bode e produção de milho e abóbora.....	98
Figura 34 e 35: Vista da parte central do bairro	99

Figura 36: Notícia sobre inauguração laticínio comunitário	100
Figura 37: Vista Mirante do Cruzeiro do São Bernardo	101
Figura 38: Antiga escola do bairro São Bernardo.....	102
Figura 39: Geada Bairro São Bernardo.....	103
Figura 40: Araucaria angustifolia.....	104
Figura 41: Produção de queijo meia cura.....	106
Figura 42: Quadra do bairro	108
Figura 43: Trabalhador rural.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

A & B	Alimentos e bebidas
ABAV MG	Associação Brasileira de Agências de Viagem de Minas Gerais
ANPTUR	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
APA	Área de Preservação Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
APODEM	Associação de Produtores Orgânicos de Delfim Moreira
CCBR	Centro Comunitário Bairro Rosário
CCBSB	Centro Comunitário Bairro São Bernardo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COVID-19	Corona Virus Disease
CRIT	Centro Regional de Informações Turísticas
CTCM	Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira
EACH	Escola de Artes, Ciências e Humanidades
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
JAMAN	Jovens Amigos da Mantiqueira
KM	Quilômetro
KM ²	Quilômetro quadrado
M	Metro
MG	Minas Gerais
MTUR	Ministério do Turismo
N.º	Número
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG's	Organizações Não Governamentais
PE	Pernambuco
PPTUR	Programa de Pós-graduação em Turismo
PUC	Pontifícia Universidade Católica
s/d	Sem data
SA	Sociedade Anônima
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SET-MG	Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
SISTUR	Sistema de Turismo
TAR	Turismo em Áreas Rurais
TBC	Turismo de Base Comunitária
TER	Turismo no Espaço Rural
TR	Turismo Rural
USP	Universidade de São Paulo
E1	Líder religioso
E2	Líder político
E3	Membro da associação
E4	Líder religioso
E5	Líder político
E6	Líder político
E7	Membro de associação
E8	Membro de associação
E9	Membro de associação
E10	Membro de associação
E11	Membro de associação
E12	Membro de associação
E13	Membro de associação
E14	Produtor rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS INERENTES AO (TER)	21
2.1 TURISMO NO ESPAÇO RURAL	21
2.2 COMUNIDADE NO ESPAÇO RURAL.....	30
2.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	35
2.4 AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS	43
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	50
4 DELFIM MOREIRA	57
5 BAIRRO ROSÁRIO	71
5.1 CARACTERÍSTICAS PAISAGÍSTICAS E DEMOGRÁFICAS	71
5.2. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE	81
5.3. APROXIMAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	88
6 BAIRRO SÃO BERNARDO	93
6.1. CARACTERÍSTICAS PAISAGÍSTICAS E DEMOGRÁFICAS	93
6.2. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE	104
6.3. APROXIMAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	109
7 APROXIMAÇÕES DAS COMUNIDADES COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIO NO ESPAÇO RURAL.....	114
7.1 BAIRRO ROSÁRIO	114
7.2 BAIRRO SÃO BERNARDO	119
7.3 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS	123
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO AOS LÍDERES COMUNITÁRIOS	139
APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	140

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística se mostra nos dias de hoje como uma alternativa viável de desenvolvimento, agregando valores, social, econômico e cultural. Para que isso ocorra, é necessário haver a inter-relação entre turistas e comunidade local, a experiência a ser trocada e vivenciada, caso aqueles que recebem, ou seja, a comunidade local, esteja disposta a retratar o seu dia a dia com turistas que buscam novas culturas e novos conhecimentos, poderá ser uma relação frutífera, aliando e integrando as atividades já existentes no meio rural. Nesse sentido, gerando valorização para a comunidade local que busca no turismo uma alternativa de renda e desenvolvimento e, ao mesmo tempo proporcionando experiências e aprendizados para aqueles que vivenciam novas culturas.

A aliança e o trabalho em cooperação são fundamentais para o fortalecimento do turismo, em destaque no espaço rural. A valorização da atividade turística e seu pleno desenvolvimento acontece quando a comunidade entende e busca alternativas de preservação e enaltecimento das questões socioculturais e ambientais da região onde vivem. Além disso, busca a conexão da comunidade local para o trabalho de cooperação, planejando e decidindo os objetivos e propósitos que os moradores locais gostariam de promover, como alternativa de desenvolvimento e renda a médio e longo prazo.

Queiroz (2012) afirma que os elementos paisagísticos presentes no meio rural, tais como as matas, os rios e suas cachoeiras, as formas de relevo e a fauna, bem como, a cultura local tornam-se atrativos, mantendo suas funções originais e incorporando outras relacionadas ao turismo.

Portanto, a participação da população local residente, consiste em um fator importante e de fundamental valor para o desenvolvimento do turismo, já que esta atividade poderá gerar impactos indesejados nas comunidades em razão do fluxo de visitantes. O turismo de base comunitária no espaço rural, segmento que tem sido um modelo ideal e que vem transformando inúmeras comunidades em guardiãs de seus recursos e patrimônios, por se colocarem como protagonistas no processo de promoção local, aproveitando-se de seus saberes na produção agropecuária e com a apropriação da cultura endógena e bens socioculturais.

Porém, este segmento de turismo voltado para base comunitária necessita de um estudo detalhado, além de investimentos do setor público e o envolvimento de

todos. Em outras palavras, o desenvolvimento do turismo de base comunitária (TBC) em regiões pouco exploradas pode ser um desafio, já que necessita de engajamento de vários setores, principalmente da comunidade. Neste contexto, Beni (2006a) afirma que o turismo, como alternativa de lazer ou de tempo livre, surge com potencial relevante para o desenvolvimento. O turismo passa a ser uma atividade diferenciada e superior, gerando amplas oportunidades, energia e informação aos sistemas social e cultural, oportunizando atitudes e realizações humanas.

Nesse cenário, diante da oportunidade de desenvolvimento gerada pelo turismo de base comunitária, a observação das características naturais existentes na região sul de Minas Gerais localizadas na Serra da Mantiqueira, tais como cachoeiras, montanhas, clima ameno e agradável o ano todo, aliada aos monumentos históricos e comunidades com muita riqueza cultural motivaram na escolha pelo local de aplicação do estudo.

Para compreender o potencial de desenvolvimento do turismo em Minas Gerais, é necessário conhecer alguns dados sobre este estado. Segundo o Censo de 2010, Minas Gerais possuía população de 21 milhões de habitantes e uma área de 587 mil m². No estado, existem órgãos como o Observatório do Turismo de Minas Gerais, que tem como objetivo monitorar o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais, por meio de pesquisas, levantamentos numéricos e elaboração de indicadores. Este órgão afirma que no ano de 2017, Minas Gerais recebeu 26,5 milhões de turistas, representando um crescimento de 2,5% em relação ao ano anterior. Informações do mesmo órgão, mostraram que em 2018 o fluxo de turistas projetou cerca de R\$ 18,2 milhões na economia mineira. A principal motivação das pessoas que visitaram Minas foi a procura de lazer, sendo que, 45,3% buscaram o turismo cultural, enquanto os que buscaram o contato com a natureza e o meio rural foram 35,7%.

Dentro dessa perspectiva, o município de Delfim Moreira, devido às suas características geográficas e climáticas, destaca-se no estado e na região do Sul de Minas com seu potencial intrínseco aos segmentos de turismo rural e na natureza, pela preservação ambiental existente e considerável número de atrativos para a prática de atividades nesses locais. É isso que define o Plano Municipal de Turismo de Delfim Moreira, elaborado pela Secretaria Municipal de Turismo do município, ao afirmar que esta cidade se destaca no cenário turístico pelas suas cachoeiras, paisagens e patrimônios históricos. O município conta com um número pequeno de

hotéis e pousadas, mas que atendem à demanda atual. Muitos desses empreendimentos oferecem diversas experiências relacionadas as atividades da fazenda, trilhas, passeios, boa comida, entre outras atividades de lazer.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Delfim Moreira (2015), o município está localizado no Sul do estado a aproximadamente 475 km da capital Belo Horizonte, sua área total é de 409 km² e sua principal atividade econômica está baseada na produção de subsistência, ligada à agropecuária. Geralmente, tudo que é produzido no município não é beneficiado, perdendo grande oportunidade de participar da fatia de mercado de produtos agregados que poderiam ser comercializados a turistas e visitantes.

O turismo está em fase inicial de desenvolvimento, já que existem apenas projetos individuais voltados, principalmente, para o turismo rural. No caso do turismo de base comunitária, sua prática em propriedades e empreendimentos é quase inexistente, pois se trata de um tema muito novo e que necessita ser divulgado ou que já exista essa atividade em algumas propriedades para que sirvam de exemplo e incentivo.

As áreas de estudo desse trabalho são dois bairros rurais do município de Delfim Moreira – MG, os bairros Rosário e São Bernardo. Segundo informações da Secretaria Municipal de Turismo, nessas localidades residem grupos de moradores que se distanciaram ou desistiram da produção de produtos, aos quais elas estavam acostumadas, devido a questões relacionadas aos custos de produção, preço de venda, dificuldades de acesso, falta de mão de obra qualificada, entre outros. Portanto, nestes locais o turismo de base comunitária surge como uma alternativa que busca diminuir ou acabar com esses impactos, desde que seja debatido e planejado com toda a comunidade respeitando os aspectos desse formato de turismo.

O turismo de base comunitária nestas localidades deve ter como alicerce o desenvolvimento sustentável, visando tornar as comunidades autossuficientes respeitando o meio ambiente. Nesse sentido, Moreira (2003) afirma que no Brasil do século XXI, os discursos de desenvolvimento sustentável e as influências do ambiente globalizado estão conduzindo processos de um novo entendimento do espaço, inclusive o rural. O campo passa a ser conhecido não somente como espaço rural, mas como lugar de socialização, de reconhecimento, de redes sociais das mais variadas, portanto, tornando o cenário propício para o desenvolvimento de novas oportunidades e a expansão do turismo.

Costa (2015) ressalta que para haver desenvolvimento através do turismo, deve-se evitar copiar modelos já existentes, destacando que o modelo a ser desenvolvido em determinada área deve prezar pela realidade da cultura e questões ambientais do lugar, buscando proteger os recursos naturais. Por isso, é necessário considerar que, ao mesmo tempo em que o turismo pode ser considerado um importante instrumento de promoção social, transformador de economias e sociedades, quando mal planejado e mal estruturado, pode gerar impactos socioambientais, econômicos e culturais irreversíveis (COSTA, 2015). Desta forma, a valorização da cultura e a preservação ambiental devem ser os pilares de sustentação desta modalidade de turismo. Para Moreira (2003) com o desenraizamento do espaço ou de um local que deixa de existir, pode reaparecer com novos estilos de vida e de negócios. Culturas globais, como as norte-americanas acabam compondo a cultura e o modo de vida das pessoas em todo o mundo, havendo sempre a necessidade de manter e valorizar a cultura de um local.

A cultura e a importância das comunidades rurais são, muitas vezes, pouco consideradas, já que, em geral, são espaços pouco estudados e afastados dos centros urbanos. Porém, como relata Swarbrooke (2000) em muitos países, os espaços rurais e a população que ali reside ocupam um lugar especial na cultura do país e na psique da sociedade. O campo além da sua importância sociocultural sempre desempenhou um papel fundamental e importante em produzir produtos para o consumo da população em geral, principalmente para as pessoas que residem nas cidades.

Conforme destacam Andrade e Ferreira (2013) a população rural e suas várias atividades diárias formam um contraste em relação às áreas mais urbanizadas. Os autores ressaltam ainda que, “é pertinente lembrar a diversidade de situações que envolvem o meio rural, e que são consequências das inter-relações culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais que atuam em um determinado espaço geográfico” (ANDRADE; FERREIRA, 2013 p.316).

O turismo no espaço rural (TER) vem ganhando adeptos, pois algumas experiências aliadas à falta de oportunidades e a insegurança econômica do setor agropecuário fez com que muitos produtores largassem as atividades rurais ou incluíssem outros afazeres para complementar a renda das pessoas que residem e vivem nesses locais.

Wanderley (2001) entende o mundo rural em dois aspectos, o primeiro como espaço físico com suas características e relações de uso, os recursos e paisagens naturais ou construídas e as relações entre campo e cidade. Em segundo lugar, enquanto lugar de vida, identidade e suas relações. Nesse sentido a relação sociocultural entre população local e turistas deve ser fundamentada e embasada em escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados, sendo essa uma das premissas do turismo de base comunitária (IRVING, 2009).

Entre vários aspectos e características do espaço onde se localiza o município de Delfim Moreira e os bairros Rosário e São Bernardo, pode-se afirmar que há nas regiões mais elevadas e íngremes da Serra da Mantiqueira diversos recursos naturais com apreciáveis níveis de conservação, se comparados com as outras regiões do Sudeste brasileiro. Já não se pode dizer o mesmo das condições socioeconômicas, que estão entre as mais precárias de toda a Macrorregião do Sul de Minas (ANDRADE; FERREIRA, 2013). Os autores destacam ainda que no contexto regional os municípios de Delfim Moreira, Marmelópolis e Maria da Fé tiveram, num passado recente, um destaque regional devido à considerada produção, em especial de frutas e batata. Hoje, esses municípios apresentam uma decadente situação socioeconômica dentro da microrregião de Itajubá. Diante da realidade exposta que evidencia a fragilidade socioeconômica e, por consequente, as limitações do desenvolvimento nos municípios citados, se fazem necessários estudos, para viabilizar outros setores e atividades econômicas nessas localidades, como forma de buscar minimizar o empobrecimento das famílias rurais e consequentemente a migração dessas pessoas para centros urbanos.

Neste sentido, o turismo de base comunitária no espaço rural aparece como uma alternativa de desenvolvimento e renda para as comunidades dos bairros rurais e justificam o desenvolvimento desta pesquisa em Delfim Moreira – MG, com foco nos bairros Rosário e São Bernardo, para avaliar como suas comunidades entendem a proposta do turismo como agregador de valores, econômico, sociocultural, político e ambiental.

Outro fato relevante, é que o município de Delfim Moreira – MG possui uma das maiores áreas rurais do estado, sendo que a maior parte da população reside nesses locais e as principais atividades econômicas estão ligadas ao campo. Essas áreas oferecem inúmeras propriedades rurais, espaços naturais preservados, variedade de ofertas de produtos fabricados e cultivados, que podem ser agregados ao turismo. Os

espaços rurais e a variedade de produtos potenciais podem agregar valor a essas propriedades. Esses espaços e suas comunidades são os fatores fundamentais nesse processo de verificação do potencial para o turismo de base comunitária, nesse sentido as políticas públicas tornam-se instrumentos fundamentais na orientação e condução desse processo.

Portanto, o problema que norteia esta pesquisa é: as comunidades rurais do município de Delfim Moreira - MG compreendem e se interessam pelo turismo de base comunitária como uma alternativa de desenvolvimento local?

Sendo assim, este projeto visa verificar o entendimento e o interesse das comunidades rurais do município de Delfim Moreira - MG, em desenvolver o turismo de base comunitária como alternativa de desenvolvimento local. Dentre outros objetivos, como: verificar se a população entende as premissas do turismo de base comunitária; avaliar se existem relações de cooperação e união entre os moradores que residem na região; compreender o que cada comunidade entende por desenvolvimento local; analisar o interesse da população pelo turismo de base comunitária e verificar o interesse da população local em investir no turismo de base comunitária.

As comunidades foram identificadas e escolhidas a partir de critérios selecionados com a finalidade de realizar o estudo em áreas rurais com características e potenciais para o turismo de base comunitária, que possuem ou não investimentos e ações no setor.

A dissertação proposta é centrada em avaliar as possibilidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural, o referencial teórico está baseado em autores que tratam de conceitos, definições e estudos de caso sobre turismo rural, turismo no espaço rural e turismo de base comunitária. Portanto, alguns autores são fundamentais para a compreensão de conhecimentos teóricos e práticos dentro do contexto da dissertação. Porém, devido à pandemia de COVID-19, muitas obras disponíveis em bibliotecas não puderam ser consultadas, sendo assim foram usados vários apud para a fundamentação teórica.

Conforme os objetivos pré-definidos, o próximo capítulo abordará os conceitos de turismo no espaço rural, comunidade no espaço rural, turismo de base comunitária e ações de políticas públicas. Em seguida, será descrito os procedimentos metodológicos. E na sequência, será apresentada a cidade de Delfim Moreira, os bairros e os focos do estudo. Por fim, serão dispostos os dados e análises sobre o

potencial de desenvolvimento do turismo de base comunitária, com base nos depoimentos dos moradores locais.

2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS INERENTES AO (TER)

2.1 TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Maldonado (2009) afirma que as demandas mundiais fazem com que o turismo conquiste constantemente novos espaços e incorpore novos atrativos à sua oferta. Além disso, como afirma Silveira (2001), a experiência de trocar a paisagem de concreto das edificações urbanas por um cenário verde, coberto de plantações e animais serve para muitas pessoas de remédio antiestresse. Sobre isso, Irving (2007) reitera que turismo aparece como uma segunda alternativa a estes espaços, sendo percebido como um vetor de desenvolvimento local. Desse modo, o turismo faz uso do espaço rural de forma associada com a natureza por meio de outro segmento — o ecoturismo — estabelecendo o contato direto com a natureza e as práticas culturais da população rural. (IRVING, 2007).

Em vista disso, percebe-se uma crescente demanda por esses ambientes com características naturais e rurais, principalmente pelas paisagens que ele representa e também pelas questões culturais. Nesse sentido, algumas vertentes do turismo destacam o TBC, como um tema que ganha destaque pelo seu envolvimento com locais com essas características.

Assim, o desenvolvimento local é entendido hoje como um dos principais temas a ser pesquisado e discutido entre comunidades tradicionais. De acordo com Costa Novo (2011), a essência do turismo de base comunitária são as comunidades tradicionais e todas as características e particularidades que as compõem. Atributos importantes e fundamentais para destacar o quanto esse modelo de turismo pode agregar e gerar desenvolvimento para as comunidades mais carentes e isoladas que, na maioria dos casos, necessitam de apoio e ações conjuntas.

O tema ganha importância e relevância, pois tem como enfoque, na maioria das vezes, comunidades que necessitam de um apoio de profissionais de turismo e de investimentos para desenvolver critérios e habilidades muitas vezes inexistentes ou em fase de desenvolvimento inicial, quando se trata de questões ou atividades ligadas ao desenvolvimento local, associativismo, turismo, entre outras. Sendo assim, o TBC no espaço rural busca agregar e trabalhar em conjunto com outras modalidades, analisando as potencialidades e características locais como, comunidades e espaço rural, políticas públicas, modos de fazer únicos, propriedades

com função agropecuária, capacidade de cooperação e outras vertentes as quais ele pode atingir.

O turismo de base comunitária confunde-se com outros segmentos de turismo semelhantes como: turismo rural; agroturismo e o turismo de experiência, mas o TBC é caracterizado e fundamentado em suas premissas, conforme será abordado no próximo capítulo. Optou-se por utilizar o termo turismo de base comunitária no espaço rural, com o intuito de verificar se este se adequa ao objetivo do estudo. Segundo a definição do Ministério do Turismo (2018), o turismo de base comunitária pode ser apresentado como:

Um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação, por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2018)

Neste contexto o TBC, pode se tornar um modelo alternativo de desenvolvimento, agregando valores e resultados efetivos, em contra ponto ao turismo convencional desenvolvido no Brasil. Conforme explica Candiotto (2010), a partir de 1990 o turismo passa a ter ideias concentradas no turismo alternativo e sustentável, passando a ganhar mais apoio, face às deficiências evidentes do turismo convencional de massa. Entre as modalidades de turismo alternativo sustentável destaca-se o turismo de base comunitária no espaço rural e suas possíveis variações. O turismo no espaço rural (TER) necessita de um olhar para os aspectos da sustentabilidade, pois esses locais tornam-se mais vulneráveis por estarem localizados em áreas com maior dificuldade de fiscalização e por serem áreas que muitas vezes não tiveram a interferência humana. Kloster e Cunha (2014), afirmam que para o início do desenvolvimento da atividade de turismo em determinados locais é necessário realizar um estudo dos impactos positivos e negativos nas variadas dimensões sociais da vida comunitária, observando prioritariamente os aspectos: econômico, social e cultural. Kloster e Cunha (2014) complementam:

Os territórios recebem fluxos de turistas, os quais, por sua vez estabelecem relações, podendo causar diferentes impactos. A minimização dos impactos é o grande desafio estudado por diferentes áreas do conhecimento. Na área do turismo, muitos especialistas acreditam na possibilidade da sustentabilidade econômica e sociocultural do turismo. (KLOSTER; CUNHA, 2014, p. 85)

Acredita-se que a cada dia e a cada geração sejam concentrados esforços e ações para que o desenvolvimento de uma região, dos espaços rurais que se formaram com o passar dos anos e da população que vive nestes locais, sejam preservadas com ações e políticas públicas efetivas, garantindo a permanência para as atuais e futuras gerações. O turismo de base comunitária no espaço rural deve ser entendido, nesse momento, como uma atividade que está em processo de transformação, estudo e entendimento de sua gestão e da capacidade de transformação do espaço e de seus envolvidos.

Martins e Conterato (2013) destacam uma particularidade importante a ser analisada para entender o rural e seus vários significados e a compreensão desse espaço como lugar de vida. Espaços estes que ganham a atenção pelo estilo de vida tranquilo, cultura, gastronomia e atividades em meio a natureza.

A busca por espaços naturais, aliada aos interesses por produtos rurais, tem despertado a curiosidade não apenas dos turistas, mas também de pesquisadores, intelectuais e planejadores, que integram o turismo como ação nos programas de desenvolvimento territorial (KLOSTER; CUNHA 2014, p. 76)

Almeida e Riedl (2000), comentam que o turismo concebe o ambiente turístico como uma combinação entre o natural e o cultural. A cultura contém no seu bojo a compreensão e a leitura da natureza e participa da invenção do objeto turístico. Assim também os espaços, os lugares e os territórios turísticos, planejados e construídos pelos empreendimentos turísticos ou mesmo decretados e institucionalizados, eles consistem na construção de uma nova estrutura sócio espacial, cujo eixo de compreensão emerge não da leitura do turismo em si, mas das relações da sociedade com os lugares dos homens entre si e suas representações.

Neste sentido, é preciso conceber que o patrimônio comunitário é o objeto de atração das pessoas e deve ser desenvolvido. Este patrimônio comunitário deve ser compreendido como o conjunto de valores e crenças; conhecimentos e práticas; técnicas e habilidades; instrumentos e artefatos; lugares e representações; terras e territórios; assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo (MALDONADO, 2009). Este autor indica que graças ao patrimônio comunitário os moradores de um espaço rural expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.

Assim, é preciso considerar alguns aspectos que contribuem para tornar o patrimônio comunitário atrativo aos turistas, como a constituição de roteiros turísticos de base comunitária, desde que incluam a visão da população local associada aos profissionais do turismo e *marketing*.

Portanto, é necessário considerar que o turismo rural seja apresentado em diversas modalidades e possibilidades. Rodrigues *et al.* (2017, p. 226) reforçam que “de maneira geral, se destaca por ser uma atividade capaz de agregar valor e gerar renda para os produtores rurais e, até mesmo, para as localidades em que se situam as iniciativas que promovem o turismo nas áreas rurais”. Essa atividade permite ao turista um maior contato com a região, vivências culturais e possibilita o acesso aos produtos locais e comercializados diretamente com os clientes finais.

Para Candiotti (2010, p. 4) “o turismo no espaço rural costuma ter como principal característica uma oferta de equipamentos e de serviços mais simplificada, além de uma demanda menos concentrada e com motivações distintas dos turistas das áreas litorâneas”. Outras definições e características do turismo no espaço rural serão discutidas mais à frente para amadurecimento e entendimento do assunto.

Com o desenvolvimento do turismo rural no Brasil, especificamente nos anos 1980, o turismo vislumbrou uma nova oportunidade para os territórios rurais, espaços estes que, por muito tempo, foram excluídos de políticas públicas para o setor agropecuário, deixando o território rural e sua população fora do processo de crescimento socioeconômico. O turismo rural e as experiências que ele tem obtido no Brasil e no mundo, serão discutidos à frente, mas inicialmente é necessário entender algumas questões teóricas, seus conceitos e definições.

Conforme explica Tulik (2010) existem vários termos ligados ao turismo no espaço rural:

Turismo rural, nesse sentido amplo, consiste no aproveitamento turístico do conjunto de componentes existentes no espaço rural, incluindo aqueles basicamente rurais e culturais (sobretudo o patrimônio arquitetônico). Inclui, ainda, elementos da natureza e até mesmo outras formas de turismo alheias ao ambiente rural. Nessa perspectiva, TER (Turismo no Espaço Rural), TAR (Turismo em Áreas Rurais) e TR (Turismo Rural) são utilizados como sinônimos, ou seja, indistintamente, embora alguns autores entendam que a expressão turismo rural deva ser utilizada de modo mais preciso e aplicada apenas ao turismo que se baseia no conteúdo rural. Na visão europeia, dominante em vários países, TER / TAR têm o mesmo significado e, algumas vezes, confundem-se com TR. (TULIK, 2010, p. 4–5)

A mesma autora acrescenta que esses termos são utilizados na Europa, continente onde a atividade turística vem se desenvolvendo há mais tempo, dessa forma possuem mais experiências e vivências sobre o assunto e estão sendo usadas como expressões com o mesmo significado de turismo rural.

No Brasil, o turismo rural começou a se desenvolver somente no século XX, com o surgimento da atividade em algumas propriedades na região sul do país. Conforme afirma Tulik (2010), de acordo com alguns relatos e pesquisas acadêmicas, confirmam que o turismo rural foi desenvolvido em algumas localidades entre os anos 1970 e 1980, mesmo que essa atividade não fosse muito conhecida e definida como é atualmente. A autora acrescenta que, em Lages, assim como aconteceu nos países que desenvolveram esse tipo de turismo e, também, nos empreendimentos que acompanharam essa ideia, o turismo rural foi uma opção para contornar adversidades econômicas e financeiras com relação aos problemas enfrentados pelo setor agrário. (TULIK, 2010).

Tulik (2003, p. 43) afirma que “no sentido mais amplo, turismo rural consiste no conjunto de atividades desenvolvidas no espaço rural”. A autora acrescenta ainda, que para alguns especialistas da área, turismo rural, deve ter estrita relação com as características intrínsecas ao meio rural. Deve estar ligado aos detalhes, à paisagem rural, ao modo de vida, à cultura e ao dia a dia rural. O pesquisador brasileiro Beni (2002, p. 31) conceitua o turismo rural como o “deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações rurícolas”. Enquanto, Kloster e Cunha (2014) acrescentam que, o turismo rural é uma atividade que pode sensibilizar o local e território, gerando fontes alternativas de renda para os produtores rurais.

É necessário entender outra questão, as diferenças e características do espaço rural e o urbano. Rodrigues (2000) atenta que o Brasil não pode usar termos e conceitos baseados nos europeus, isso é um engano. Ela observa que não se deve contradizer o urbano ao rural, algumas outras questões vão além dessa, como as características geográficas e regionais, o processo histórico vivenciado, e as demandas de ordem econômica são algumas delas. Ainda acrescenta a autora que se deve ponderar o uso aleatório dessas expressões, pois além de não padronizar questões teóricas importantes para o turismo e para o entendimento do mesmo, acabam generalizando, não só as expressões, mas também seu conteúdo,

dificultando o entendimento da atividade turística e sua importância para estudiosos e demais envolvidos no tema.

Já Marques (2002) define o espaço rural sendo mais característico aos locais naturais do que o espaço urbano que tem uma diversidade de uso, população e cultura com identidades variadas.

Com relação aos conceitos abordados anteriormente sobre TER (Turismo no Espaço Rural), TAR (Turismo em Áreas Rurais) e TR (Turismo Rural) que TER e TAR, Tulik (2010) define que são sinônimos muito próximos e ambos usados por profissionais e estudiosos da área. A definição de Turismo Rural deixa claro a necessidade de existência dos elementos do patrimônio arquitetônico para que essa modalidade possa ser melhor empregada. Conforme a definição de Choay¹ (2001, apud MONTEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 2):

O Patrimônio Cultural pode ser definido como qualquer objeto, edificação, manifestação cultural ou artística que represente a identidade de um povo, ou uma nação. Os bens móveis, imóveis ou imateriais podem representar a história e consequentemente se tornar parte da memória coletiva. Patrimônio é uma palavra que se refere a um bem de usufruto de uma comunidade e foi através dos monumentos e cidades históricas que a sociedade ocidental construiu a sua identidade.

Na visão de Rodrigues (2003), fica claro que o patrimônio tem grande impacto nos projetos de desenvolvimento local. A preservação do patrimônio se faz necessária e agrega valor às peculiaridades ambientais e culturais, destacando os projetos de turismo de base local. Na visão de Candiotti (2012, p. 3):

No Brasil, o turismo no espaço rural é o conceito que engloba diversas modalidades de turismo desenvolvidas no campo, como o turismo de interior, o agroturismo, o turismo alternativo, turismo endógeno, turismo verde, ecoturismo, turismo de rotas agrícolas, roteiros ou circuitos no meio rural, entre outros. Desta forma, pode ser entendido “Turismo no Espaço Rural”, como toda maneira turística de se visitar e conhecer o ambiente rural, independente do lugar visitado e das atividades desenvolvidas.

De acordo com o mesmo autor, o turismo rural está totalmente inserido e interligado aos aspectos do meio rural. As atividades dessa modalidade caracterizam-se com a produção agropecuária e o processo agrega valor a esses produtos e serviços, o contato direto com a população local, sua cultura e seu dia a dia e as

¹ CHOAY, F. A. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

atividades ligadas ao patrimônio cultural e natural (meio ambiente) são algumas de suas principais características.

Queiroz (2012) afirma que o turismo rural é responsável pela produção de rearranjos socioespaciais, que podem ser locais, evoluindo para uma base regional em todo Brasil. É uma expressão de diversificação econômica, fenômeno que possui inúmeras interligações, sendo uma prática social voltada para o consumo do espaço. Desta forma, o turismo pode se apropriar de vários atrativos do campo, sendo patrimônios materiais e imateriais como: estruturas arquitetônicas, alimentos, festas etc.

Ainda com relação aos conceitos e definições sobre turismo no espaço rural, Candiottto (2010) destaca que a consolidação do turismo no espaço rural está relacionada ao surgimento da oferta de atrativos naturais, históricos, culturais e gastronômicos, assim como uma ampliação das ações e das políticas públicas para o setor. As principais características desses espaços são as reduzidas quantidades de serviços e equipamentos com uma demanda mais exigente por experiências e vivências do cotidiano rural. Tulik (2010) afirma que após estudos e conclusões, está havendo um consenso sobre o entendimento do turismo no espaço rural, expressão que revela o contexto e o conteúdo relacionado ao ambiente rural.

Lindner *et al.* (2009), destacam que devido a dificuldades financeiras e demais problemas enfrentados pelo homem do campo, houve a necessidade de criar outras atividades em conjunto com as atividades agropecuárias para evitar problemas relativos ao êxodo rural, com isso surgiu o novo rural brasileiro. Dentro dessa perspectiva evidencia-se o turismo no espaço rural, como uma possível solução para o aumento da renda da população local, que vive nesses locais.

Ruschmann (2001) reitera que a atividade turística no meio rural deve ter como objetivo a sustentabilidade que, na opinião da autora, isso implica em saber administrar os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender as necessidades econômicas e sociais, preservando a integridade cultural, ecológica e ambiental, para que possam ser desfrutadas pelas gerações futuras.

Dentro da perspectiva do novo rural brasileiro, ganham notoriedade algumas modalidades de turismo no espaço rural, como o agroturismo. O agroturismo como uma modalidade de turismo no espaço rural, tende a complementar a atividade desses espaços, mas é necessário fazer essa diferenciação e descrever conceitos. Segundo Barros Neto *et al.* (2017), o agroturismo surge no Brasil na década de 1980 como uma

atividade alternativa para promover o desenvolvimento rural, através da revitalização econômica e social dos territórios rurais, da valorização dos patrimônios e produtos locais, além do importante papel que pode desempenhar na conservação do meio ambiente e na gestão da diversidade das paisagens de espaços agrários. Alves *et al.* (2013) reforçam que apesar dos entraves, o agroturismo difunde aspectos positivos e oferece perspectiva de renda extra para o produtor rural, o agroturismo fomenta o desenvolvimento de infraestrutura para o setor, reduz o êxodo rural ofertando maiores oportunidades de emprego e renda, assim como qualidade de vida para as comunidades rurais e o desenvolvimento local.

Em seus estudos, Guzzatti (2003) afirma que a prática no Brasil comprova que as experiências realizadas no meio rural podem se relacionar de maneira democrática. Salienta também que as ações de turismo rural e agroturismo realizadas em conjunto podem se complementar, isso só é possível quando está evidente a relação e diferença de cada uma. Martins e Conterato (2013) destacam que a análise de ações coletivas, faz com que novos parâmetros de análise de níveis de cooperação passem a serem observados e articulados, uma vez que os indivíduos de determinada localidade se conhecem, se comunicam e cooperam um com o outro e possuem informações privilegiadas sobre determinada situação que não seja comum e que os leve a contestar situações e acontecimentos que necessitem de uma maior articulação entre os atores locais.

Ostrom² (2011, apud SOARES; SAHR, 2016, p. 2013) destaca que os principais fatores que evidenciam o sucesso, é a organização local dos envolvidos no processo, a possibilidade de participação dos interessados e a confiança entre os participantes. Já os fatores que influenciam o fracasso, se destacam como, necessidade de uma instituição forte e igualitária para todos, desconfiança entre usuários, falta de normas e regras autênticas que cumpram com o monitoramento evitando conflitos e a perda de credibilidade.

Neste contexto, foi elaborada uma carta intitulada Carta de Princípios para o Agroturismo, conforme citado por Guzzatti (2003, p. 53 – 54), definindo o mesmo como uma modalidade de turismo rural, elegendo algumas características que melhor identificam a atividade:

- a) Trata-se de um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural;

² OSTRUM, E. **El gobierno de los bienes comunes**: la evolución de las instituciones de la acción colectiva. 2 Ed. México: FCE, UNAM, IIS, 2011.

- b) O turismo rural é desenvolvido em propriedades rurais familiares que manejam adequadamente os recursos naturais. Trata-se de um turismo ambientalmente correto, que busca uma convivência harmônica com a natureza, promovendo a educação ambiental. Além disso, o turismo rural deve contribuir para uma harmonização da paisagem rural local;
- c) O turismo rural deve oferecer aos visitantes produtos (in natura e transformados) produzidos na unidade familiar e/ou entorno rural, com qualidade;
- d) O turismo rural valoriza e resgata o artesanato regional e a cultura da família do campo, além de manter os eventos típicos do meio rural (ex. Festa de São João), respeitando e valorizando o modo de ser do homem do campo. Além disso, os agricultores que desenvolvem o agroturismo em suas propriedades devem trabalhar em cooperação e solidariedade;
- e) O turismo rural deve incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta desta produção pelo agricultor. Além disso, o turismo rural deve contribuir para a revitalização da propriedade rural e para o resgate e manutenção da autoestima dos produtores.

Pode-se concluir que o desenvolvimento do turismo no espaço rural se coloca como um complemento desse processo que, se planejado e organizado por meio de políticas públicas eficazes, poderá gerar desenvolvimento em vários setores da comunidade local, poderá gerar também, postos de trabalho e renda extra, assim como qualidade de vida para comunidade. Ou seja, o turismo rural acontece no espaço rural e tornam-se aliados, buscando entendimento e parcerias.

Outras questões são tratadas por Wilson *et al.* (2001) que acrescentam que o turismo no espaço rural possui algumas questões negativas como, os baixos salários pagos, sazonalidade e produção em série de determinados produtos. Enquanto Hjalager *et al.* (2018) abordam o turismo no espaço rural salientando, também, que o setor possui algumas lacunas a serem trabalhadas e melhoradas, minimizando assim os pontos negativos da atividade turística.

Silva e Martins (2010) também discorrem sobre os pontos negativos e positivos do Turismo Rural. Para eles:

Entre os impactos positivos que o turismo pode causar em comunidades receptoras, destacam-se o da herança cultural, valorização do artesanato, preservação do patrimônio histórico e cultural da região, intercâmbio cultural e troca de valores proporcionados pela relação morador-visitantes, melhoria em infraestrutura pública e geração de empregos. Porém, o turismo não causa somente impactos de cunho positivo, mas algumas vezes, proporciona ações que degradam a localidade receptora. Os efeitos negativos que podem surgir no meio rural devido à atividade turística estão relacionados a prováveis danos ambientais como, por exemplo, alteração na paisagem e utilização indevida de recursos naturais. (SILVA; MARTINS, 2010, p.5)

Todos os aspectos devem ser estabelecidos e gerenciados com a seriedade que a atividade turística deve ter. Organizar e direcionar um plano de ações que seja executado preferencialmente sob o apoio e o olhar criterioso da comunidade, sendo protagonista no desenvolvimento da atividade. Nesse sentido Kloster e Cunha (2014, p. 89) acrescentam que “o conhecimento sobre a atividade de turismo envolve perícia e estudos dos caminhos para o desenvolvimento da atividade na propriedade rural, e consequentemente em cada município”. O interesse pela atividade não pode gerar dependência no sentido básico da palavra, deverá gerar interesse de cada indivíduo e isso será fundamental para o sucesso no desenvolvimento da atividade turística (KLOSTER; CUNHA, 2014).

2.2 COMUNIDADE NO ESPAÇO RURAL

Assunto com reservado conteúdo de informações e definições, tem ganhado importância dentro das novas atividades desenvolvidas no espaço rural. Silva e Hespanhol (2016) definem comunidade como um fenômeno histórico e social, que assume diferentes significados no tempo e no espaço, sendo que em várias regiões do Brasil utiliza-se a terminologia comunidade rural para designar um grupo de pessoas que vive nas áreas rurais e que partilham dos mesmos eventos, tradições e costumes.

Já Solha (2016) observa as áreas rurais num cenário crescente de perdas, ampliação de problemas e desigualdades socioeconômicas. A autora destaca que o interesse de pessoas por esses locais e por quererem se relacionar principalmente com a cultura e os costumes locais, fez com que surgissem propriedades que oferecessem atrativos com esse estilo e tradições. Essas comunidades rurais têm se tornado uma alternativa de refúgio para o chamado turismo de massa. Esses locais se valorizam perante turistas de grandes centros que buscam por um local longe dos

problemas sociais, financeiros e ambientais vividos em seu cotidiano. Dessa forma, diante do crescente aumento pela busca por tais lugares, é necessário que haja estudos e projetos que estruturam alternativas viáveis de desenvolvimento para o turismo (SOLHA, 2016).

Para Zandonadi e Freire (2016), as pessoas buscam momentos de lazer e prazer em locais que diferem daqueles do seu cotidiano. Com o maior desenvolvimento dos meios de transporte, e com as redes de informação, a busca pelo turismo rural tem ocorrido com mais intensidade.

No sentido de desenvolvimento sustentável, Muresan (2016) destaca que, o ideal de sustentabilidade surge na década de 1970 e até o momento atual apresenta-se como uma urgente necessidade de preservar questões ligadas ao meio ambiente, socioculturais e econômicas, sendo estes vetores os decisivos para a continuidade da atividade turística aliados aos interesses das comunidades locais.

Segundo Scótollo e Panosso Netto (2015) uma localidade pode sofrer alterações em seu percurso de acordo com o interesse e o caminho a ser tomado e as características do local. Para os autores, cada país, região, cidade ou comunidade local possui características e interesses próprios, dessa forma o seu crescimento acontece de maneira diferente em cada localidade. De acordo com os autores, uma interpretação básica sobre ampliação local é necessária para avançar em seus estudos e conceitos.

De acordo com Scótollo e Panosso Netto (2015), entendem que para que haja desenvolvimento local é preciso que haja um movimento de origem interna que descubra e cultive as características potenciais da localidade, como os fatores socioculturais — costumes, tradições, etnia, religião, rituais, celebrações, laços afetivos e familiares, história e memória, grau de confiança e cooperação entre os atores, vocação trabalhista e produtiva da população e fatores geográficos — clima, solo, relevo, hidrografia, fauna e flora, entre outros —, pois são tais características que irão contribuir para que a economia local se potencialize. Indicam, ainda, que é imprescindível que os recursos naturais e culturais locais devem ser preservados a fim de tornar o desenvolvimento local sustentável e, assim, oferecer qualidade de vida à população local (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015 p. 47).

A modernização e o desenvolvimento econômico e social da sociedade fez com que houvesse não somente uma evolução virtual e de tecnologias, mas uma evolução cultural e de conhecimento. Essa questão tem beneficiado classes sociais menos

favorecidas, dessa forma, outros formatos econômicos da atividade turística têm se ampliado. Schneider (2006, p. 7) afirma que,

Agora do ponto de vista da intervenção social, notadamente das políticas públicas e das ações que visam estimular e desenvolver o turismo em áreas rurais focalizando as pequenas comunidades, a questão a saber não é se haverá mudanças e impactos sobre o modo de vida das populações envolvidas, o que por certo ocorrerá. A questão pertinente a saber é como dever-se-ia agir e/ou intervir para que os resultados das transformações inexoráveis tragam resultados que sejam desejados e compartilhados pela coletividade (inclusive as minorias mais fragilizadas). Trata-se, na verdade, de alterar o vetor das relações do sentido vertical para horizontal, que busca valorizar a sincronia entre o saber-fazer de quem oferece e de quem demanda.

Nesse sentido Schneider (2006) destaca que o primeiro aspecto a ser entendido é que quando se propõe a desenvolver o turismo em espaços rurais, deve-se considerar que está se propondo realizar uma ação em locais em que já existe uma dinâmica social; portanto é importante respeitar e compreender sua realidade, atentando-se para suas necessidades.

Em segundo, o mesmo autor entende que as relações comerciais nesses locais não abrangem mercados distantes, com preços arbitrados pelo mercado ou por concorrentes. Nessas pequenas comunidades as relações sociais e comerciais são mediadas pela proximidade da população, em muitos casos, havendo famílias e indivíduos de uma mesma família (parentes) ou uma relação de confiança entre todos que viabiliza negócios e o desenvolvimento do turismo rural. Nesse sentido, nestes locais não há relações amplas com concorrentes, em muitos casos e em sua maioria há parcerias, relações de troca entre indivíduos, o que se destaca como um diferencial para esse tipo de turismo.

O terceiro aspecto é que o turismo rural e o turismo no espaço rural não poderão resolver todos os problemas da comunidade, apesar de ser um segmento com potencial real de melhoria da qualidade de vida dos moradores de uma região (SCHNEIDER, 2006). Considerando essas colocações, acredita-se que as atividades de turismo no espaço rural se destacam pelo seu aspecto fortemente complementar, ampliação de renda para as propriedades rurais e para as famílias que ali residem e como diversificação da economia local e regional.

Fernandes (2017, p. 16) complementa que “as práticas de turismo podem obedecer assim a uma de duas orientações: a busca de prazer ou a busca de cultura”. Os formatos de turismo costumam ser marcantes, permitindo a experiência de

sentimentos, gostos experiências e vivências únicas e inovadoras (FERNANDES, 2017). O autor explica ainda que o turismo desenvolvido com a perspectiva da identidade valorizando e preservando as características culturais das comunidades e populações visitadas, traz consigo questões relevantes à atividade turística.

Pensando no sentido macro, o turismo pode se tornar um potencial gerador de desenvolvimento para as questões ambiental, sociocultural, econômica, política, entre outros. De acordo com Elesbão (2007, p. 154 – 155):

Os gastos diretos realizados pelos visitantes no município geram um efeito multiplicador, no qual o dinheiro que é despendido pelos visitantes no local possibilita a realização de outros gastos, ou seja, esse dinheiro é redistribuído. Por exemplo, o valor da diária que é pago em uma pousada vai ser utilizado, em outras finalidades, para remunerar os funcionários (se existirem) e pagar os fornecedores de produtos adquiridos, que, por sua vez, vão gastar com alimentação, vestuário e assim por diante.

Complementando a ideia, Silva *et al.* (2003, p. 23) diz que “é necessário reconhecer, para tanto, o potencial favorável do turismo, mas também os problemas decorrentes dos impactos da atividade turística nos lugares (ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos etc.)”. Nesse sentido, a questão cultural é um fator de desenvolvimento e humanização. A comunidade rural possui valores intrínsecos que devem ser preservados e enaltecidos. Dessa forma, Maldonado (2009, p. 29) afirma:

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.

Baseado nesse conceito, o turismo desenvolve várias perspectivas que irão colaborar para a valorização do acervo do patrimônio comunitário. De acordo com experiências, observa-se que o turismo tem feito as comunidades se conscientizarem do potencial que os bens patrimoniais; conjunto formado por recursos humanos, culturais e naturais, têm oferecido a estas comunidades (MALDONADO, 2009).

Para Zandonadi e Freire (2016, p.5) o aspecto cultural é de grande relevância para o turista:

O apelo cultural local também é muito importante no turismo rural já que tais particularidades despertam o interesse do turista e imprimem um caráter

único ao espaço. O indivíduo que busca tal forma de turismo procura formas diferenciadas de gastar seu tempo de lazer, portanto, a identidade da propriedade deve ser preservada no âmbito da paisagem como um todo. A cultura étnica da família e do local, a arquitetura das edificações, a culinária tradicional, o tipo de atividade produtiva, além de promover o convívio dos visitantes com costumes e hábitos diferentes de sua vivência urbana, ajuda ainda a preservar e reavivar os costumes culturais locais.

A questão da participação comunitária é extremamente importante e necessária para se desenvolver os projetos e ações nas comunidades. No turismo de base comunitária no espaço rural, esse envolvimento deve ser ainda maior, pois se trata de comunidades com oportunidades limitadas de sobrevivência e, muitas das vezes, sem oportunidade e estrutura para desenvolver ações e atividades para alavancar melhorias em suas condições sociais e econômicas. Solha (2019) afirma que o entendimento sobre as mudanças com relação ao contexto rural, tem sido motivo de discussões e entendimentos do setor, inclusive a participação de novos atores e as mudanças ocorridas. Acrescenta ainda a necessidade de discutir e aprimorar novos tempos, a inclusão de novos lugares e o fortalecimento, e desenvolvimento sobre o tema são fundamentais para que haja envolvimento e entendimento da dinâmica desses espaços.

Conforme aborda Silva *et al.* (2003), o desenvolvimento deve ser observado de uma maneira mais ampla, tendo como base a distribuição igualitária de renda entre a população, com objetivo de melhoria da qualidade de vida, minimizando problemas sociais e ambientais, que só ocorrerá com mudanças nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais das comunidades.

Nesse sentido, faz-se necessária uma efetiva participação da comunidade seja no processo de planejamento de ações para o desenvolvimento local ou na execução de planos e projetos. Todos devem compreender que a comunidade é o bem de maior valor, seu modo de vida, suas crenças e valores culturais, o ambiente em que vivem e sua simplicidade são características que não devem ser mudadas com a chegada de turistas que, por sua vez, buscam o contato direto com o modo de vida da comunidade visitada. O turismo de base comunitária no espaço rural pode ser a oportunidade que muitos municípios e comunidades estão deixando passar, sem ao menos perceber o quanto essa atividade pode viabilizar ou acelerar o desenvolvimento local e regional, oportunizando bem-estar social e qualidade de vida para a população menos favorecida das localidades rurais.

2.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo de base comunitária e desenvolvimento comunitário, são assuntos relevantes e com dimensões abrangentes, sendo necessária uma maior discussão e estudo de seu conteúdo para apoiar, orientar e propor diretrizes e ações para as localidades que se desejam estruturar e organizar essa modalidade de turismo, que carece de políticas públicas e ações de desenvolvimento para setor. Coriolano (2003) entende que o desenvolvimento deve ser voltado para a escala humana, buscar as potencialidades do ser humano, garantindo condições básicas de saúde, educação, trabalho e sobrevivência. A autora destaca ainda que,

(...) ao contrário da economia do ter, baseia-se na economia do ser, que se traduz em um modelo de desenvolvimento centrado no homem, em uma cultura de cooperação e parceria. Entender o desenvolvimento na escala humana significa encontrar os caminhos para viabilizar o desenvolvimento local e o desenvolvimento do turismo, porque ambos têm o homem no centro da ação e o objetivo é a busca da satisfação humana (CORIOLANO 2003, p. 26).

Fabrino (2013) ressalta ser necessário criar um debate e direcionar os estudos para o turismo de base comunitária, aproximando questões científicas e fundamentos teóricos com a prática. A autora afirma que:

Turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário, se consolidou na última década no Brasil como um modelo de desenvolvimento do turismo centrado nos recursos (humanos, naturais, de infraestrutura) endógenos. Nesta proposta, a comunidade local participa diretamente da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo (FABRINO 2013, p. 14).

Entende-se que o turismo de base comunitária, é um modelo de gestão com foco no segmento do turismo rural. Mielke e Pegas (2013, p. 171) enfatizam, “turismo de base comunitária ou TBC não é um segmento, mas sim uma metodologia de trabalho”. Um dos objetivos do turismo de base comunitária é a organização do turismo envolvendo diretamente as comunidades locais, que residem onde o novo formato de desenvolvimento de turismo possa ser atingido, inclusive áreas de conservação, entre outras. Trabalho este que tem sido desenvolvido e ampliado por várias iniciativas na América Latina (MIELKE; PEGAS, 2013).

Trata-se de um tema que começa a ser debatido no Brasil e no mundo. Seu desenvolvimento e execução devem ter como um dos objetivos, nesse momento,

práticas a serem testadas e implementadas conforme os resultados sejam obtidos. Maldonado (2009) afirma que o turismo rural de base comunitária é um fenômeno que começa a ser explorado a partir dos anos 1980, fatores de ordem social, econômico, cultural e político explicam sua origem e importância.

Os autores Mielke e Pegas (2013) comentam que para pensar e desenvolver um projeto de turismo comunitário, é necessário que exista planejamento, organização e gestão eficiente, para o andamento do processo. Mitchell e Muckosy (2008) reforçam que a comunidade local deve ser detentora do processo de organização e estruturação comunitária que, futuramente, irá influenciar no gerenciamento de questões ligadas à comercialização e distribuição de produtos e serviços turísticos.

Em linhas gerais, o turismo de base comunitária possibilita a conscientização de grupos da comunidade e turistas em diversas temáticas sobre educação, meio ambiente, cultura entre outros. Outra característica é a visão do turismo de base comunitária como um modelo de desenvolvimento organizado pela própria comunidade, e outra é a convivência entre população local e turistas, que produzem arranjos produtivos baseados em interesses locais. Na visão de Sampaio (2005, p. 158):

O turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários. O turismo comunitário se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista. Não se esperam experimentações ideais, mesmo porque se vive em mundo com tantas patologias. Espera-se, ao menos, que as experiências sobrevivam por certo período temporal e que venham a melhorar as perspectivas socioeconômicas de populações autóctones.

Nessa perspectiva, Maldonado (2009, p. 29) afirma a relevância de pensar no patrimônio comunitário como fonte de oferta e atrativos naturais e culturais, e recursos de desenvolvimento, ao esclarecer que:

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.

A partir desse conceito, o turismo torna-se percursor de ações para manutenção e proteção do patrimônio comunitário. O autor esclarece ainda que o

turismo tende a ser o responsável por conscientizar a comunidade sobre o valor e o potencial que os bens patrimoniais possuem (MALDONADO, 2009). Na visão de Sampaio e Zamignan (2012), o turismo de base comunitária é definido e organizado no formato de associação, em que as comunidades se constituem através de arranjos produtivos locais, gerindo e orientando o território e as atividades econômicas desenvolvidas e ligadas ao turismo. Comunidades organizadas no formato de associação e cooperativas tendem a decidir e solucionar problemas comuns a essas pessoas de maneira mais rápida e eficaz.

Irving (2009) destaca que o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. E acrescenta:

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009, p. 111).

Hoje a cultura da cooperação se tornou essencial no desenvolvimento de grupos de trabalho e associações, devido ao atual modelo que exige trabalhos conjuntos de apoio e cooperação mútua. É fundamental e necessário o amadurecimento da sociedade, de uma maneira geral ou por setores, em relação ao cooperativismo e trabalho conjunto, pois dessa forma irá alcançar benefícios sociais para a população local. O benefício da cooperação e trabalho conjunto servirá de base e desenvolvimento para futuras gerações que, possivelmente, estarão envolvidas no desenvolvimento do turismo local.

De acordo com Tulik e Teles (2017, p. 53) “o turismo comunitário, ainda que recente, já registra experiências no território brasileiro e vem ganhando crescente visibilidade graças às pessoas, aos eventos, à divulgação na mídia e nas publicações convencionais ou virtuais”.

Como visto, o turismo de base comunitária gera oportunidades e ações de transformação para a comunidade envolvida no crescimento do turismo. A modalidade de turismo de base comunitária necessita estar organizada em cooperativa e

associação para que as experiências adquiridas sejam norteadoras de um processo de desenvolvimento local contínuo e resultante de ações conjuntas.

Dentro da perspectiva do turismo de base comunitária no espaço rural, o conjunto de modalidades, opções de atividades turísticas e formatos de organização são diversos. Adaptar modos de cooperação aos saberes de produção já existentes é extremamente enriquecedor para as localidades que pretendem criar e desenvolver atividades e produtos turísticos. Costa Novo (2011) acrescenta que o trabalho em grupo busca resgatar o sentimento de pertencimento a um grupo social, o valor do local onde mora, como é a vida nesses locais, sua cultura e seu modo de vida.

Conforme afirmam Silva e Arnhold Junior (2010) para planejar e desenvolver as comunidades rurais e o turismo de base comunitária, são necessários seis direcionamentos básicos para que esse processo tenha sucesso, a comunidade deve: ter entendimento sobre o turismo; decidir pelo turismo como atividade principal e de desenvolvimento local; promover a união de todos da comunidade em cooperativa e associação entendendo a necessidade de trabalhar em conjunto para o sucesso da empreitada; ter produtores de orgânicos, pois esse tipo de produção agrega valor pela qualidade e cuidado com os alimentos servidos; criar código de ética para seguir as regras e cuidados necessários e estar comprometida com a sustentabilidade.

Os autores Silva e Arnhold Junior (2010) afirmam ainda que a maior dificuldade é manter o grupo unido com espírito cooperativo e trabalho coletivo entre todos e acrescentam que várias características positivas podem ser adquiridas com a atividade turística, são elas:

Melhorias na infraestrutura existente nas cidades; reorganização do espaço rural; renda extra; novas oportunidades de aprendizado; novos objetivos de vida; uma maior união familiar; garantia de futuro para os jovens; valorização do conhecimento patrimonial rural (artesanato, gastronomia, plantio e pesca); valorização e preservação do meio ambiente e novas redes de relações (SILVA; ARNHOLD JUNIOR, 2010 p. 120).

Além das melhorias e benefícios citados acima, a atividade turística pode gerar a troca de experiências e inovações. A modalidade de turismo de base comunitária no espaço rural possibilita a intensa troca de conhecimentos, vivências, cultura e conhecimento, já que a relação do turista e do morador local deve ser próxima e harmoniosa. O turista que busca a experiência no turismo de base comunitária, valoriza os aspectos culturais e ambientais, sendo um público flexível, por ter mais

tempo livre para tornar a vivência algo único que irá enriquecer seus conhecimentos e poderá potencializar o desenvolvimento sustentável do turismo à comunidade anfitriã. (GRIMM; SAMPAIO, 2011 p.60).

O perfil dos turistas que visitam estas comunidades está diretamente ligado à sua bagagem cultural e seu nível de consciência socioambiental. Para eles o Turismo Comunitário é uma forma alternativa à convencional de fazer turismo, onde a aproximação com os moradores do lugar passa a articular e construir a cadeia produtiva deixando a renda no local para a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores. Na visão desta demanda esta modalidade de turismo se desenvolve a partir dos modos de vida e costumes dos moradores de uma determinada comunidade, fazendo com que se preocupem com os impactos gerados e na manutenção dos modos de vida e na preservação da biodiversidade. Seu perfil está diretamente ligado à possibilidade de contato e troca de experiência com o local visitado. (GRIMM; SAMPAIO, 2011, p.60)

Nesse sentido, Solha (2019) observa que é interessante como assuntos relacionados à cultura, valores e crenças, são aspectos que complementam o turismo nesses espaços rurais e geram motivação de pessoas interessadas em viver experiências conectadas a essas questões.

São espaços rurais privilegiados em meio a natureza, que se diferem pela oportunidade de oferecer uma interação com questões socioculturais de comunidades tradicionais. Os autores Raimund, *et al.* (2019) destacam que a interpretação do espaço natural vai muito além do local visitado, é necessário entender o espaço e seu redor, e é preciso interagir com aspectos culturais e sociais para entender as relações existentes nesses locais.

Irving (2009) explica seis premissas do turismo de base comunitária, esclarecendo os pilares que diferenciam esta atividade de outras atividades que não se preocupam com o desenvolvimento local. São elas:

- a) Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local – o turismo de base comunitária deve ter uma relação de proximidade, de confiança e de sobrevivência dos setores e da população envolvida. As bases do turismo de base comunitária devem ser a motivação endógena, os desejos e a participação dos grupos sociais e locais que se reconhecem como agentes do processo de construção e desenvolvimento local. Turismo de base comunitária se aproxima do desenvolvimento local, pois ambos têm por objetivo fomentar o crescimento econômico, gerar emprego, renda e oportunidades baseadas nas características endógenas, para alcançar a

melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social. O poder endógeno depende e deve estar relacionado ao saber endógeno, conhecer a própria realidade, se espelhar e se motivar com o cotidiano e o espaço local;

- b) Participação e protagonismo social do planejamento com implementação e avaliação de projetos turísticos – além das questões endógenas primordiais, o planejamento, sua aplicação e constante avaliação, feitos com a participação da comunidade local, tornam-se elementos fundamentais para garantir a essência da sustentabilidade com foco na conservação do patrimônio cultural e natural. Modelos bem-sucedidos demonstram que o envolvimento e empoderamento da comunidade são, muitas das vezes, fatores primordiais para que o turismo de base comunitária se consolide. É necessário entender que o processo de desenvolvimento turístico e participação social são lentos, sendo necessários, investimentos em capacitação, treinamentos e outras formações, e recursos humanos com resultados em algumas situações a longo prazo;
- c) Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados – umas das principais premissas do turismo de base comunitária é que este se desenvolva para grupos pequenos e públicos restritos, estabelecido com base em recursos locais, minimizando os pontos negativos e maximizando os positivos. O turismo de base comunitária visa a oferecer uma nova proposta de turismo que tende a fazer com que turistas e população local pensem numa nova filosofia de fazer turismo. As parcerias público-privado em conjunto com as questões de planejamento tornam-se essenciais para desenvolver e promover a sustentabilidade social e ambiental desses espaços;
- d) Geração de benefícios diretos à população local – outro ponto essencial do turismo de base comunitária, é a geração de benefícios diretos à população local, já que essa gerenciará os benefícios do desenvolvimento local. O turismo de base comunitária deve assegurar que os projetos sejam destinados e investidos em demandas que beneficiem o coletivo, ou seja, todos os projetos comunitários, evitando concentrar em determinado grupo. A transparência e avaliação por parte dos envolvidos, indicando os

ajustes e melhorias, são ferramentas de monitoramento que a comunidade precisa desenvolver;

- e) Afirmção cultural e interculturalidade – a valorização da cultura local torna-se essencial no turismo de base comunitária com o objetivo de valorização da identidade da comunidade e das heranças histórico-culturais, fortalecendo o sentimento de pertencimento da comunidade. A relação entre turistas, que buscam a experiência de integração social e cultural com saberes e fazeres genuínos e que estão abertos a oferecer seus conhecimentos técnicos-científicos, juntamente com comunidades de ambientes rurais aptas e interessadas em oferecer e dividir seus conhecimentos cotidianos, permite a relação de interculturalidade de múltiplas identidades as quais o turismo de base comunitária é capaz de gerar;
- f) O encontro e a dádiva como condição essencial – a essência para o turismo de base comunitária é a interação entre quem busca e quem oferece, cultura, modo de vida, saberes, vivências reais e únicas, ambos numa esfera de compartilhamento, trocas e aprendizagem nessa relação. Esse momento de encontro é o ápice do turismo de base comunitária, o ponto alto em que ambos, quem busca essa relação e quem oferece e compartilha, devem respeitar e ter a consciência e o conhecimento, e colocar em prática as premissas do turismo de base comunitária.

De acordo com Grimm e Sampaio (2011), a relação que o turismo de base comunitária oferece, está inteiramente ligado à modalidade de turismo de troca de experiências.

Após anos de estudos e inúmeros projetos desenvolvidos na América Latina, Maldonado (2009) comenta oito das maiores deficiências do turismo de base comunitária, que se constituem em desafios para as localidades que queiram empreender nesta modalidade de turismo, são elas:

1. Oferta sem fidelização, necessidade de criar o espírito de cooperação e potencializar;
2. Necessidade de uma maior oferta de produtos turísticos. O potencial é real, mas existe a necessidade de inovações e novos empreendedores;
3. Necessidade de operacionalizar a gestão dos negócios;

4. Falta de padrão, predominando a qualidade média e baixa;
5. Falta de divulgação e posicionamento de mercado em segmentos dinâmicos;
6. Deficiência dos métodos de divulgação, falta representatividade para negociação com agentes da cadeia produtiva;
7. Necessidade de participação e envolvimento de mulheres e associações nos projetos turísticos;
8. Falta de infraestrutura e necessidade de intervenção pública para melhorias.

Deficiências que devem ser observadas para que haja um trabalho de conscientização dinâmico e com ações concretas minimizando os impactos negativos, se estes existirem, buscando transformá-los em positivos. Os autores Sampaio e Zamignan (2012, p. 37) afirmam que “diante das discussões abordadas, entende-se que o turismo de base comunitária favorece o intercâmbio cultural, estimulado pela convivência direta e cotidiana, facilitando a troca de experiências e o agradável relacionamento de hospitalidade entre os turistas e os habitantes locais”.

Nesse sentido, Scótollo e Panosso Netto (2015) reiteram que o desenvolvimento de um local turístico, pode ser determinado pela técnica e pelos atores locais. A análise técnica deve partir considerando o local, seja ele um país, uma cidade, ou uma comunidade que possui características próprias que precisam ser analisadas no âmbito do planejamento turístico.

Finalizando, o turismo de base comunitária só irá se desenvolver após uma ampla sistematização da melhoria na infraestrutura, capacitação e cooperação para viabilizar o desenvolvimento local. A participação comunitária e o espírito de cooperação, bem como o apoio e incentivo a outros produtores, não são tarefas fáceis, mas que necessitam ser planejadas e executadas, e seus benefícios deverão envolver toda a comunidade local. Políticas públicas eficazes na gestão e metas acompanhando o processo e o envolvimento da comunidade são recomendáveis para iniciar esse processo.

O turismo de base comunitária abrange uma grande quantidade de comunidades em que o desenvolvimento já pode ser observado. Esses grupos de pessoas têm anseios diversos, buscando o desenvolvimento e renda próprios, mas querem manter o modo de vida sem comprometer suas características socioculturais. Coriolano (2008) afirma que no Brasil, muitas comunidades fazem parte dessas redes de turismo comunitário destacando-se entre estes sujeitos alguns movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, de

economias solidárias, organizações ambientais e ONG's, todos empenhados nesta tarefa de encontrar outros caminhos para o desenvolvimento local.

2.4 AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para iniciar a discussão sobre políticas públicas é necessário fazer uma reflexão sobre seus fundamentos, para poder relacionar o tema com o desenvolvimento local e o turismo de base comunitária. Nesse sentido vale salientar que em algumas localidades, a atividade turística tem se beneficiado das políticas de desenvolvimento local. Vale ainda lembrar que é necessário ter a percepção e preocupação com o esgotamento ou mau uso de recursos disponíveis, e o papel da gestão pública e da participação da comunidade neste processo. Esses e outros assuntos serão abordados e aprofundados neste capítulo.

As políticas públicas se fazem necessárias em todos os locais, se mostram ainda mais urgentes em localidades que buscam o amadurecimento e o desenvolvimento da atividade turística. É essencial entender algumas questões iniciais e os conceitos para relacionar políticas públicas ao desenvolvimento local. Lickosh e Jenkins³ (1996 apud LANZARINI; BARRETO, 2014 p. 294) “definem a política pública como um conjunto de documentos que estabelecem objetivos para serem atingidos mediante ações de planejamento, em função de uma série de alternativas, e implica em escolher onde e como aplicar recursos, que podem ser escassos”. Por políticas, Beni (2006b) define:

Políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade. Numa visão bem simplista, elas procuram maximizar os benefícios e minimizar possíveis efeitos adversos e, como tal, fazem parte do desenvolvimento planejado de uma região ou país, em que é necessário criar, desenvolver, conservar e proteger recursos turísticos. (BENI, 2006b, p.91).

Lima e D'Ascenzi (2013) comentam que, de forma superficial, as políticas públicas podem ser definidas primeiramente, pelo motivo de sua criação, ou seja, é necessário elencar os problemas que necessitam de intervenção do Estado, atentar para as soluções ou possibilidades e a resolução. A implementação, avaliação e a

³ LICKORISH, L. & JENKINS, C. **An introduction to tourism**. Oxford: Butterworth Heinemann, 1996.

repercussão fazem parte do processo e dos encaminhamentos. As políticas públicas têm se destacado na questão da participação popular nas escolhas e nos resultados, dessa forma, interagindo e ouvindo as necessidades das comunidades. Goeldner, Ritchie e McIntosh⁴ (2002 apud LANZARINI; BARRETO, 2014 p. 294), definem política de turismo como:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

Conforme a visão de Bonetti e Candioto (2012, p.2):

O tema políticas públicas de turismo pode ser definido como um conjunto de intenções, diretrizes, normas e estratégias estabelecidas no âmbito do poder público, com o propósito de alcançar e dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística em um determinado território. No entanto, não é apenas o Estado o responsável pelo direcionamento das políticas públicas. O setor empresarial e, em menor proporção a sociedade civil, têm uma importante influência nos rumos das políticas públicas.

Delgado e Leite (2011) complementam que os planos e ações direcionados em consonância com políticas públicas para o setor, estão baseados em três estratégias principais em busca de soluções, sendo: os programas governamentais em diversas áreas; ações voltadas para discutir no ambiente público e o empoderamento dos diversos atores e instituições locais e regionais na busca de articulações conjuntas para o setor. Os autores Delgado e Leite (2011) afirmam ainda que o objetivo de uma política de turismo é promover o máximo de benefícios, como emprego, renda, ganhos financeiros e minimizar os prejuízos que possam existir, como desequilíbrio e destruição das questões culturais e naturais.

A política pública deve ter estreita relação com o turismo, conforme foi abordado anteriormente, as políticas públicas têm hoje papel fundamental na organização e planejamento do setor de turismo, buscando através de participação social, fomentar diretrizes e ações para a promoção do setor. Cruz (2005) enfatiza que se as políticas públicas surgem através do processo de planejamento conjunto e participativo, deve-se reconhecer a importância e necessidade do planejamento ser

⁴ GOELDNER, C.; RITCHIE, J. R. B.; McINTOSH, R. **Turismo, princípios, Práticas, Filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

retroalimentado pelas políticas públicas dele decorrente, “a política não é apenas um instrumento do planejamento, ela é a sua alma” (CRUZ, 2005, p. 40)

Lohmann e Panosso Netto (2008), afirmam que a política pública de turismo deve ser utilizada para propor ações de desenvolvimento turístico para o setor, baseada em planejamento, com propostas embasadas em diretrizes e estratégias e com objetivos claros, para competir e incrementar o turismo interno e o mercado internacional.

Portanto, o envolvimento e participação da sociedade é de extrema importância para o direcionamento das políticas públicas. O processo de construção deve ser feito em conjunto para que se aproxime mais da realidade e de suas necessidades.

As políticas públicas de turismo, especificamente as de turismo rural ocupam um espaço pequeno no que se refere à gestão pública em suas diferentes escalas, porém o interesse pelo desenvolvimento do turismo rural vem aumentando no Brasil e no mundo, haja vista que o setor consiste em uma das mais importantes áreas do setor econômico, gerando não apenas renda, como também o intercâmbio de pessoas e de culturas (...) (BONETTI; CANDIOTTO, 2012, p.2).

De acordo com Lanza-rini e Barreto (2014), o papel das políticas de turismo, deve ser o de orientar e definir os termos de funcionamento do turismo, propor uma orientação e direção para o grupo pensando em estratégias e objetivos de desenvolvimento integrado. Propor a discussão das matérias e ações em conjunto e estabelecer a inter-relação com outros setores interessados. Solha (2004) salienta que o poder público deve estar atento para debater com os setores voltados para o turismo verificar quais são as suas necessidades e assim articular as políticas de turismo nesses locais. A autora afirma ainda que cabe ao estado determinar as políticas públicas para as diversas áreas de atuação governamental.

Porém, as políticas públicas voltadas especificamente para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária ainda são escassas. É isso que mostra Barros (2020), analisando que a Lei n.º 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo, nem sequer faz menção ao turismo de base comunitária ou se refere às populações tradicionais, colocando-as em posição absolutamente passiva na dinâmica do turismo, ao arrolar entre os seus objetivos “preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística” (BRASIL, 2008).

Assim, as políticas públicas em nível federal podem ser observadas no documento Plano Nacional de Turismo, 2018 – 2022 (MTUR, 2017), que tem como slogan “mais emprego e renda para o Brasil”, esse documento aborda várias propostas, citando diretrizes e ações para orientar e direcionar uma política pública de desenvolvimento para o setor do turismo. Diante do contexto da regionalização, é necessário ressaltar que a implementação das políticas de turismo tem como foco as regiões turísticas que foram identificadas a partir do mapa do turismo brasileiro, com os destinos classificados por categorias, como turismo de aventura, histórico, agroturismo etc. (MTUR, 2017).

Dessa maneira, Sampaio e Zamignan (2012, p. 26) afirmam que o turismo comunitário surge como uma modalidade que “oportuniza aos indivíduos, geralmente excluídos de políticas públicas, a geração de trabalho e renda, e educação, saúde e habitação, através da produção de serviços turísticos de forma associativa, comunitária, compartilhada e responsável”.

O documento Turismo de Base Comunitária em unidades de conservação Federais (2019) indica que a integração do turismo de base comunitária com políticas públicas é fundamental para garantir infraestrutura básica que atenda a comunidade, assegurando saúde, educação, saneamento, assistência técnica e cultura, objetivando uma melhor qualidade de vida para as famílias que residem no local. O documento aponta ainda, que a ausência desses serviços e de políticas públicas pode prejudicar o desenvolvimento do turismo de base comunitária, se essa for a escolha da comunidade local. Nesse sentido, o documento afirma que o turismo de base comunitária, pode ser o caminho para um processo de articulação junto aos responsáveis pelas políticas públicas, dessa forma organizando e apoiando a permanência dos moradores em suas propriedades, através da geração de renda.

As políticas públicas devem ser pensadas no sentido macro e não micro, pois elas não se limitam a situações rasas, elas devem surgir para resolver problemas difíceis de solucionar ou agir em situações de prevenção. É necessário pensar no conjunto de estratégias a serem tomadas para que os resultados sejam positivos e implementem resultados (BRASIL, 2019).

Na perspectiva do desenvolvimento, Scótolto e Panosso Netto (2015) sugerem que os resultados dos programas de desenvolvimento indicados por políticas públicas ou por acadêmicos da área devem estar vinculados a estratégias para desenvolver o local, podendo ter foco econômico, industrial, assistencial, social, turístico entre tantos

outros temas. Independentemente das estratégias escolhidas, comumente busca-se, em primeira instância, diminuir a pobreza ou aumentar a riqueza econômica de certos locais, portanto, os parâmetros que definem as melhorias a serem implementadas têm sido criados a partir dos resultados dos índices de pobreza levantados por institutos de pesquisa.

Os autores acrescentam, que várias políticas públicas sugeridas para o desenvolvimento local não se efetivam ou não colaboram para o efeito que se propõem. Muitas vezes, geram desenvolvimento negativo, ocasionando resultados ainda piores (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015). Destacam também, que é necessário conhecer o local, seu povo e suas características para propor estratégias que correspondam com o que a população local deseja, pois é ela que conhece os problemas e dificuldades do local, e a insatisfação pode ocorrer com estratégias impostas por governantes para a população em geral, caso esta não seja ouvida. (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015).

Ao ouvir as necessidades das populações locais, foi possível desenvolver uma política pública com base no programa de regionalização do Ministério do Turismo, o estado de Minas Gerais criou sua própria política pública no ano de 2001 com foco na regionalização do turismo. Este programa buscou conhecer as características dos municípios mineiros, ouvir os moradores locais, além de analisar os planos de desenvolvimento turísticos já existentes. (SET – MG, 2020).

Segundo a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SET – MG), os “circuitos Turísticos são a instância de governança regional, integrados por municípios de uma mesma região com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar, desenvolver e consolidar a atividade turística local e regional” (SET – MG, 2020). Minas Gerais, apresentando uma política pública para o turismo, incentivou a formação dos circuitos turísticos mineiros. Os municípios foram agrupados em regiões e a instância de governança dos circuitos, sendo proposta para a comunidade participar desta instância, também composta pelo poder público e iniciativa privada. Cada circuito possui seu estatuto e regimento interno em que são determinadas a organização formal e outras questões burocráticas.

Ainda de acordo com a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (2020) a Política Pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, em processo de implantação pelo Governo do Estado de Minas Gerais, desde o ano de 2001, é um modelo de política de turismo para outros estados e regiões. O estado ainda considera

e segue as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, embora o Ministério do Turismo considere atualmente, a classificação do potencial turístico dos municípios de forma individual.

Neste contexto da política de regionalização, é importante acrescentar que o município de Delfim Moreira, a partir do programa de regionalização, integra o Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira. Este circuito é formalizado em uma associação de municípios localizada na região do Sul de Minas na Serra da Mantiqueira que reúne 13 municípios (Figura 01). Cujo objetivo principal é “organizar, desenvolver e fomentar políticas públicas e projetos para o turismo regional para estimular e fortalecer o fluxo turístico nos municípios, gerando emprego, renda e desenvolvimento para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades locais” (Caminhos da Mantiqueira, 2019)⁵. O trabalho das instâncias de governança dos circuitos é a integração dos gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil, consolidando uma identidade regional sendo referência de desenvolvimento realizado através de cooperação conjunta. Borges *et al.* (2013) destacam que a função do setor público é desenvolver as políticas públicas, sendo que ações de interesse individual, isoladamente, não constituem políticas públicas.

⁵ Disponível em: < <http://www.caminhosdamantiqueira.tur.br/>>

Figura 1: Região definida como Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira

Foto: Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira, 2019

De acordo com Freitas *et al.* (2012), as políticas públicas trouxeram novos marcos, entre eles o novo rural brasileiro, explicando que a concepção do novo rural está atrelada à formulação de políticas públicas para o setor. Os mesmos autores afirmam que o espaço rural necessita de políticas públicas específicas, destacando a modalidade da sustentabilidade ambiental tornando-se evidente e necessário dentro dessa perspectiva de diretrizes e ações urgentes para o setor que está em início de desenvolvimento turístico na região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação tem caráter predominantemente qualitativo, para Dencker (1998) esse tipo de pesquisa pode ser considerado descritiva e exploratória. Veal (2011) acrescenta que a pesquisa exploratória busca descobrir, descrever ou mapear tipos de comportamentos em áreas que não foram estudadas, e é isto que foi realizado nos bairros rurais de Delfim Moreira – MG.

O principal método utilizado nesta pesquisa foi a etnografia, que na visão de Angrosino (2009, p. 16) “significa literalmente a descrição de um povo”. O autor afirma que a etnografia é um meio de estudar a cultura, o comportamento, costumes e crenças, e entender pessoas em grupos organizados, ou seja, comunidades e sociedades. Ogbu *et al.* (1988, p. 48) complementa que, a “etnografia é uma metodologia, uma ferramenta para estudar e compreender uma cultura, a maneira de vida de um grupo de pessoas, isto é, suas ideias, crenças, valores e pressupostos, seus comportamentos e as coisas que fazem”, exatamente o que se pretende nesta pesquisa. Moreira (2002) destaca que na etnografia, o pesquisador participa e vivencia a vida e a cultura do povo pesquisado. E acrescenta, que a pesquisa é realizada naturalmente no ambiente onde ocorrem os acontecimentos, através da observação participativa.

Conforme destaca Dencker (1998), a fase exploratória da pesquisa qualitativa, deve ser realizada através da imersão no problema e isso também se aplica aos estudos etnográficos. Na presente pesquisa, o trabalho exploratório ocorreu com a vivência em campo contemplando etapas de aplicação de entrevistas e questionários em conjunto com a observação participante e aconteceu entre os meses de agosto e dezembro do ano de 2020, época em que o distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19 já estava flexibilizado, permitindo a interação do pesquisador com os moradores dos bairros. Moreira (2002, p. 6), explica que, “a observação participativa é a principal técnica de pesquisa etnográfica. As entrevistas são muito utilizadas”. O observador participa e se adapta ao processo de coleta de dados, sendo necessário o investigador se adequar à situação. (PAWLOWSKI *et al.* 2016).

Essas duas técnicas geram dados que são complementados por outros documentos, narrativas, histórias de vida, artefatos e diagramas produzidos em seus locais de residência. Moreira (2002) acrescenta ainda, que para chegar a uma compreensão descritiva contextualizada da cultura, o pesquisador tem que se

envolver em tal cultura, aprender a “linguagem nativa”, como disse o célebre antropólogo Malinowski, interagir com os modelos dessa cultura, desenvolver uma compreensão empática da vida das pessoas tal como elas a percebem, assim como uma perspectiva holística do grupo. Este processo de imersão na cultura local foi facilitado e viabilizado devido ao fato do pesquisador ser morador no município de Delfim Moreira – MG, de conhecer os moradores dos bairros desde criança, além disso, o vínculo do pesquisador com famílias dos bairros e sua credibilidade junto à comunidade permitiu que as entrevistas fossem gravadas com consentimento dos moradores que responderam ao roteiro de perguntas.

A escolha dos moradores que foram entrevistados seguiu a técnica de bola de neve. Vinuto (2014) descreve a amostragem por bola de neve como cadeias de referências. A execução da amostragem em bola de neve se constrói identificando pessoas nomeadas como sementes — primeira rodada, a fim de identificar pessoas com o perfil adequado para responder às questões demandadas.

No caso da pesquisa, buscaram-se formadores de opinião dos bairros de maneira que se pudesse entender como se dava a realidade das comunidades rurais investigadas. Em seguida foi solicitado que as sementes indicassem novos contatos — segunda rodada — e assim sucessivamente. Flick (2009) afirma que na técnica de amostragem por bola de neve o pesquisador interage com os entrevistados, estimulando-os a indicarem outras pessoas da comunidade que possuam o perfil esperado. Vinuto (2014) afirma que desta maneira o quadro de amostragem se torna saturado, dessa forma não havendo novos nomes ou ideias e informações que sejam relevantes para a análise.

As entrevistas foram realizadas por meio de agendamento de todas as visitas, dessa maneira no horário previamente combinado, o entrevistador explicava o motivo da entrevista, o tema da dissertação, a instituição a qual está cursando, entre outros detalhes, dessa forma tranquilizando o entrevistado, já que para muitos o tema ou a entrevista era algo novo. A maioria das entrevistas foi realizada em ambiente aberto e arejado, já que foram feitas em um período crítico de contaminação do vírus COVID-19, o entrevistador sempre usando máscara e álcool em gel, tomando todas as precauções para que fosse evitado qualquer contaminação e dessa maneira resguardando os entrevistados. Com todas essas precauções e exigência de detalhes, as entrevistas foram realizadas com muita dedicação e eficácia, gerando um volume grande de informações sobre os bairros, a cultura, os projetos e ideais da

população, evidenciando sempre as necessidades, os problemas, e o que essas pessoas pensam, dessa maneira relatando sobre os temas e perguntas questionados.

Para a primeira rodada foram definidos três entrevistados em cada bairro, sendo eles moradores com as seguintes características: líderes religiosos, líderes políticos e líderes do bairro que participam da associação de bairro. A segunda rodada foi realizada com cinco membros da comunidade indicados por estas seis sementes, sendo estes moradores que já foram membros de associações de bairro e produtores rurais. A terceira e última rodada de entrevistas se deu com três pessoas da comunidade local, indicadas pelos entrevistados na segunda rodada que se destacavam como produtores ou tinham envolvimento nas associações de bairro, como membros atuais ou ex-membros.

A realização das entrevistas foi baseada em um roteiro de 21 perguntas e/ou assuntos (Quadro 01). Para atender os preceitos de ética na pesquisa das ciências sociais, no início de cada entrevista foi pedida autorização através da leitura e assinatura de termo de consentimento livre, lido e esclarecido a cada um dos entrevistados (Apêndice 2).

Para obter uma visão geral do processo de entrevistas com as rodadas da amostragem bola de neve e as características dos entrevistados, elaborou-se o Quadro 01.

Quadro 1 – Relação dos entrevistados e suas características como membros das comunidades de Rosário e São Bernardo.

Bairro	Semente	Rodada 2	Rodada 3
Rosário	E1- líder religiosa	E6 - líder político	
	E2 - líder político	E7 - membro de associação	E12 - membro de associação
	E3 - membro de associação	E8 - membro de associação	
São Bernardo	E4- líder religioso	E9 - membro de associação	E13 - membro de associação
	E5 - líder político	E11 - membro de associação	E14 - produtor rural
	E10 - membro de associação		

Fonte: Dados da Pesquisa

O roteiro de perguntas que apoiou as entrevistas, foi formulado com base em conceitos como desenvolvimento econômico e sociocultural, que tratou sobre cooperativismo, associativismo e turismo, a partir da adaptação e inter-relação de conceitos e temas chave que pudessem ajudar a cumprir os objetivos da pesquisa.

O roteiro das entrevistas conforme anexo (Apêndice 1) foi construído da consolidação das teorias que apontam critérios e métodos para avaliar a realidade dos bairros rurais. Dessa forma, inter-relacionando os estudos e informações coletadas através de teorias sobre o assunto e coleta de informações nos bairros, identificando o interesse e o conhecimento das comunidades.

Os temas de análise foram organizados, seguindo objetivos da dissertação, tais como o entendimento e o interesse dos entrevistados pelo turismo de base comunitária, e desenvolvimento local. Os temas específicos foram definidos a partir das teorias dos temas de análise e conforme os objetivos pré-estabelecidos para o presente trabalho. A teoria, o pensamento e a compreensão dos autores sobre os temas contribuíram para essas definições, temas esses que tratam sobre assuntos inerentes as teorias estudadas ao longo dos capítulos anteriores deste trabalho.

Grimm e Sampaio (2011) destacam que o turista que busca o turismo de base comunitária, valoriza questões ligadas à cultura e ao meio ambiente, tem mais tempo livre para vivenciar e tornar a experiência em vivências únicas, mas como não há um fluxo regular de turistas nos bairros pesquisados estes assuntos foram contemplados em questões sobre as características dos atrativos, bens e patrimônios dos bairros pela ótica dos entrevistados.

Maldonado⁶ (2009 apud FABRINO, 2013) destaca as maiores deficiências do turismo de base comunitária: necessidade de maior oferta e fidelização; melhor gestão dos negócios; serviços sem padrão; necessidade de divulgação e métodos eficazes; falta de participação das mulheres e necessidade de infraestrutura. Então, para verificar estas fragilidades foram pensadas questões para compor a matriz conceitual de apoio para elaboração do roteiro de entrevista.

⁶ MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas**. Rio de Janeiro, 2009.

Quadro 2 - Matriz conceitual de apoio para elaboração do instrumento de coleta de dados: roteiro de entrevista com formadores de opinião

(continua)

Temas de análise	Autores	Tema específico	Questão para o roteiro de entrevista
TURISMO NO ESPAÇO RURAL	- Almeida (2000); - Kloster e Cunha (2014); - Lindner, Ferreira e Souza (2009); - Sampaio e Zamignan (2012); - Vieira (2016).	Inovação, emprego e renda.	Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade?
	- Almeida (2000); - Candiottto (2010); - Guzzatti (2003); - Kloster e Cunha (2014); - Monteiro e Ribeiro (2013); - Sampaio e Zamignan (2012)	Relação com aspectos culturais e naturais.	Quais são as coisas que atraem ou podem atrair turistas para o bairro?
	- Kloster e Cunha (2014); - Rodrigues (2003).	Participação da comunidade local no planejamento e execução de ações.	Como a comunidade se mobiliza para reivindicar suas necessidades?
	- Beni (2002); - Candiottto (2010); - Candiottto (2012); - Kloster e Cunha (2014); - Marques (2002); - Martins e Conterato (2013); - Pagliarussi, Aquino (2013).; - Rodrigues (2000); - Rodrigues Dewes e Souza (2017); - Tulik (2010)	Interesse em atuar com turismo.	Você gostaria de receber turistas em sua propriedade/casa?
COMUNIDADE NO ESPAÇO RURAL	- Fernandes (2017); - Silva <i>et al.</i> (2003). - Muresan (2016); - Scheneider (2006); - Silva (2003); - Scótolo e Panosso Netto (2015).	Impactos no espaço rural.	Como vocês preservam a cultura local e o meio ambiente?
	- Elesbão (2007); Scótolo e Panosso Netto (2015);	Transformações do turismo no espaço rural.	O que o turista pode trazer de benefício para você e sua família?

(continuação)

Temas de análise	Autores	Tema específico	Questão para o roteiro de entrevista
COMUNIDADE NO ESPAÇO RURAL	- Fernandes (2017); - Maldonado (2009). - Schneider (2006);	Relação entre os diferentes grupos da comunidade.	Como é sua convivência com os moradores dos condomínios? Você os considera da comunidade?
	- Elesbão (2007); - Fernandes (2017); - Maldonado (2009). - Schneider (2006); - Scótollo e Panosso Netto (2015);	Potencialidades do turismo no espaço rural.	O que a comunidade faz para se divertir? Gostariam de dividir estes lugares e estas ocasiões com turistas?
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	- Irving (2009); - Sampaio e Zamignan (2012).	Coesão de laços sociais.	Como as pessoas se ajudam aqui no bairro? Há união entre os moradores?
	- Aquino (2013); - Fabrino (2013); - Guzzatti (2003); - Irving (2009); - Martins e Conterato (2013); - Pagliarussi (2013); - Sampaio (2005); - Silva e Arnhold Junior (2010);	Sentido coletivo.	Explique o papel da Associação? Quem são os associados, quando se reúnem, quais os assuntos que discutem, como apresentam as reivindicações etc.
	- Irving (2009); - Silva e Arnhold Junior (2010).	Qualidade de vida.	Quais são os principais problemas do bairro?
	- Irving (2009); - Sampaio e Zamignan (2012).	Hospitalidade e encontro entre turista e anfitrião	Quais são suas preocupações com os turistas?
	- Irving (2009); - Mielke e Pegas (2013); - Mitchell e Muckosy (2008); - Silva e Arnhold Junior (2010).	Inclusão.	Existem trabalhos e ações conjuntas entre comunidade local e outras comunidades ou grupos regionais?
	- Coriolano (2003); - Irving (2009); - Tulik e Teles (2017).	Valorização local.	Você segue os modos de vida tradicionais, cultivo, plantio e produção de alimentos de seus antepassados? Quais são?
	- Irving (2009); - Silva e Arnhold Junior (2010).	Pertencimento e identidade sociocultural.	Qual é seu sentimento pelo bairro? Você gostaria de sair daqui? Porquê?

(conclusão)

Temas de análise	Autores	Tema específico	Questão para o roteiro de entrevista
AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS	- Kloster e Cunha (2014);	Direcionamento de políticas públicas.	Você já foi chamado para discutir alguma ação da prefeitura para melhorar o bairro?
	- Kloster e Cunha (2014); - Scótolto e Panosso Netto (2015); - Solha (2004).	Envolvimento e participação da comunidade.	Você acha que os moradores do bairro gostariam e participariam de discussões sobre o desenvolvimento do turismo aqui?
	- Cruz (2005); - Delgado e Leite (2011); - Scótolto e Panosso Netto (2015).	Gestão e desenvolvimento planejado.	A associação poderia assumir o papel de intermediação entre os moradores, os políticos e os especialistas para planejar como querem o turismo no bairro?
	- Lohmann e Panosso Netto (2008).	Participação social.	Você acha que a comunidade participaria de ações direcionadas para o desenvolvimento local e melhorias na comunidade?
	- Borges <i>et al.</i> (2013); - Sampaio e Zamignan (2012); - Scótolto e Panosso Netto (2015).	Envolvimento dos órgãos promotores da atividade turística.	O tema turismo já foi discutido alguma vez com a comunidade em reuniões da associação de bairro?
	- Beni (2006b); - Boneti e Candiottto (2012); - Lanzarini e Barreto (2014); - Lima e D'Ascenzi (2013).	Políticas públicas de turismo para definir conjuntos de intenções.	Você propõe alguma sugestão ou ação para o desenvolvimento turístico?

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme afirmado anteriormente, a definição do roteiro das entrevistas permitiu conhecer a realidade dos entrevistados, além de entender suas necessidades e expectativas. Além disso, foi formulado de acordo com o conhecimento do histórico e das características físicas e econômicas do município de Delfim Moreira e dos bairros de São Bernardo e Rosário. O capítulo, a seguir, realiza um panorama do município desde sua fundação até os dias atuais, enfocando sua economia atual.

4 DELFIM MOREIRA

De acordo com o documento da Secretaria Municipal de Educação de Delfim Moreira (2012), os fatos ligados ao surgimento e formação do município de Delfim Moreira estão relacionados à chegada dos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII. As diversas pesquisas e interpretações de historiadores desconhecem a exatidão da identidade das tribos indígenas que habitavam a região, mas identificam cerâmicas e objetos pessoais que, provavelmente, pertenciam aos povos indígenas anteriores à invasão portuguesa.

Segundo Custódio Sobrinho (2006), em relação ao período e ocupação, os relatos mais concretos de historiadores e autoridades descrevem que a descoberta das minas de Itajubá¹ ou cachoeira do Itagyba, foi realizada pelo sargento-mor, Miguel Garcia Velho, sobrinho do capitão Manoel Garcia, oriundo da Vila de Taubaté e integrante de uma das famílias mais poderosas do império e da Capitania de São Paulo. Segundo Geraldino Campista² (s/d, p.446 apud CUSTÓDIO SOBRINHO, 2006, p. 5–6) “não há uma exatidão da data de fundação do povoado, mas provavelmente tenha ocorrido entre os anos de 1703 a 1705”. Conforme o documento da Secretaria Municipal de Educação de Delfim Moreira (2012), o bandeirante teve esse local como base para estabelecer o início de povoação do território, inicialmente o local foi denominado pelo ocupante, como Novo Descoberto de Itajubá ou freguesia de Itajubá.

A atividade relacionada à mineração, em específico ao ouro, não teve o sucesso esperado e os resultados eram cada vez mais desanimadores, refletindo em um lugarejo que prosperava lentamente.

Segundo Armelin Guimarães³ (s/d, apud CUSTÓDIO SOBRINHO, 2006, p.11) a população teria que buscar outros meios e trabalho para não sofrer com a estagnação econômica e investiram em produção agrícola, com plantio de cereais, cana-de-açúcar, criação de aves, cabras e suínos resultando em produção rapadura, queijos, manteigas.

¹ Nome Tupi cujo significado remete à ideia de queda d'água, sendo traduzido literalmente como “o rio das pedras que do alto cai”. A denominação se referia à presença de uma cachoeira do rio Santo Antônio.

² CAMPISTA, G. **Itajubá. 1703 – 1832. Memória histórica**. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, s/d. p. 446.

³ GUIMARÃES, A. **História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

Conforme relata Custódio Sobrinho (2006), o Padre Lourenço da Costa Moreira, então nomeado para o cargo de pároco em 1818 para a freguesia de Itajubá, descontente com algumas questões, como: clima, pobreza e dificuldades de acesso, juntamente com moradores do povoado resolveram abandonar a localidade e migrar para a região, que foi chamada de Boa Vista do Sapucaí, atual município de Itajubá – MG. Os dados da Secretaria Municipal de Educação de Delfim Moreira (2012) confirmam que houve um significativo êxodo em direção a este novo povoado que ficava a jusante da referida aglomeração.

Vários conflitos de ordem administrativa e religiosa devido à existência de dois aglomerados próximos, fizeram com que ambos os locais reivindicassem a sede da paróquia de Nossa Senhora da Soledade e o status de Freguesia. Quando em 1832 a nova igreja erguida no novo vilarejo formado pelos moradores do antigo povoado, conquistou o título e foi elevada a matriz, fazendo com que a freguesia de Itajubá fosse suprimida a simples condição de curato.

Custódio Sobrinho (2006) ressalta que em 1832, a sede da freguesia de Itajubá foi transferida para o novo povoado denominado Boa Vista de Itajubá. Já o antigo povoado voltaria a se tornar freguesia e se chamar Soledade de Itajubá (conhecida como Itajubá Velho). Em 1862, mediante a lei n.º 1149, a vila foi elevada à condição de cidade e em 1939 a localidade foi emancipada e passou a se chamar Delfim Moreira⁴.

Documentos da Secretaria Municipal de Educação de Delfim Moreira (2012), revelam que, conforme abordado anteriormente, no final do século XIX, as atividades econômicas estavam concentradas principalmente para agricultura e pecuária de subsistência. Um novo rumo e novas atividades econômicas foram ações fundamentais para que a cidade pudesse contornar os problemas financeiros do povo e a falta de trabalho, e dessa forma evitar novos e futuros êxodos da população que permaneceu no local.

⁴ Delfim Moreira já era o nome dado à estação ferroviária inaugurada em 1928. Delfim Moreira da Costa Ribeiro foi um advogado e político brasileiro, exerceu cargo de presidente da república no período de novembro de 1918 a julho de 1919. (DELFIN MOREIRA, 2012).

Nesse período, houve a introdução e o plantio de frutas de clima temperado, em especial o marmelo, a exemplo do Barão da Bocaina⁵, essa nova atividade agrícola começou a mudar, consideravelmente, o perfil econômico da região.

A produção das frutas foi se tornando fonte de renda e desenvolvimento local. Começaram a se instalar no município várias fábricas de doces, a primeira foi empreendida pelo senhor Antônio Ferraz, proprietário da fazenda Alegria. Logo no início as fábricas começaram a vender as frutas e suas polpas, principalmente o marmelo, para a capital da República, Rio de Janeiro–RJ. O transporte dos produtos era realizado em lombos de burros até a Estação de Lorena –SP, onde o trem os levava até a Estação Barão de Mauá no Rio de Janeiro.

O progresso econômico e a geração de emprego começaram a se desenvolver, por isso o ramal Itajubá/Delfim Moreira foi instalado em 1928, o trajeto da linha que pertencia à Rede Sul Mineira, tinha planos de percorrer até o município de Piquete no estado de São Paulo, o projeto não foi concluído e o trajeto se encerrava na Estação Delfim Moreira. As obras do ramal Itajubá/Delfim Moreira pela Rede Sul Mineira de viação tiveram início na década de 1920 e foi concluída em 1927. A estação ferroviária cuja estrutura abrigava passageiros e cargas, destacou-se na paisagem por sua imponente fachada em estilo eclético, construída em dois pavimentos (Figura 02). No térreo havia um grande galpão para armazenamento de mercadorias, a bilheteria, o telégrafo e o escritório administrativo. O segundo piso comportava a residência do gerente responsável pela linha (DELFIM MOREIRA, 2012). A locomotiva foi um dos mais importantes marcos na história do município, pois fazia o transporte de pessoas e cargas para o município vizinho, Itajubá. O trem tinha função de transportar as frutas e polpas produzidas no município. Partindo de Itajubá, a Maria Fumaça tinha como rumo o município de Soledade próxima a cidade de São Lourenço⁶.

⁵ Personalidade dedicada à política e ao comércio, Francisco de Paula Vicente de Azevedo, o Barão da Bocaina, tomou posse de terras na Serra da Mantiqueira em 1861, através das quais se tornou um fazendeiro modelo entre intelectuais brasileiros e estrangeiros. Em sua propriedade, o barão introduziu a cultura de frutas europeias e o plantio de cinco mil pés de marmelo, vindos diretamente de Portugal, mostrando-se como um dos pioneiros também na implantação do trabalho livre. Outro fato interessante sobre este personagem da história mineira refere-se uma doação de terras feita pelo Barão ao Ministério da Guerra em 1900. O território localizado a 2.000 metros de altitude no Pico dos Cabritos, foi utilizado para a construção de um sanatório do exército, sendo logo desativado devido à dificuldade de acesso àquela região. (DELFIM MOREIRA, 2012).

⁶ Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_sapuca/itajuba.htm>

Figura 2: Maria fumaça parada na estação Delfim Moreira e imagem parcial da cidade

Foto: Faria, 1932

O transporte de passageiros, de cargas de polpas de frutas e as frutas *in natura* das indústrias era feito pelo trem Maria Fumaça, e foi fundamental para escoar os produtos com agilidade e, dessa maneira, atrair novas indústrias e empresários numa localidade com dificuldades e restrições de acesso para aquela época. De acordo com documentos da Secretaria Municipal de Educação de Delfim Moreira (2012), o progresso econômico levou a localidade ao desenvolvimento urbano e ao crescimento populacional, elementos fundamentais para a instalação de uma ferrovia ligando Delfim Moreira e Itajubá.

Andrade e Ferreira (2013) afirmam que o município e região destacavam-se em âmbito nacional quanto ao volume e a produtividade na fruticultura. Ainda segundo os

autores, no período entre as décadas de 1910 e 1970, Delfim Moreira e Marmelópolis⁷, foram referências nacionais na produção de frutas de clima temperado, como ameixa, figo, pera, maçã, pêssigo e principalmente o marmelo, na Figura 03 pode-se observar a propaganda da fábrica de conservas Colombo S.A., como era denominada a empresa.

Figura 3: Produção de Marmelada da Fábrica de Conservas Colombo

Foto: Faria, 1929

Várias empresas de outras regiões se instalaram no município, ambas focadas na produção industrial. Centenas de empregos diretos e indiretos eram gerados na época da safra, além disso, durante todo o ano eram necessárias pessoas para trabalhar no cuidado e manutenção dos pomares. O movimento do comércio local e regional era significativo, mesmo que naquela época não houvesse rodovias pavimentadas e circulação de veículos automotivos e as estradas de acesso eram todas de terra.

Por outro lado, o trem era eficiente, mas com poucas opções de horários, restringindo o acesso para a cidade mais próxima que era Itajubá. Isso favoreceu o comércio na região ao redor do município, pois as pessoas não tinham muita facilidade para se locomover a outros centros de comércio mais desenvolvidos. O ramal ferroviário funcionou até junho de 1961, a estação virou moradia e os trilhos da ferrovia foram arrancados. A antiga estação ferroviária, após ser usada para inúmeras outras funções, tornou-se propriedade da prefeitura em 1990 e hoje abriga a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

⁷ Nessa época conhecido como distrito de Queimada, pertencente ao município de Delfim Moreira.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação de Delfim Moreira (2012), em 1939 a primeira prefeitura do novo município emancipado foi instalada no imponente casarão na praça central. A Figura 04 retrata o casarão construído em 1880 pelo português e comerciante Albino José Alves, que tinha influência política na região. Além de ter abrigado a prefeitura, o casarão foi palco de grandes eventos e banquetes que comemoraram a inauguração da luz elétrica e do ramal ferroviário no final do século XIX. Hoje é uma propriedade particular de uso residencial, não aberta à visitação e é um bem tombado do patrimônio histórico cultural do município.

Figura 4: Casarão que pertencia ao senhor Albino José Alves

Foto: Acervo pessoal, 2010

Os dados da Secretaria Municipal de Educação de Delfim Moreira (2012), destacam que até a metade do século XX, inúmeras fábricas investiram e abriram unidades no município. Na década de 1950 o marmelo era o principal produto da região, movimentou cerca de 51% do mercado delfinense. Na época havia também a produção, em menor escala, de derivados do leite e fumo, além do cultivo de batata, milho, cebola, ervilha e a criação de bovinos e suínos. Ainda na década de 1950 o município recebia melhoramentos urbanos e de infraestrutura, várias ruas foram pavimentadas, o município possuía rede de esgoto e de abastecimento de água, havia também rede de telefonia e várias casas e espaços públicos contavam com iluminação elétrica. Além disso, Delfim Moreira abrigava uma agência bancária, um hotel, um cinema e duas escolas de ensino médio e fundamental.

Com o marmelo sendo o principal produto da economia local, Delfim Moreira desenvolveu-se, nesse sentido, inúmeras casas foram construídas alterando o cenário da cidade, grande quantidade de veículos começou a circular pela cidade. Na década de 1960, mesmo período de desativação da ferrovia, foi o auge da comercialização do marmelo, a produção alcançou os 12 milhões de quilos e toda essa produção foi escoada por caminhões. Delfim Moreira tornou-se referência no Brasil pela produção da marmelada, doce tradicional da época. O município prosperou e se modernizou e em consequência do desenvolvimento econômico, as melhorias e investimentos nas áreas sociais e de infraestrutura foram visíveis. (DELFIM MOREIRA, 2012).

Ainda de acordo com o mesmo documento, nas décadas de 1970 e 1980 o cenário começou a mudar, problemas começaram a surgir e algumas dificuldades, principalmente relacionadas às pragas nas lavouras de marmelo e em outras árvores frutíferas, fez com que os produtores enfrentassem grandes desafios, com isso os problemas econômicos se agravaram, levando ao endividamento e à falência dos produtores. O desemprego se consolidou, a população evadiu e diminuiu em torno de 2.700 pessoas, no período de dez anos.

Barbosa e Andrade (2014) explicam que com a decadência da produção de frutas de clima frio e o fechamento de grande parte das indústrias, muitas pessoas deixaram o município, buscando emprego e oportunidade nas cidades vizinhas e, até mesmo, em cidades maiores em outros estados, ocasionando grande êxodo rural e modificando os rumos do município de Delfim Moreira.

Para quem permaneceu no município a solução foi buscar alternativas de trabalho e renda, como a agropecuária, o turismo e a truticultura, atividades relacionadas e favorecidas pelos aspectos geográficos e pelo clima característico da Serra da Mantiqueira. Outra opção foi morar em Delfim Moreira e trabalhar nas cidades vizinhas, como, por exemplo, Itajubá que se despontava com o desenvolvimento do comércio e de indústrias se destacando no cenário regional.

Percebe-se que nas duas maiores crises que o município passou até o momento, a primeira do ouro e a segunda da fruticultura; a agropecuária foi a atividade que substituiu a produção principal que movimentava a economia local. Barbosa e Andrade (2014, p. 786) afirmam, que “desde a chegada dos portugueses, até os dias atuais, a agropecuária sempre teve papel de destaque na economia brasileira, sendo que ela foi e ainda continua sendo de fundamental importância para a geração de recursos e o aumento do bem-estar social”. Segundo Nahas *et al.* (2000, p.50) por

“bem-estar entende-se a integração harmoniosa entre os componentes mentais, físicos, espirituais e emocionais”, que também pode ser entendido como o objetivo do desenvolvimento sustentável de um município.

O percurso histórico e contexto socioeconômico apresentados indicam que o município de Delfim Moreira possui uma quantidade significativa de patrimônios culturais e ambientais (flora e fauna), com destaque para o bioma da mata atlântica presente na Serra da Mantiqueira.

Os bens patrimoniais históricos e culturais do município, em sua grande maioria, estão relacionados ao final do século XIX e início do século XX. Desse período destacam-se, por exemplo, a antiga estação ferroviária, as estruturas das antigas fábricas e seus casarões, que na época era resultado do fato de o município ser uma das maiores economias da região, bem como, os antigos pontilhões que faziam parte da infraestrutura de acesso da Rede Mineira de Viação, fazendas e casarões do período colonial. Em outras épocas essas construções tiveram sua função, hoje fazem parte da história que o município deve e vem resgatando com ações pontuais, mas que, necessariamente, precisam de ações voltadas para sua utilização e valorização, sendo como parte de um passado áureo que de certa forma revela seu valor e potencial para a comunidade que vive em Delfim Moreira na atualidade.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Turismo de Delfim Moreira, por volta do ano de 1998, houve um trabalho realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG), intitulado “Diagnóstico Municipal de Delfim Moreira”, um dos únicos projetos voltado para o setor de turismo que ocorreu na região. O projeto contou com a parceria do SEBRAE-MG e foi uma iniciativa de política pública da prefeitura municipal com intermédio da secretaria de turismo da época. De maneira resumida, o projeto foi implementado durante anos no município, baseado em um documento que analisava informações relativas aos aspectos físicos, geográficos, aspectos históricos, inserção regional, aspectos demográficos, economia local, infraestrutura, aspectos sociais, meio ambiente, potencialidades turísticas e recomendações estratégicas.

Conforme afirmam Andrade e Ferreira (2013), por volta do fim dos anos 1990, alguns municípios iniciaram um trabalho para o desenvolvimento do turismo, foi o caso de Maria da Fé e Delfim Moreira, ambas contempladas com um projeto referência na região com apoio e execução do SEBRAE-MG, alguns empreendedores iniciaram

investimentos em infraestrutura voltadas ao turismo, como hotéis, pousadas, pesqueiros, agências, campings, entre outros. Após alguns anos o projeto foi cessado em ambos os municípios. Os principais motivos em Delfim Moreira foram a falta de comprometimento e negligência do poder público em executar as ações e melhorias previstas, que beneficiariam, não só os turistas, mas toda a população que reside no espaço rural delfinense.

Projetos e ações de desenvolvimento do turismo, considerando os tempos atuais e o potencial que o município possui, devem ser pensados, planejados e organizados pelo poder público, em conjunto com a comunidade, dessa forma tornando o processo de discussão e implantação legítimo e motivador para a população local.

O município de Delfim Moreira está localizado no sul do estado de Minas Gerais (Figura 05), na divisa com o estado de São Paulo, situada a 254 km da capital de São Paulo, a 287 km da capital do Rio de Janeiro, a 475 km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e a 27 km da cidade de Itajubá, esta última considerada como uma das maiores cidades do sul do estado.

Figura 5: Delfim Moreira no estado de Minas Gerais

Fonte: IBGE, 2010

A Figura 06 mostra o município de Delfim Moreira, no centro, na cor verde-escuro, e os seus municípios limítrofes. Os que estão no estado de Minas Gerais são: Maria da Fé ao norte, Virgínia a nordeste, Marmelópolis a leste, a oeste está Wenceslau Braz e a noroeste, Itajubá. Os municípios paulistas são: Piquete, que fica a sudeste, Guaratinguetá ao sul e Campos do Jordão a sudoeste. (DELFIM MOREIRA, 2015).

Fonte: Prefeitura de Delfim Moreira, 2015

A área total do município é de 409 km², está inserida na APA – Área de Preservação Ambiental Serra da Mantiqueira, na Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí. O bioma encontrado é o da Mata Atlântica, com aproximadamente 60% de cobertura vegetal nativa. (DELFIM MOREIRA, 2015).

De acordo com informações colhidas em campo, as principais rodovias de acesso ao município de Delfim Moreira são, a BR-459 e a MG-350 conforme destacado na Figura 6. A BR-459 liga os municípios de Lorena no estado de São Paulo à Poços de Caldas, no estado de Minas Gerais. Na divisa de estado, no entroncamento no bairro Barreira, no município de Delfim Moreira a BR-459 segue destino ao município de Wenceslau Braz passando pela zona rural de Delfim Moreira, logo após atravessa o município de Wenceslau Braz sentido Itajubá (cerca de 47 km), é uma rodovia federal interestadual com um trajeto bem sinuoso, passando pela Serra da Mantiqueira. Já a MG-350 liga o município de Marmelópolis à Delfim Moreira (cerca

de 18 km) passando pela área urbana da cidade, sendo uma rodovia estadual intermunicipal. A rodovia MG-350 faz parte do acesso de Delfim Moreira para o município de Itajubá (cerca de 27 km), no entroncamento próximo à Itajubá o acesso é continuado pela BR-459. A MG-350 faz parte da rota que corta caminho e liga o bairro Barreira, vindo de Piquete no estado de São Paulo, sentido Delfim Moreira e Itajubá, é uma rodovia muito movimentada e é o principal trajeto para os motoristas terem acesso do Sul de Minas ao Vale do Paraíba e vice-versa.

Figura 7: Rodovias de acesso

Fonte: Google Maps, 2019

Em relação à população de uma localidade, deve-se atentar para as características e cultura das pessoas. Muitos municípios, principalmente os interioranos, destacam-se pela grande extensão de sua área, sendo a área rural e sua população normalmente maior que a urbana.

Delfim Moreira possui uma extensa área territorial e a densidade demográfica de aproximadamente 19,51 habitantes por quilômetro quadrado e sua população de 7.971 habitantes, considerando dados do ano de 2010. E a população estimada para 2018 foi de 8.035 habitantes. (IBGE, 2010).

Com relação aos bairros Rosário e São Bernardo, que serão a área de estudo desta dissertação, a Secretaria Municipal de Saúde de Delfim Moreira (2019) informa que no bairro Rosário há 244 moradores e no bairro São Bernardo são 399 moradores, somando, aproximadamente, 8% do total da população do município.

Andrade e Ferreira (2013) destacam que Delfim Moreira está situada na Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas e na microrregião de Itajubá, que se limita com o estado de São Paulo e com as microrregiões sul mineiras de Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e São Lourenço. Sendo uma região com extensa área rural, fato que a torna promissora para o desenvolvimento turístico, mesmo considerando as cidades polos citadas anteriormente, que já possuem infraestrutura mais ampla e diversificada para atender turistas, como pousadas e pequenos hotéis.

A microrregião de Itajubá, possui uma extensão de 2.993 quilômetros quadrados e uma população de 189.251 habitantes, sendo 73,7% residente em áreas urbanas (IBGE, 2010). Essa realidade é ao contrário no município de Delfim Moreira, cuja maior concentração da população reside na zona rural.

De acordo com Andrade e Ferreira (2013) em termos geográficos, a microrregião de Itajubá está localizada na Serra da Mantiqueira que apresenta como características geomorfológicas a existência de áreas com declividade e amplitude topográfica, o Pico dos Marins possui altitude de 2.430 m o ponto de maior altitude na microrregião, enquanto o leito do rio Sapucaí está à 850 m, o local com menor altitude.

Delfim Moreira se destaca pela topografia predominantemente montanhosa, ar puro e clima frio. O clima é ameno, com inverno rigoroso e grande frequência de geada, chegando a temperaturas negativas nos dias mais frios, típico de cidades localizadas em alto de serra. De acordo com a classificação climática de Köppen que foi aplicada ao estado de Minas Gerais por Sá Júnior⁸ (2009 apud MENSAH *et al.* 2018, p. 444) “o clima na localidade é do tipo Cwb – Clima temperado úmido com invernos secos e frios suscetíveis às fortes geadas devido à altitude da Serra da Mantiqueira, e verões mornos, com estações secas e chuvosas bem definidas”. O clima e a altitude influenciam a vegetação predominante que são os cerrados e campos de altitude, característicos da mata atlântica.

Ainda de acordo com Andrade e Ferreira (2013), nos locais de menor altitude, as florestas tropicais latifoliadas predominam na região devido a essas áreas estarem mais habitadas com intensa atividade agropecuária, como ocorrem nos municípios de Brasópolis e Piranguinho. Nas áreas intermediárias, predominam as matas de araucárias, onde a ocupação humana é menor com predomínio de atividades agropecuárias, silvícolas e turísticas, como ocorre nos municípios de Delfim Moreira

⁸ SÁ JÚNIOR, A. **O zoneamento climático do estado de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado. UFLA: Lavras, 2009.

e Maria da Fé. Nas áreas mais elevadas, nos municípios de Marmelópolis, Delfim Moreira, Piranguçu e Wenceslau Braz, predominam os campos de altitude, caracterizados pela pouca ocupação humana e formados principalmente por áreas de preservação ambiental.

Acredita-se que o relevo, a vegetação e o clima predominantemente de serra, com oferta variada de flora e fauna, com muitos locais ainda poucos explorados, constitui um potencial atrativo a ser organizado e apropriado pelo turismo. Galvão e Devy-Vareta (2010) consideram que a paisagem rural é uma construção social preservada por circunstâncias naturais, mas constantemente transformada pela ação humana: a agricultura, silvicultura, urbanização etc. Portanto, os sistemas agrícolas tradicionais e sua modernização são responsáveis pelas mudanças e transformações da paisagem rural.

Após a crise do ouro e da fruticultura no município, o setor agropecuário sempre foi o maior movimentador da economia local, esse setor sempre substituiu as atividades sazonais. A criação de gato e a agricultura sempre foram setores que cresceram pouco ou lentamente devido o relevo, clima e as condições não muito apropriadas para tal atividade. Mesmo com grande potencial turístico devido às belezas naturais, ao acervo histórico e ao clima, esta potencialidade nunca foi explorada de maneira efetiva.

No ano de 2010 foi articulada a criação da Associação de Produtores Orgânicos de Delfim Moreira (APODEM) para estimular a produção orgânica de frutas e hortaliças (COSTA, 2015, p. 66). Algumas propriedades estimulam e oferecem roteiros com foco no turismo rural e agroturismo, trazendo aos turistas e visitantes a experiência e o contato com as atividades em meio ao campo. Esta associação atua em vários bairros rurais junto aos produtores, levando orientação e oferecendo suporte técnico de cultivo e também no momento da venda do produto orgânico.

Outra área que vem se desenvolvendo no município de Delfim Moreira é o cultivo de oliveiras e outras frutas adaptadas ao clima frio. Dentro do novo cenário da fruticultura e do cultivo de oliveiras, os dados de lavouras permanentes em Delfim Moreira, por tipo de produto são os seguintes: cinco produtores de ameixa⁹, com uma produção de 49 toneladas por ano; a produção de azeitona (oliveiras), que é uma nova e promissora lavoura no município, conta com três produtores e uma produção de 41

⁹ Destaca-se a produção de ameixa roxa de Delfim Moreira (IBGE, 2017).

toneladas por ano; 10 produtores de pêssago e uma produção de 31 toneladas por ano; e em menor escala, a produção de uva com um total de 10 toneladas e de pera, num total de 3 toneladas por ano (IBGE, 2017). O marmelo que já teve seu auge, hoje não consta nenhum produtor no município de acordo com os dados obtidos no IBGE (2017).

Delfim Moreira, como já foi afirmado anteriormente, é uma cidade com características rurais, sendo que grande parte da população depende das atividades agropecuárias para seu sustento. Desta forma, os bairros rurais do município são compostos por poucas residências, na maioria dos casos, de famílias que há várias gerações se estabeleceram nesses locais, tendo assim um vínculo muito forte com o espaço rural. Este espaço influencia em diversos aspectos sociais e culturais, que são demonstrados nas atividades diárias e de uma maneira geral na cultura local.

A observação participante feita nos bairros rurais de Rosário e São Bernardo revelou que em relação à questão econômica, a agropecuária destaca-se como principal atividade de subsistência, o aspecto e as dificuldades encontradas nos terrenos íngremes não favorecem a criação de gado ou o plantio de amplas lavouras. As mulheres, em sua maioria, se dedicam a cuidar da casa e seus afazeres e na criação de peças em crochê, que são levadas para outras regiões para serem comercializadas.

Com relação ao desenvolvimento do turismo de base comunitária, ainda é pouco sabido, pois essa atividade ocorre esporadicamente em alguns locais ou propriedades rurais que têm oferecido atividades relativas ao tema. Os bairros, enfoques do estudo, serão apresentados a seguir e possuem características bem próximas dos demais bairros rurais delfinenses.

5 BAIRRO ROSÁRIO

5.1 CARACTERÍSTICAS PAISAGÍSTICAS E DEMOGRÁFICAS

Logo que se inicia o trajeto a caminho do bairro, ainda na região urbana de Delfim Moreira, pela rua estreita observa-se que o desenvolvimento do município na área urbana é lento devido ao fato de não haver investimentos em novos loteamentos e os terrenos atuais não comportam seu crescimento. A história do município revela um crescimento e desenvolvimento rural, devido à agricultura que era fonte primária de renda, em especial o cultivo de frutas de clima temperado, conforme relatado na parte histórica do capítulo anterior. Após esse período, veio o declínio econômico em todo o município, causado por vários problemas relacionados ao cultivo das frutas e outros fatores econômicos.

Segundo relatos de moradores, o bairro Rosário comportou na época, uma pequena fábrica de polpa de frutas, onde eram beneficiados milhares de quilos de frutas, empregos eram gerados para a comunidade local, até mesmo vinham pessoas de outros locais para suprir a necessidade de trabalho, o comércio local era movimentado gerando empregos e oportunidades para as pessoas da comunidade. A área rural do bairro era praticamente toda dominada pelo plantio de frutas, como marmelo, ameixa, pêssegos, e outras em menor quantidade. Um pouco mais da história será contado no decorrer do capítulo, que a partir de agora será descrito conforme os dias atuais, de acordo com levantamento feito *in loco*.

No início da estrada de acesso que liga a área central ao bairro do Rosário, observa-se um pequeno núcleo de casas que vai desaparecendo entre as ruas dando lugar a um caminho típico rural, com abundância de flora e fauna por todo o trajeto. Seguindo caminho, quando se inicia a estrada de terra vicinal, é avistado uma pequena queda d'água pertencente ao Ribeirão do Rosário que em breve irá desaguar no rio Lavrado que atravessa a área urbana. É um pequeno rio, mas possui um grande valor para a comunidade, pois o mesmo mostra que as matas, principalmente as de topo, estão preservadas tornando os veios d'água em nascentes, cumprindo seu papel na natureza, conforme é ilustrado pela Figura 08.

Além disso, é o Ribeirão do Rosário que durante seu trajeto sustenta muitas das propriedades rurais que estão no percurso, inclusive pequenos criatórios de

peixes, como o empreendimento Espaço da Cachoeira que são vendidos no comércio local e para turistas que visitam o município.

Figura 8: Ribeirão do Rosário

Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Mais à frente uma placa anuncia a chegada a um laticínio dentre os inúmeros do município, dedicado a produção de variados tipos de queijos e derivados. No bairro e seus arredores existem muitas pessoas produzindo queijos e outros produtos de maneira artesanal, sem a infraestrutura necessária e exigida, classificados muitas das vezes como clandestinos.

No percurso até o bairro Rosário, observa-se que a estrada necessita de manutenção, estando o seu leito malconservado, precisando de capina e roçada nas laterais e de limpeza das sarjetas e bueiros, exigindo dos motoristas, atenção redobrada para evitar acidentes. Carros com perfil mais baixo encontram dificuldades para acessar o bairro, sendo que em alguns pontos do percurso as curvas sinuosas e subidas íngremes são desafios para motoristas pouco habilidosos, conforme é mostrado na Figura 09.

Figura 9: Estrada de acesso ao bairro Rosário

Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Pelo caminho pode-se encontrar alguns pequenos núcleos de casas da comunidade local. Os sítios, chácaras e fazendas compõem a paisagem, sendo que algumas dessas propriedades são usadas para veraneio. A maioria das casas localizadas em frente à estrada vicinal, pertence aos moradores locais, e se destacam pelo tipo de arquitetura, feitas de tijolos com alpendre e telha francesa, ilustrada na Figura 10.

Figura 10: Casa rural

Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Cruz (2005) destaca que a arquitetura das casas das fazendas tem uma relação forte e importante com seu processo de formação. A organização do espaço de uma fazenda faz parte das características do espaço rural, da produção, construções e paisagens. Assim, o quintal com criação de animais de pequeno porte, como: galinha, pato, ganso, porco, cabrito e o cultivo de horta para subsistência é uma realidade e faz parte da cultura e das tradições locais. A Figura 11 é um exemplo de criação de gado em pequena quantidade e plantio de frutas e verduras ao fundo.

Figura 11: Criação de gado e cultivo de frutas

Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Logo a frente, no km 4 observa-se, ainda em fase de obras para inauguração, o pesqueiro e restaurante Espaço da Cachoeira, local com infraestrutura para receber turistas e população do município, segue com obras e investimentos que resultarão em um empreendimento diferenciado para a região. O empreendimento irá oferecer, restaurante, pesca e venda de peixe por quilo, espaço para eventos, entre outros. A Figura 12, mostra uma parte do empreendimento Espaço da Cachoeira.

Figura 12: Pesqueiro e restaurante Espaço da Cachoeira

Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Pouco depois, após uma subida íngreme em meio a mata nativa, margeando o Ribeirão do Rosário, avista-se a Fazenda Campos Lima no km 4,5 que se destaca pela infraestrutura e características profissionais das instalações, com tecnologias, novas experiências no ramo, entre outras inovações destinados à produção de leite. A fazenda possui casa sede de colonos, gera empregos, oportunidades e desenvolvimento no ramo da pecuária. A propriedade tem um projeto para construção de um hotel que irá diversificar a atividade e complementar a renda da fazenda.

Em todo o percurso observa-se inúmeras propriedades rurais, com produção para subsistência, e em algumas o que é excedido é vendido no comércio local. Na Figura 13 pode-se observar a Fazenda Campos Lima, que é uma propriedade de grande porte.

Figura 13: Fazenda Campos Lima

Fonte: Acervo Pessoal, 2021

Outros produtos diversificados são produzidos por outras propriedades em pequena escala para venda, como: milho, feijão, batata, tomate, leite, queijos, entre outros. Algumas pequenas propriedades estão investindo na produção de produtos orgânicos, gerando desenvolvimento alternativo e agregando valor na produção que obtém resultados e valores diferenciados, atraindo consumidores com perfis diversificados. Algumas propriedades estão organizando e vendendo serviços aos turistas, por exemplo, colheita, plantio, café colonial e modo de preparo de determinados produtos que são cultivados na fazenda. A Figura 14, ilustra a divulgação dessa proposta, feita através das redes sociais e aplicativos de comunicação.

Figura 14: Divulgação café colonial Sítio Serra Dourada

**No Alto da Mantiqueira,
um passeio de alegria,
contato com a Natureza
e delícias na mesa !**

CAFÉ COLONIAL AO PÔR DO SOL

confira as datas :
[facebook.com/
sitioserradourada](https://facebook.com/sitioserradourada)

RESERVAS
35 999454477

Sítio Serra Dourada
Bairro Rosário - Delfim Moreira - MG
sitioserradourada@gmail.com

SÍTIO SERRA DOURADA
SERRA DA MANTIQUEIRA
MINAS GERAIS

Fonte: Cilmara Pegoraro, 2019

Na área próxima ao bairro existe um condomínio residencial com aproximadamente vinte e cinco moradias, os proprietários destas residências são provenientes de outras regiões do país que se mudaram para essa propriedade que se localiza próxima ao Bairro do Rosário. Algumas pessoas da cidade e do bairro trabalham nesse condomínio realizando atividades, como: empregados domésticos, pedreiro, jardineiro, entre outros serviços, sendo esse local um pequeno gerador de trabalho e renda.

O rio que nasce na região do bairro é o Ribeirão do Rosário, o percurso do rio acompanha, quase que toda a lateral da estrada de acesso ao bairro até se juntar com o rio Lavrado¹⁰, e desaguar no rio Santo Antônio indo sentido a cidade de Itajubá. De acordo com Mensah *et al.* (2018, p. 444) “o curso d’água principal do Ribeirão do Rosário possui um comprimento total aproximado de 11,17 km”. A Figura 15 identifica parte do Ribeirão do Rosário.

¹⁰ Rio que corta a parte urbana de Delfim Moreira.

Figura 15: Ribeirão do Rosário.

Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Destaca-se ainda a importância do rio e seus afluentes para a região e seu entorno, fornece água para alguns criatórios de truta ou truticultura, peixe típico de águas frias e cristalinas que se localizam no trajeto ao bairro. A Figura 16 mostra a criação de trutas do pesqueiro Espaço da Cachoeira.

Figura 16: Truticultura

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Chegando no bairro Rosário, logo no início avista-se um pequeno núcleo de casas localizadas na parte central, a maioria dos moradores são descendentes dos primeiros moradores (Figura 17).

Figura 17: Bairro Rosário

Foto: Acervo Pessoal, 2020.

O bairro possui relevo montanhoso, com altitudes elevadas, entre 1.300 m e alguns picos podem chegar a ter altitude de até 1.842 m. As paisagens e morros ao redor do bairro são preservadas, as araucárias centenárias chamam atenção e se destacam em meio a vegetação de Mata Atlântica, outras se figuram imponentes nos pastos e campos, algumas com casas ao redor. É notável a variedade da flora e fauna,

pássaros de diversos tipos e cores tornam o ambiente colorido, ambiente singelo, acolhedor, plácido com dias e noites calmos onde o barulho do vento e o canto dos pássaros destacam-se na imensidão da natureza, como mostra a Figura 18.

Figura 18: Maiores altitudes e exposição de flora e fauna preservadas

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

5.2. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Delfim Moreira (2019), são 93 famílias que vivem no bairro Rosário, sua população é 244 moradores, sendo 140 mulheres e 104 homens. Esse total de população corresponde à cerca de 3,1% do total de moradores do município de Delfim Moreira.

Com relação à infraestrutura do bairro, alguns pontos são importantes de serem destacados para compreensão da realidade local. Somente parte da rua principal do bairro é calçada, possui uma antiga escola onde as crianças estudavam. E atualmente onde funcionava essa escola, hoje funciona um pequeno posto de saúde. Com os novos formatos de ensino e as facilidades de transporte os estudantes têm acesso às

escolas municipais e estaduais, com cursos desde a pré-escola até o ensino médio, localizadas na parte urbana de Delfim Moreira. Outra escola importante que oferece ensino médio e curso técnico é a Academia do Leite, que tem como mantenedora a Fundação ROGE e está localizada no bairro Mantiqueira, próximo à região central da cidade, conforme mostra a Figura 19.

Figura 19: Vista das instalações da Fundação ROGE

Fonte: Geraldo Gomes, 2018

Grande parte das casas estão localizadas nas margens da rua principal do bairro que leva às outras propriedades no alto da serra do Rosário, como é conhecida. As demais casas se fixaram margeando os morros nas laterais da parte central. Vale destacar que o bairro é formado por núcleos de casas de várias famílias, ou seja, os filhos vão casando e construindo suas moradias e constituindo suas famílias no quintal próximo à casa de seus pais formando um conglomerado de casas. É uma prática viável financeiramente e interessante no aspecto sociocultural, pois a convivência e os laços familiares se estabelecem e se fortalecem.

O serviço de água é precário, nos últimos tempos houve vários problemas com relação à captação e tratamento. Segundo alguns moradores entrevistados, a própria população tentou resolver o problema fazendo a captação da água em outro local. De

acordo com esses mesmos moradores, provisoriamente, o problema está resolvido, comentaram também que esse assunto será tratado na reunião da associação de bairro para ser discutido, e levado ao prefeito para que se possa resolver esse grave problema.

A associação do bairro tem poucos anos de atuação e surgiu como uma oportunidade de reunir os moradores através de eventos no dia das crianças e natal. O próximo passo foi a formalização da instituição, bem como a construção de um espaço ao lado da igreja, para a realização de atividades promovidas pela prefeitura. Atualmente, existe um estatuto que norteia a eleição de presidente e outros membros, além de definir as ações da associação.

Com relação à vinda de pessoas de fora para residir no bairro em casas alugadas, muitos moradores questionam e criticam algumas situações que estão vivenciando, conforme alguns entrevistados contam. Há relatos de alguns desses moradores estarem trazendo grupos de pessoas de fora para passarem determinados períodos no local e que vem gerando situações desconfortáveis e, em alguns casos, está afetando o sossego da comunidade. Esses acontecimentos contrariam um dos objetivos do turismo de base comunitária, que é a organização do turismo envolvendo diretamente a comunidade local e demais residentes que buscam o mesmo ideal de organização e convivência no formato de uma associação em que as comunidades se constituem por meio de arranjos produtivos locais, gerindo e orientando as atividades desenvolvidas e ligadas ao turismo. Os moradores falam ainda que esses grupos de pessoas estão alterando o dia a dia da população local, porque muitos trocam o dia pela noite, não há interação dessas pessoas com a comunidade, os moradores não sabem o que se passa nesses locais, entre outras questões.

Por outro lado, há também, outros moradores de fora que trouxeram benefícios para o bairro, tornaram-se produtores rurais e hoje geram emprego e renda para as pessoas da comunidade, fizeram parcerias na produção de alguns produtos, participam da associação de bairro e outros até criaram ações para que possam contribuir no desenvolvimento socioeconômico.

O comércio no bairro é restrito, existe apenas alguns bares que vendem produtos e artigos de mercearia. Nesse sentido, moradores que foram entrevistados contam que esses comércios são muito precários para que turistas possam usufruir do local, não possuem um ambiente adequado e estruturado para receber visitantes, e não possuem estrutura para servir almoço e outras refeições. Um exemplo de

empreendimento na cidade que beneficia tanto a população quanto os turistas é O sítio Serra Dourada, onde se produz verduras, legumes, frutas e azeite orgânicos conta com dois chalés, com banheiro compartilhado, oferece também café colonial com agendamento de grupos, além da vivência e experiência na produção, plantio e colheita, atividades oferecidas que fazem parte do dia a dia de campo da propriedade. A Figura 20 ilustra o quintal e parte onde é servido o café colonial.

Figura 20: Sítio Serra Dourada

Fonte: Cilmara Pegoraro, 2019.

O modo de vida genuíno e pacato é um fator muito interessante constatado nas visitas e nas entrevistas com as pessoas do bairro.

De acordo com alguns moradores, a festa de Nossa Senhora do Rosário, que acontece no mês de agosto, torna-se a cada ano o principal evento típico da localidade, visto que é uma festa em prol da comunidade para arrecadar verba para realizar ações comunitárias. É a ocasião em que as pessoas do bairro se encontram e se divertem, é realizada há muitas décadas pelos moradores. Suas principais atrações são: as barracas com comidas e bebidas típicas durante a noite,

apresentações musicais e a decoração tradicional para alegrar e tornar o local mais animado.

Ocorre também no mês de junho a tradicional quadrilha com decoração típica, comidas, bebidas, fogueira, música e outras atrações. A Figura 21 mostra a tradicional fogueira na festa junina do Bairro Rosário.

Figura 21: Tradicional quadrilha

Fonte: Centro Comunitário do Bairro Rosário - CCBR, 2019

A festa das crianças, que acontece anualmente próximo ao dia das crianças, é um evento muito esperado, principalmente pelos jovens que colaboraram com trabalhos voluntários, como coleta de produtos recicláveis para angariar dinheiro para que o evento possa acontecer. Pode-se observar na Figura 22, uma das atividades do dia das crianças.

Figura 22: Festa dia das crianças

Fonte: Centro Comunitário do Bairro Rosário - CCBR, 2019.

Conforme a Figura 23 demonstra, o jornal informativo do Centro Comunitário do bairro Rosário é um exemplo de como a comunidade se organiza e se comunica com os outros moradores, dando ciência sobre os assuntos, decisões e resultados.

A comunidade vem se desenvolvendo e apoiando as ações conjuntas, muitas delas propostas pela associação do bairro que discute, planeja e ajuda a executar os trabalhos comunitários, transformando sonhos em realidade e criando um espírito colaborativo, de cooperação e de sustentabilidade sociocultural, ambiental e econômico na comunidade.

Figura 23: Jornal informativo do Centro Comunitário do Rosário

JORNAL DO ROSARIO

Nº 01 - 10/04/2019

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CENTRO COMUNITÁRIO DO BAIRRO ROSÁRIO - CCBR - DELFIM MOREIRA - MG

O JORNAL DO ROSÁRIO CHEGOU !

Estamos lançando o nosso veículo de comunicação, para informar a comunidade do Rosário, tratar dos assuntos do interesse coletivo e para servir como canal de divulgação das atividades do Centro Comunitário do Bairro Rosário, que completará 36 anos em novembro !

NOSSA MISSÃO

- Atuar pelo interesse coletivo do Bairro Rosário
- Representar a voz dos moradores sem censura
- Levar aos canais adequados as nossas necessidades
- Não atuar a serviço de interesses político-partidários
- Contribuir para o desenvolvimento social do Rosário
- Apoiar o desenvolvimento das crianças e jovens do bairro

NÃO ESTÁ NO NOSSO PROGRAMA

- Não funcionaremos como jornal de fofocas
- Não seremos painel para vender ou comprar coisas
- Não estaremos a serviço de candidatos ou partidos políticos
- Não divulgaremos notícias sem fundamento
- Não atuaremos em nenhuma situação que prejudique o bairro
- Não colocaremos o jornal a serviço de campanhas políticas
- Não temos nenhum tipo de interesse financeiro com o Jornal

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA DE 08/04

Realizamos em 08/04 mais uma Assembleia Geral Extraordinária do CCBR, com boa participação dos moradores, e inclusive com a presença de novos habitantes do bairro. As deliberações foram:

- Definiu-se a data de 27/05 para realização da eleição da nova diretoria, pois a diretoria atual está inclusive com seu mandato vencido desde 2018.
- O Sr. Marinaldo Pegoraro informou aos presentes sobre a situação do novo fornecimento de água para o bairro: o Sr. Rodrigo Melo, que está cedendo a água, recebeu da Prefeitura Municipal a informação de que a licença para a captação da água em sua propriedade deve ser obtida até o final deste mês, e então é só captar e ligar a água.
- A Sra. Kiram Navinchandra sugeriu que se enviasse carta ao Sr. Rodrigo Melo, em nome do CCBR, agradecendo por sua disposição de ceder a água para abastecer o bairro, sugestão essa que foi aprovada pela unanimidade dos presentes.
- A Sra. Rosiane Constantini sugeriu que o CCBR envie ofício à Prefeitura solicitando a apresentação da documentação e do protocolo do pedido de licença para captação da água na propriedade do Sr. Rodrigo Melo, para que possamos acompanhar tal processo. O Sr. Antônio Constantini, morador recente no Rosário, se declarou bem impressionado pela boa participação e pelo nível das discussões na Assembleia, e se colocou à disposição da associação para ajudar no que seja possível, no encaminhamento das nossas demandas e nas demais atividades do CCBR.
- O Sr. Edivaldo Ribeiro sugeriu a realização de um mutirão, na ocasião da instalação da tubulação do novo fornecimento de água, para ajudar nos serviços, inclusive oferecendo refeição aos moradores participantes.

TEM NOTÍCIAS INTERESSANTES ? ENVIE PARA NÓS - 999454477 - CILMARA

Fonte: Centro Comunitário do Bairro Rosário - CCBR, 2019.

A realidade vivenciada aponta que a comunidade do Rosário já tem instâncias de coordenação e reivindicação de ações, o grupo de jovens e o Centro Comunitário, que podem pressionar o poder público e a iniciativa privada para seguir caminhos de gestão participativa e planejamento cooperado, fato favorável ao turismo de base comunitária, como indica os autores Lohmann e Panosso Netto (2008).

5.3. APROXIMAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

As sete entrevistas realizadas no bairro Rosário, que foram feitas com dois líderes políticos (E2 e E6), um líder religioso (E1), e quatro membros de associação (E3, E7, E8 e E12) permitiram avaliar como é a realidade do bairro considerando os quatro principais temas de análise: turismo no espaço rural, comunidade no espaço rural, turismo de base comunitária e ações e políticas públicas.

Verificou-se que acerca do turismo no espaço rural, todos entrevistados revelaram, considerando questões sobre inovação, emprego e renda, que o setor agropecuário é o que movimenta a economia, mas os E2, E3, E7, E8 e E12 disseram que a produção de orgânicos tem se destacado e apontaram que essa atividade tornou-se um diferencial para os proprietários e fonte de renda mais lucrativa que a produção convencional.

Com relação aos aspectos culturais e naturais, os E1, E2, citaram existir atrativos naturais, como, cachoeira e trilhas com potencial a serem desenvolvidos, o E1 citou o artesanato e a cultura local, os E2, E3 e E7 citaram sítios de produção orgânica, em que o turista pode visitar as propriedades e participar do processo e experiência de produção, plantio, colheita entre outros, já o E6 não respondeu.

Sobre a mobilização e participação da comunidade em ações de reivindicações para o bairro, o E1 disse que realiza através do grupo de Jovens Amigos da Mantiqueira (JAMAN) do bairro. Os E2, E3, E7, E8 e E12 afirmaram que através do Centro Comunitário do Bairro do Rosário (CCBR) é o órgão ideal para promover essa questão devido a força e união que o grupo pode exercer e o E6 disse que contou inúmeras vezes com o apoio da prefeitura.

As informações sobre a atuação e investimentos na área de turismo, mostraram que a maioria dos entrevistados não tem interesse em atuar com turismo, pois, os E1, E6 e E7 disseram que já são aposentados e têm outros propósitos de vida, acrescentaram ainda que os mais jovens devem investir na área, porque consideram que existe potencial no bairro. Por outro lado, os E3 e E8 têm interesse, inclusive já são empreendedores e pretendem ampliar os investimentos. Os E2 e E12 atualmente não possuem interesse em investir na área no momento, mas pensam na possibilidade futuramente.

A visão dos entrevistados sobre a realidade da comunidade com o espaço rural, especificamente com relação à preservação ambiental, os E1, E3, E7, E8 e E12

disseram apoiar ações ligadas à sustentabilidade, fazer atividades ligadas à reciclagem, envolvendo inclusive pessoas da comunidade. O E2 destaca a necessidade de haver um tratamento de esgoto e o E6 falou da importância de manter preservadas as áreas de flora e fauna em sua propriedade.

Quanto às transformações que o turismo pode trazer para o bairro rural os entrevistados apontaram alguns benefícios. Os E1 e E7 argumentaram que deve haver um planejamento organizado que identifique e fomente o desenvolvimento turístico. Os E3 e E8 já obtêm benefícios diretos em seus empreendimentos e E2, E6 e E12 comentaram que observam alguns locais recebendo turistas e visitantes, obtendo renda, desenvolvimento e boa relação.

Sobre a relação entre os diferentes grupos da comunidade, em especial a que envolve a população original do bairro e moradores de condomínios, os entrevistados E1, E2, e E8 explicaram ter pouca relação com os moradores, já que esses são isolados. Os E3 e E12 argumentaram ter relação com alguns residentes do condomínio e o E6 disse ter boa relação, acrescentou ainda que essas pessoas geram emprego e renda para a comunidade como um todo. O E7 não respondeu.

Sobre as potencialidades do bairro para desenvolver o turismo rural os entrevistados E1, E2, E6, E7 e E8 ressaltaram que as atividades de lazer que a comunidade desfruta são os eventos que ocorrem durante o ano, e destacam a Festa de Nossa Senhora do Rosário e eventos relacionados ao esporte. O E3 comentou que as propriedades rurais são locais de encontro e lazer da comunidade quando ocorrem nesses locais.

Um dos temas específicos para entender as possibilidades de sucesso do turismo de base comunitária no bairro Rosário refere-se à coesão dos laços sociais na comunidade. Os entrevistados E1 e E6 disseram estar em sintonia com outras pessoas para realizar trabalhos voluntários. Os E2, E3, E7, E8 e E12 disseram ter dificuldades de união e participação das discussões sobre temas do bairro, mas destacaram que a associação tem papel importante no processo de discussão e decisão de assuntos da comunidade. O E2 enfatizou que está conseguindo novas adesões e que após o momento conturbado da pandemia a associação irá executar as ações que estão sendo planejadas.

Sobre a percepção da importância de um espírito coletivo, todos entrevistados, por unanimidade, destacaram que uma associação viabiliza a união e a realização de trabalhos coletivos para que a comunidade se beneficie, e apontaram que a

Associação do Centro Comunitário do Bairro Rosário é o melhor local para planejar, discutir e desenvolver as ações.

Com relação à qualidade de vida dos moradores do bairro, os entrevistados revelaram os principais problemas do bairro. Os entrevistados E1, E2, E6, E8, e E12 reclamaram da falta de tratamento de água e esgoto, a água tem um agravante, pois sua captação e distribuição é precária chegando a faltar na maioria das casas. Os E3 e E7 disseram ser a falta de união e trabalho de cooperação.

Na questão sobre as relações de hospitalidade entre a comunidade e os turistas, os entrevistados E1 e E2, comentaram que ainda não há uma conscientização a respeito do tema e indicaram que há necessidade de ações junto à comunidade para discutir e fortalecer informações sobre turismo, e que não seja visto como um fator negativo. Já os E3, E6, E7, E8 e E12 relatam que turismo gera benefícios, agrega valor e deve haver mais investimentos para atrair turistas para a região.

Em relação ao tema inclusão, foram investigados dados sobre a organização e realização de trabalhos conjuntos entre a comunidade e outras entidades regionais, os entrevistados E1 e E12 disseram desconhecer esse tipo de ação colaborativa, já os E2, E3, E7 e E8 manifestaram o interesse em realizar parcerias com entidades ligadas ao turismo na região, mas isso ainda não aconteceu. O E6 não respondeu.

Para aferir sobre a valorização que a comunidade dá ao bairro, os entrevistados E1, E2, E6, E8 e E12 relataram a importância e o significado de seguir as tradições, costumes e modo de vida de seus antepassados, reforçaram que essas questões estão na cultura e os turistas gostam de conhecer e vivenciar esses detalhes, os E3 e E7 justificaram que vieram da cidade grande e somente cultivam horta e pomar em sua propriedade, sem ter relação com os valores históricos e culturais do bairro.

Sobre o sentimento de pertencimento e identidade sociocultural da comunidade, todos os sete entrevistados disseram não querer ir embora do local, afirmaram ainda que querem realizar trabalhos voluntários para a comunidade e se orgulham de serem moradores do bairro Rosário.

Para avaliar o envolvimento e a capacidade da comunidade com as ações e políticas públicas, em especial com os direcionamentos da gestão pública municipal para buscar melhorias para o bairro, os entrevistados E2, E3 e E6 relataram que já houve ocasião em que alguns moradores participaram, mas foram ações pontuais e acabaram não gerando resultados efetivos. Os E1, E7, E8 e E12 afirmaram que

através da associação já participaram de debates sobre o tema, havendo a necessidade de aprimorar o assunto e as discussões. Declararam ainda, que o chamamento da população para participar dos direcionamentos das políticas públicas depende muito de quem está na gestão municipal e da associação e quais propostas pretendem discutir.

Com relação ao envolvimento e à participação da comunidade em reuniões e discussões sobre o desenvolvimento do turismo no bairro, os entrevistados E1, E2, E6, E8 e E12 mencionaram que é importante e necessário que o tema seja discutido através da associação para que ganhe adeptos e seja representado pelo grupo que articula essas e outras questões juntamente com a comunidade. Acrescentaram ainda, que o tema deve estar em sintonia com o segmento de turismo rural, que é um assunto embrionário, mas a necessidade de diálogo e interação são fundamentais para o processo de envolvimento da comunidade. Os E3 e E7 defenderam que o turismo pode ser uma alternativa de geração de emprego e renda para a comunidade envolvida.

Para a gestão e desenvolvimento planejado do turismo, os entrevistados disseram por unanimidade, que o Centro Comunitário do Bairro do Rosário (CCBR), poderia assumir o papel de intermediador entre a comunidade, empreendedores e o poder público e conduzir o processo de discussão das ações e necessidades.

Todos os entrevistados destacaram ainda que têm interesse em se envolver com as ações de participação e desenvolvimento local, mas alertaram que esse processo deve ser realizado em conjunto com a comunidade para dar legitimidade nas discussões e decisões.

Além disso, não conhecem ações que envolvam órgãos promotores da atividade turística, os entrevistados E1, E2, E6, E8 e E12, disseram nunca ter participado de discussões sobre turismo no bairro, raras as exceções ou abordagens superficiais. Os E3 e E7 disseram que são mais ligados ao tema, inclusive com algumas ações e participações em feiras e eventos relacionados a turismo no município, mas destacaram a necessidade de maior discussão e envolvimento por parte de todos, inclusive dos órgãos que promovem a atividade turística.

Quando indagados sobre ações que consideram necessárias para o desenvolvimento turístico, ou seja, que seriam a base para políticas públicas de turismo para definir conjuntos de intenções entre os moradores e o poder público, por unanimidade os entrevistados apontaram a necessidade de definir procedimentos

para que haja maior participação das pessoas nas discussões e ações no bairro voltadas para o turismo, e reafirmaram que a associação CCBR, tem papel fundamental de articulação e moderação nesse processo.

6 BAIRRO SÃO BERNARDO

6.1. CARACTERÍSTICAS PAISAGÍSTICAS E DEMOGRÁFICAS

Logo que se inicia o trajeto a caminho do bairro São Bernardo, ainda na região urbana de Delfim Moreira, é possível observar e passar pela Ponte do Encontro, parte histórica do município descrita no capítulo sobre Delfim Moreira. A Figura 24 mostra a ponte sendo reformada e a Figura 25 demonstra através de pintura o dia do encontro.

Figura 24: Ponte do Encontro

Concretagem da Ponte do Encontro, s/d

Acervo Prof. Sérgio Ricardo de Faria

Fonte: Faria, S/D

Figura 25: Tela representando o Dia do Encontro

Tela representando o Dia do Encontro, por Júnior

Acervo Prof. Sérgio Ricardo de Faria

Fonte: Faria, S/D

Após pegar a estrada de terra vicinal, que está necessitando de cascalhamento em seu leito e roçada nas laterais do caminho, bem como limpeza de sarjetas e bueiros, o trajeto possui curvas acentuadas e quase todo o percurso é subida. A Figura 26 ilustra a situação.

Figura 26: Estrada de acesso ao bairro São Bernardo

Fonte: Acervo Pessoal, 2020

A estrada exige dos motoristas, atenção redobrada, por causa de buracos, valetas e muitas curvas, carros de perfil baixo encontram dificuldade em circular pelo atual estado de conservação da estrada.

Ao longo do caminho encontram-se algumas casas, em sua maioria, de moradores da região, o percurso é todo feito por estrada íngreme, a visão do município e das grandes extensões de terra é uma surpresa agradável e a Figura 27 confirma o relato.

Figura 27: Imagem da região

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Sítios e fazendas compõem a paisagem rural. Quanto mais se aproxima do bairro, mais se observa as propriedades construídas em áreas com abundante diversidade de flora e fauna. Nesse sentido, Galvão e Vareta (2010), acrescentam que a paisagem rural é formada pelas ações do homem e pelas transformações que realiza nesses espaços, incluindo o urbano. Muitos sítios, chácaras e fazendas compõem a paisagem, sendo que muitas dessas propriedades são casas de veraneio, usadas em época de férias, feriados e finais de semana para encontro e descanso com a família. No início do trajeto, pode-se avistar a Fazenda Retiro do Joka (Figura 28), propriedade que se dedica ao reflorestamento e à apicultura, gerando outros produtos à base desses insumos, encontrados em lojas e empórios da cidade e região.

Estrada acima um novo proprietário rural tem investido na criação de cabras e na produção de derivados à base de leite do animal. No momento essa propriedade não recebe turistas, pois está em fase de construção e adequação de toda sua infraestrutura (Figura 29).

Figura 28 e 29: Propriedades rurais

Fonte: Jairo Barbosa, 2019

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Em todo o percurso observam-se propriedades rurais de inúmeras famílias que vivem do sustento da terra. Na maioria, a produção é para abastecer as necessidades diárias. Nesse sentido, são cultivados verduras e legumes em pequenas hortas, há criação de galinhas, porcos e outros animais pequenos. A criação de gado com objetivo de produzir leite para venda é a atividade mais comum, e a criação e venda de gado de corte acontece paralelamente. As Figuras 30 e 31 ilustram cenas de criação e cultivo de subsistência em propriedades do Bairro São Bernardo e em alguns casos o que é excedido é vendido no comércio local.

Figura 30 e 31: Criação de animais e cultivo de horta

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Próximo ao bairro existem condomínios de alto padrão, construídos e habitados por pessoas que buscam qualidade de vida, segurança e tranquilidade, conforme relatou os entrevistados E9 e E11, a maioria são provenientes de outros municípios, ou seja, não são nascidos em Delfim Moreira. De acordo com moradores entrevistados, essas pessoas não interagem com a comunidade local, muitas das vezes homens e mulheres da comunidade trabalham nesses lugares, como faxineiro, pedreiro, jardineiro, entre outras funções.

O rio que nasce na região é conhecido por Barba de Bode, seu percurso segue entre matas e montanhas do município, e se junta ao rio Santo Antônio depois de percorrer grandes extensões pelas montanhas mais altas da Serra da Mantiqueira, sentido à cidade de Itajubá. Não há um estudo sobre a exatidão de seu tamanho e demais detalhes. Este rio e outros cursos d'água fornecem água para o consumo da população local, é usada para criação de trutas, entre outros. Na Figura 32 observa-se parte do Rio e na figura 33 destacam-se as matas preservadas margeando o leito do Rio Barba de Bode.

Figura 32 e 33: Rio Barba de Bode e produção de milho e abóbora

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Chegando no bairro São Bernardo, logo se avista um pequeno núcleo de casas localizado na parte central, a maioria dos moradores são descendentes dos fundadores do local. As casas são simples, feitas de tijolos e telhas de barro, geralmente possuem quintal amplo, onde são criados animais de pequeno porte. Na maioria das casas o quintal possui barracão para depósito, funciona até mesmo como

uma espécie de almoxarifado para guardar ferramentas e equipamentos usados no dia a dia dos afazeres da propriedade. As Figuras 34 e 35 são apresentados os locais.

Figura 34 e 35: Vista da parte central do bairro

Foto: Acervo Pessoal, 2020

O bairro abriga um laticínio que foi montado e organizado pela Associação Comunitária do bairro do São Bernardo, conforme ilustra a Figura 36.

Figura 37: Vista Mirante do Cruzeiro do São Bernardo

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Parte da rua principal do bairro possui calçamento, mas nem todas as ruas possuem pavimentação, assim, em épocas de chuva é formado muito barro devido à grande movimentação no local, pois esse bairro dá acesso a outros bairros e até mesmo a outros municípios limítrofes de Delfim Moreira. A antiga escola está abandonada até o momento, pois as crianças da pré-escola ao ensino médio estudam na escola municipal e estadual localizadas na área urbana do município, ficando esse local ocioso, como pode-se observar na Figura 38. Alguns entrevistados relataram que o ideal seria transformar esse espaço abandonado em um espaço comunitário para realização de cursos para as pessoas da comunidade, reuniões ou até mesmo uma loja de produtos locais.

Figura 38: Antiga escola do bairro São Bernardo

Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Com inverno rigoroso este bairro vivencia geada, com grande frequência, as temperaturas negativas são usuais nos meses de inverno, conforme pode-se observar na (Figura 39).

Figura 39: Geada Bairro São Bernardo

Fonte: Mateus Ribeiro, S/D

O clima e a altitude influenciam a vegetação, predominante, de campos e florestas de altitude, característicos do bioma da Mata Atlântica caracterizado em toda a região. A araucária é a árvore que se destaca em toda a região das montanhas da Serra da Mantiqueira (Figura 40), é natural de lugares de clima frio e altitudes elevadas. Seu fruto, o pinhão, é muito valorizado e procurado, inúmeras receitas e acompanhamentos são feitos com a iguaria.

Figura 40: Araucaria angustifolia

Fonte: Mateus C. Ribeiro, S/D

A preservação ambiental é uma questão positiva, visto sua importância para manter o equilíbrio da natureza, inclusive por se tratar de áreas de preservação ambiental demarcadas pelos órgãos responsáveis.

6.2. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Delfim Moreira (2019), são 136 famílias que habitam o bairro São Bernardo, somando uma população de 399 moradores, sendo 222 mulheres e 177 homens. Essa comunidade corresponde a 5% do total de moradores do município.

A maioria das casas localiza-se às margens da rua principal do bairro, outras ficam nos morros e arredores da parte central. As famílias vão se formando e fazendo construções ao redor da casa dos pais ou dentro da propriedade da família. Assim como no bairro Rosário; no bairro São Bernardo a questão da formação do bairro funciona da mesma maneira, a família geralmente trabalha junto no mesmo ramo e

acaba dividindo o quintal ou a propriedade para que os filhos construam suas casas, casem e vivam por ali. A convivência e o dia a dia estão intrínsecos na cultura juntamente com as experiências e necessidades que vão surgindo.

O serviço de distribuição de água é precário, nos últimos tempos aconteceram vários problemas com relação à captação e tratamento. De acordo com alguns moradores entrevistados, a prefeitura tentou resolver os problemas, mas o sistema de abastecimento ainda sofre com a quantidade e qualidade da água que chega nas residências.

Com relação aos moradores de fora, na parte central e nos arredores do bairro são poucas as pessoas que optaram por essa mudança, os entrevistados destacam que não atrapalham a vida e o cotidiano da comunidade. O que ocorre com frequência é a passagem de pessoas que residem em um condomínio que se localiza em outro bairro, mas os moradores afirmaram não serem incomodados, muitos até dizem que essas pessoas vindas de fora frequentam o comércio local e se relacionam bem com a comunidade, destaca-se aí a relação harmônica entre anfitrião e visitante, que é elemento importante para uma comunidade se empenhar no desenvolvimento do turismo.

O comércio do bairro é formado por bares e pequenas mercearias, com pouca infraestrutura. Alguns moradores relataram que esses locais não possuem infraestrutura e não são adequados para receber turistas, deixam muito a desejar, pois; não possuem um ambiente adequado e estruturado para recebê-los, sem organização necessária para servir almoço ou outras refeições. Um dos entrevistados conta que seu sonho é construir um local próximo a sua casa para vender os produtos como: doces, geleias, compotas, tudo feito de forma artesanal pela sua família. O queijo é outra iguaria produzida no laticínio comunitário do bairro, conforme ilustra a Figura 41.

Figura 41: Produção de queijo meia cura

Foto: Acervo Pessoal, 2020.

Realizando as entrevistas observou-se como as pessoas do bairro possuem uma vida simples, genuína, muitas mantendo as tradições, o modo de vida peculiar à sua criação, e essas características imprimem um valor único ao local. Segundo Solha (2019) esse modo de vida aliado às outras formas de relacionamento social, pode se transformar em experiências interessantes para muitas pessoas de fora da comunidade ou turistas, porque são características da cultura, crenças e valores local.

Conforme relatos de alguns moradores, a festa da igreja do bairro São Bernardo, que acontece no mês de março, é o evento mais tradicional para diversão e entretenimento da comunidade. Festa com bingo, barracas com quitutes e guloseimas, pastel, bebidas e o tradicional cartucho recheado com doces feitos pela comunidade. Muita música e um ambiente descontraído têm atraído pessoas da comunidade local, de outros bairros e da cidade.

A festa das crianças, que acontece no mês de outubro, tornou-se também tradicional, pois é outro momento que a comunidade se reúne em prol de uma ação social, são feitos bingos, venda de pastéis, bebidas e doces em determinadas datas

do ano e com toda a verba arrecada é realizada a festa no dia das crianças. O evento é organizado e coordenado geralmente pelas mulheres do bairro, que se unem para realizar a ação social para as crianças.

O Centro Comunitário Rural do São Bernardo (CCRSB), segundo o relato de um dos entrevistados/moradores que foi membro da diretoria, existiu por volta de 1980 e esteve ativa durante, aproximadamente, doze anos no bairro. A associação, na época, buscou discutir, planejar e conquistar inúmeros benefícios para a comunidade, principalmente, melhorias na infraestrutura de acesso, estradas, energia e telefone. Era a associação também, que buscava angariar recursos através de bingos e venda de pastéis e bebidas para realizar a festa das crianças. Um dos objetivos da associação era colaborar com os necessitados, dessa forma buscava desenvolver na comunidade um espírito de cooperação.

Um dos membros da diretoria da época comentou na entrevista que irá tentar reativar a associação, fala ainda que já era para ter feito, mas devido à pandemia do Covid-19 não pode colocar a ideia em prática ainda. A Figura 42, mostra a quadra do bairro que foi feita pela associação em conjunto com a comunidade. O entrevistado acrescentou que após a reativação da associação e constituição do centro comunitário, os moradores do bairro irão buscar recursos para cobrir a quadra, que é o local onde são realizadas as festas e atividades de lazer da comunidade.

Figura 42: Quadra do bairro

Foto: Acervo Pessoal, 2021.

A população do bairro vive basicamente da produção para subsistência, muitos homens e mulheres se sustentam com atividades ligadas à agropecuária, atividade que não se desenvolve continuamente devido fatores ligados ao clima, relevo e, principalmente, valor de venda dos produtos que costumam ser muito baixo. O mesmo ocorre no caso com os produtores de verduras, legumes e demais hortaliças, que não têm uma assistência técnica que realmente esteja do lado dos produtores para trabalhar, orientar e desenvolver os trabalhos em conjunto, o entrevistado E13, afirmou que é um problema muito sério e que acaba desestimulando os produtores locais.

Figura 43: Trabalhador rural

Foto: Mateus C. Ribeiro, 2019.

Os dados levantados revelam a importância de uma cooperativa comunitária, que, segundo Bonetti e Candiottto (2012), pode levantar temas para discutir e deliberar, bem como promover ações e trabalhos conjuntos, como é feito no laticínio comunitário que faz o beneficiamento de produtos que ganham valor agregado. E considerando as conquistas da antiga associação de bairro que conseguiu arrecadar recursos para construir um equipamento que se tornou um bem comum e pode vir a discutir e orientar os rumos de desenvolvimento para toda a comunidade.

6.3. APROXIMAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Os sete entrevistados do bairro São Bernardo se caracterizam com um líder político (E5), um líder religioso (E4), três membros de associação (E9, E10, E11 e E13) e um produtor rural (E14), e os depoimentos permitiram avaliar como é a realidade do bairro considerando os quatro principais temas de análise: turismo no espaço rural, comunidade no espaço rural, turismo de base comunitária e ações de políticas públicas.

Com relação ao turismo no espaço rural, todos entrevistados revelaram, considerando questões sobre inovação, emprego e renda, que o setor agropecuário é

o que movimenta a economia, mas E4 e E5 destacaram que existe produção de frutas de clima temperado no bairro, sendo este um diferencial de produto e uma renda extra que na maioria das vezes é cultivada consorciada com outras lavouras.

Com relação aos aspectos culturais e naturais, os entrevistados E4, E5, E10 e E11 citaram existirem atrativos naturais, por exemplo, o Mirante do Santo Cruzeiro do São Bernardo. O E5, citou também cachoeiras com potencial, mas que necessitam de infraestrutura e o mirante da volta da escola. Os E9 e E13 citaram, de maneira geral, as propriedades rurais como potencial em muitas delas a ser desenvolvido, e o E14 não respondeu.

Sobre a mobilização e participação da comunidade em ações de reivindicações para o bairro, os E4, E5, E13 e E14 disseram que muitas ações são realizadas individualmente e outras com apoio da comunidade. Os E9, E10 e E11, afirmaram que fizeram parte do Centro Comunitário Rural do São Bernardo (CCRSB), onde puderam discutir, desenvolver e executar inúmeras ações em benefício do bairro, destacaram ainda que na época sentiam falta da participação popular das pessoas do bairro.

As informações sobre a atuação e investimentos na área de turismo, mostraram que os entrevistados, E4, E11 e E14 não têm interesse em atuar com turismo, pois já são aposentados. Os E10 e E13 possuem interesse em investir na área de turismo e ampliar os negócios, aos quais já oferecem produtos associados ao turismo. O E5 possui inúmeras ideias, mas investimentos só serão possíveis no futuro. O E9 também não tem interesse em investir na área, entretanto é um empreendedor ligado à produção associada ao turismo.

A visão dos entrevistados sobre a realidade da comunidade com o espaço rural, especificamente com relação à preservação ambiental, os entrevistados E4 e E5 relataram que o esgoto das casas é jogado no rio, tornando-o poluído. O E5 reforçou que a coleta seletiva seria uma opção interessante para os moradores terem mais conscientização. O E9 diz que o seu trabalho com apicultura já possui ações e manuseios relacionados a preservação do ambiente, assim como seus produtos são sustentáveis. O E10 expõe que está havendo um desmatamento em uma propriedade com altitudes elevadas para construção de casas. Os E11 e E13 não responderam. O E14 relata que preservou o modo de fazer baixeiros que era feito pela sua avó, passou para sua mãe e para ela, mas infelizmente os mais jovens não têm curiosidade ou vontade de aprender, ação que seria importante para preservação da cultura.

Quanto às transformações que o turismo pode trazer para o bairro rural os entrevistados por unanimidade responderam que os benefícios são reais, gerando renda e desenvolvimento local.

Sobre a relação entre os diferentes grupos da comunidade, em especial a que envolve a população original do bairro e moradores de condomínios, os entrevistados E4, E5, e E13, falaram que a convivência é boa entre estes grupos. Os E9, E10, E11 e E14 não responderam.

Sobre as potencialidades do bairro para desenvolver o turismo rural, os entrevistados E4 e E5 disseram que o bairro não oferece muitas opções e os atrativos naturais acabam sendo uma alternativa. Os E9, E10, E11, E12, E13 e E14 falaram que as festas tradicionais e o futebol são as opções de lazer.

Para entender as possibilidades de sucesso do turismo de base comunitária no bairro São Bernardo indagou-se sobre a coesão dos laços sociais na comunidade. Os entrevistados E4, E10, e E14 relataram que as ações acontecem individualmente, já os E5, E9, E11 e E13 disseram que necessita melhorar as relações, resgatar a associação que antes realizava inúmeras ações de desenvolvimento comunitário.

Sobre a percepção da importância de um espírito coletivo, por unanimidade todos os entrevistados, afirmaram que a associação do Centro Comunitário Rural do São Bernardo (CCRSB) está desativada, havendo a necessidade urgente de resgatar essa importante representação do bairro. O E13, afirmou que um de seus objetivos após pandemia será realizar uma reunião para articular a reativação da associação, que como membro fundador e atuante nas ações do CCRSB, identifica que esta trouxe muitos benefícios.

Com relação à qualidade de vida dos moradores do bairro, os entrevistados revelaram os principais problemas do bairro, que segundo os E4, E5, E10, E11, E13 e E14, o principal é a falta de tratamento de água e esgoto, assim como uma adequada captação de água e distribuição para toda a comunidade. O E9 relatou que a falta de emprego e renda é outro problema agravante, principalmente para os jovens que vivenciando nessa escassez acabam tendo de sair da comunidade em busca de oportunidades.

Na questão sobre as relações de hospitalidade entre a comunidade e os turistas, os entrevistados E4 e E9 disseram que o tema do turismo deve ser discutido para viabilizar a organização da atividade para não haja impactos, mas que é importante que haja investidores em novos empreendimentos. Já os E5, E10, E11,

E13 e E14 falaram que é necessário organizar a comunidade para que esta possa oferecer experiências agradáveis e únicas, pois isso será o diferencial do turismo no bairro.

Em relação ao tema inclusão, foram investigados dados sobre a organização e realização de trabalhos conjuntos entre a comunidade e outras entidades regionais, o entrevistado E4 disse que as pessoas são acomodadas e reforçou a necessidade de ações colaborativas. Os E5 e E11, falaram que já ocorrem algumas ações em parceria com outras entidades, mas enfatizaram a necessidade dessa cooperação ser dinamizada. Os E9, E10, E13 e E14, não responderam ou não têm conhecimento de ações desta natureza.

Para aferir sobre a valorização que a comunidade dá ao bairro, os entrevistados E4, E5, E10, E11, E13 e E14 declararam criar pequenos animais, cultivar horta, pomares e até mesmo pequenas plantações para subsistência e esses costumes, e tradições podem ser um diferencial que pode atrair turistas para vivenciar esse dia a dia e experiências. O E9 explicou que segue alguns costumes da família.

Sobre o sentimento de pertencimento e identidade sociocultural da comunidade, todos os sete entrevistados disseram não querer ir embora do local, pois possuem família e os laços, e tradições são fundamentais para todos. O E9 reforçou que para ele, viver no bairro é muito agradável, ao qual compartilha com sua família.

Para avaliar o envolvimento e a capacidade da comunidade com as ações e políticas públicas, em especial com os direcionamentos da gestão pública municipal para buscar melhorias para o bairro, por unanimidade os entrevistados disseram que a maioria dos projetos e ações para a comunidade foram conquistados sozinhos ou com a participação do CCRSB, que promovia várias festas e eventos para arrecadar recursos para a execução de ações. Os entrevistados E4, E9, E11 e E13 contam que a comunidade se unia para realizar os eventos citados, toda a comunidade colaborava de alguma maneira.

Com relação ao envolvimento e à participação da comunidade em reuniões e discussões sobre o desenvolvimento do turismo no bairro, por unanimidade os entrevistados manifestaram o desejo de reativar o Centro Comunitário Rural do São Bernardo e, a partir dessa associação, buscar discutir ações no sentido de reunir a comunidade para pensar em temas como o turismo.

Para a gestão e desenvolvimento planejado do turismo, os entrevistados disseram por unanimidade, que o CCRSB, sendo reativado, seria o órgão fundamental

para assumir o papel de intermediador entre a comunidade, os empreendedores e o poder público, para conduzir o processo de discussão das ações e necessidades para o setor.

Todos os entrevistados destacaram ainda que têm interesse em se envolver com as ações de participação no processo de desenvolvimento local, desde que haja a reativação do centro comunitário e a comunidade participe das reuniões, discussões e ações a serem desenvolvidas. O E14 citou, como exemplo, que pode colaborar dando curso e ensinando técnicas de produção de artesanatos.

Os entrevistados relataram que não conhecem ações que envolvam órgãos promotores da atividade turística, por unanimidade os entrevistados disseram não lembrar, mesmo que pontuais, discussões sobre o tema turismo. Apontam ainda, que as necessidades básicas eram tão importantes e fundamentais, como infraestrutura, estradas, energia, telefonia entre outros que não conseguiram avançar para temas como o turismo, entre outros.

Quando indagados sobre ações que consideram necessárias para o desenvolvimento turístico, ou seja, que seriam a base para políticas públicas de turismo para definir conjuntos de intenções entre os moradores e o poder público, por unanimidade os entrevistados apontaram a necessidade de reativar o CCRSB, que na época foi um exemplo de política pública por tantas ações desenvolvidas em prol da comunidade.

7 APROXIMAÇÕES DAS COMUNIDADES COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIO NO ESPAÇO RURAL

A partir das análises e transcrições das falas de cada entrevistado, foi possível relacionar o conteúdo extraído com cada tema específico da matriz conceitual que apoiou a elaboração do instrumento de coleta de dados. Portanto, é necessário realizar uma análise mais detalhada e aprofundada a partir dos principais autores de cada tema de análise e o que conceituam sobre cada assunto.

O tema de análise, turismo no espaço rural, é a base da pesquisa nos bairros rurais estudados. O espaço rural se inter-relaciona com a comunidade no espaço rural, a partir do momento que este se constitui em uma localidade de socialização, trabalho, compartilhamento e vida de uma população. Consequentemente, o estudo verificou a aproximação dos segmentos de turismo de base comunitária e de turismo rural para apontar os que se destacam e tem maior potencial para se desenvolver nos bairros Rosário e São Bernardo. Para completar a análise, também foram estudadas as ações e políticas públicas que interferem ou já interferiram no contexto destas localidades.

Com intuito de facilitar a apresentação das informações, as análises foram separadas por bairros, para apresentar o contexto de cada um, a partir dos resultados da pesquisa. Portanto, o objetivo desse capítulo é relacionar os conteúdos colhidos nas entrevistas, por meio da observação participante, fazendo o diálogo com os principais autores referenciados na parte teórica.

7.1 BAIRRO ROSÁRIO

Com base nas potencialidades do bairro para o turismo no espaço rural, o setor agropecuário é o principal campo que movimenta a economia local, com destaque para a produção de orgânicos, que acontece em maior escala nas propriedades: Sítio Serra Dourada e Orgânicos da Serra. Em ambas as propriedades destacam-se a produção de verduras, legumes, oliveiras e frutas, com ênfase para a goiaba e morango. No sítio Serra Dourada é oferecido aos turistas e visitantes o café colonial ao ar livre, para que possam contemplar as paisagens montanhosas e a natureza, além das áreas de plantio da produção orgânica que fica ao redor. Os dois entrevistados destacaram que durante esse período de pandemia da Covid-19,

tiveram um aumento de cerca de 50% nas vendas e muitas vezes deixaram de vender mais por falta de produtos. Para solucionar esta falta de produtos devido ao aumento nas vendas, um dos entrevistados comentou que está buscando novos parceiros para produção de outros itens orgânicos. Também comentou que as parcerias têm funcionado muito bem, pois agrega mais produtores e suas famílias, destacando ainda que produzir produtos orgânicos gera uma boa renda e a garantia de venda de toda a produção, pois já possuem compradores.

De acordo com Costa Novo (2011), a essência do turismo de base comunitária são as comunidades tradicionais e todas as características e propriedades que as compõem. Atributos importantes e fundamentais para destacar o quanto esse modelo de turismo pode agregar e gerar desenvolvimento para as comunidades mais carentes e isoladas que, na maioria dos casos, necessitam de apoio e ações conjuntas. Nesse sentido, Maldonado (2009) destaca que o ambiente rural representado pelo dia a dia da produção agropecuária aliado à cultura local e suas relações com a natureza indicam que é esse ambiente que atrai moradores de centros urbanos. Desta forma, é possível confirmar que o bairro Rosário tem oferta adequada para desenvolver o turismo rural. Entretanto, os problemas de saneamento básico são fatores que devem ser resolvidos para viabilizar o turismo nesta localidade. Problemas como o de falta de água e de tratamento de esgoto são assuntos que demandam a união da comunidade, no sentido de levar ao conhecimento do poder público essa necessidade imediata, para que este se empenhe em resolver essas e outras questões que afetam todos os moradores e que pode se agravar com um fluxo regular de turistas.

Destaca-se aqui a premissa do turismo de base comunitária que enfatiza que a geração direta de benefícios à população local comandará os benefícios do desenvolvimento local (IRVING, 2009). Neste contexto, a participação da comunidade é uma ação fundamental no processo de desenvolvimento turístico de base comunitária. A atuação e investimentos por parte da população local na área de turismo é outro fator que impulsiona e agrega valor à atividade turística do bairro. Mas, observou-se desinteresse de vários moradores em atuar com turismo, seja pela falta de conhecimento sobre as especificidades da área ou pela questão financeira, que não permite investir em novos negócios. Assim, é importante um trabalho de informação e conscientização da comunidade pois, como explicam Rodrigues *et al.* (2017), as atividades ligadas ao turismo podem agregar valor e gerar renda para os produtores rurais.

Com relação às preocupações sobre as transformações que o turismo pode trazer para o bairro, verificou-se que já existem alguns empreendimentos recebendo turistas, e a comunidade percebe que é possível que ela possa se beneficiar, mas ainda não está claro quais seriam estes benefícios e como eles se disseminariam para todos os moradores. Neste sentido, é reforçada a necessidade de um trabalho de conscientização para esclarecer que os gastos realizados pelos turistas, geram um efeito multiplicador na comunidade, ou seja, renda circulando no *trade* turístico desenvolvendo outros setores (ELESBÃO, 2007). Completando a ideia, Silva (2003) diz que o potencial do turismo é real, mas é necessário reconhecer os problemas decorrentes dos impactos social, cultural, ambiental etc. para que a comunidade encontre forma de minimizá-los. Irving (2009) destaca a necessidade de participação e protagonismo social, do planejamento com implementação e avaliação de projetos turísticos. É necessário entender que o processo de desenvolvimento turístico e a participação social são lentos, sendo necessários, na maioria das vezes, investimentos em capacitação, treinamentos e outras formações, e recursos humanos, com resultados em algumas situações a longo prazo (IRVING, 2009). É necessário planejamento e ações de desenvolvimento com necessidade de serem acompanhadas e implementadas em curto espaço de tempo para que se enxergue o andamento dos projetos e ações.

Ficou evidente que os moradores do bairro Rosário valorizam muito os aspectos culturais e ambientais, próprios e únicos da localidade. Mesmo não havendo um atrativo natural de destaque, existem grandes áreas de preservação ambiental (APA), que podem ser tratadas como atrativos turísticos, desde que a visitação ou contemplação sejam baseadas em ações de conscientização e conservação. Kloster e Cunha (2014) alertam que o fluxo de pessoas em áreas de preservação ou conservação do ambiente, podem gerar vários impactos, dessa maneira é fundamental a adoção de ações sustentáveis para fundamentar o planejamento do turismo. Neste caso, é importante destacar que o bairro conta com o trabalho voluntário do grupo Jovens Amigos da Mantiqueira (JAMAN), que fazem ações de coleta seletiva, conscientização de moradores, limpeza do rio, entre outras atividades realizadas e coordenadas por pessoas da comunidade.

A questão da preservação ambiental também está relacionada como uma das premissas do turismo de base comunitária que, de acordo com Irving (2009) tem por princípio escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados, ou seja, que

este se desenvolva com pequeno número de visitantes, com ações executadas pela própria comunidade local, com recursos próprios, com conhecimento e autonomia para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos. Assim, pode-se observar que no bairro o JAMAN demonstra conscientização e interesse em investir em ações de sustentabilidade ambiental, desenvolvendo ações que podem ser ampliadas para envolver e atingir toda a comunidade e futuramente os turistas.

Outra premissa do turismo de base comunitária é a valorização da cultura local como fator essencial para o fortalecimento da comunidade (IRVING, 2009), o ponto relevante está relacionado às questões históricas e culturais da população, que é a base dos valores e tradições, das quais os moradores relatam sentir orgulho das suas origens e do bairro onde residem e acreditam que há elementos únicos que possam atrair turistas e que estes se interessem a interagir com a população local para vivenciar experiências inusitadas nesses locais. Sampaio (2005) destaca que a pessoa que busca o turismo de base comunitária não se limita apenas às ações de contemplação e observação, mas busca o envolvimento com os projetos comunitários, com as atividades do cotidiano e a experiência do dia a dia das comunidades. Portanto, no Rosário há um espaço rural e uma comunidade com reais possibilidades de atrair este tipo de turista.

Conforme já afirmado anteriormente, que as bases para o desenvolvimento do turismo de base comunitária são o envolvimento da comunidade local, sua participação e motivação no processo de construção e desenvolvimento (MIELKE; PEGAS, 2013) e no bairro Rosário constatou-se que esse processo ainda caminha lentamente pelo fato da comunidade não participar de forma ativa da associação do centro comunitário, conforme relatado nas entrevistas. Nesse sentido, Irving (2009) acrescenta que o turismo de base comunitária deve viabilizar conexão, proximidade e confiança dos órgãos e da população, sendo essencial o envolvimento desses setores no processo de construção e desenvolvimento local. O turismo de base comunitária sustenta-se a partir de trocas entre turistas e população local, em busca de novas experiências e vivências. Nesse sentido, questões relacionadas à realização de parcerias público-privado, agregadas ao planejamento sustentável, tornam-se essenciais nesses espaços para a consolidação de um modelo de turismo de base comunitária.

Mielke e Pegas (2013), destacam que um planejamento organizado e eficaz é fundamental para o sucesso de todo processo de desenvolvimento do turismo. Diante

das situações expostas e a necessidade de buscar a participação popular da comunidade com o centro comunitário, a autora Costa Novo (2011) enfatiza que o trabalho em grupo busca resgatar o sentimento de pertencimento a um grupo social, o valor do local onde mora, como é a vida nesses locais, sua cultura e seu modo de vida. Só assim será possível que o modelo de turismo de base comunitária, que caminha junto do desenvolvimento local, ambos na busca de geração de emprego, crescimento econômico, qualidade de vida e bem-estar social, possa se desenvolver no bairro. A percepção é de que o Centro Comunitário do Bairro Rosário é o local ideal para introduzir o tema turismo e desenvolver discussões, pois, como dito, os entrevistados entendem que o turismo gera benefícios, agrega valor e promove investimentos locais que a comunidade poderá usufruir.

As pautas das reuniões do centro comunitário devem estar em sintonia com o turismo, assunto embrionário, mas que necessita ser conversado para que o processo de interação e envolvimento seja planejado e desenvolvido. Ficou claro também que a necessidade e anseio de muitos moradores por um processo de discussão conjunta é uma necessidade para legitimar as decisões. Silva e Arnhold Junior (2010) asseguram que é necessário seis direcionamentos básicos para planejar e desenvolver o turismo de base comunitária com sucesso, sendo que a comunidade deve ter o entendimento sobre turismo e seus impactos, e esta ser a principal atividade de desenvolvimento local, promovendo a união de toda a comunidade através de cooperativa, agregando valor com produtos locais, artesanais e orgânicos, criando um código de ética a ser seguido por turistas e a comunidade local, na busca pelo comprometimento sustentável, e esta é a direção que o bairro Rosário deve seguir.

Por fim, detectou-se que é necessário o direcionamento de políticas públicas de turismo para discutir e definir um planejamento participativo, dando voz à comunidade e esse processo pode ser coordenado, segundo os entrevistados, pelo CCBR, assumindo o papel de intermediador entre a comunidade, empreendedores e o poder público e conduzir o processo de discussão das ações e necessidades. Irving (2009) destaca que a participação e protagonismo social do planejamento com implementação e avaliação de projetos turísticos, representa um elemento essencial para a sustentabilidade das iniciativas propostas.

É evidente que a mobilização e participação da comunidade em ações de reivindicação e parceria, é um princípio básico para que o turismo de base comunitária se desenvolva, o que atualmente não acontece, de fato, no bairro Rosário. Portanto,

é necessário que haja mobilização e que a comunidade ganhe força para ser ouvida, ao mesmo tempo, esta deve se organizar na forma de uma associação de bairro participativa e atuante. Esse é o caso do bairro Rosário, que tem ativo o Centro Comunitário do Bairro Rosário, seguindo as regras do estatuto e do regimento comunitário, que pode se tornar a instância ideal para introduzir o tema turismo devido à força e união que o grupo poderá construir para direcionar as ações de desenvolvimento do setor, em simultâneo, com a participação da comunidade do bairro.

7.2 BAIRRO SÃO BERNARDO

No bairro São Bernardo as atividades agropecuárias também se destacam, sendo o principal setor que movimenta a economia local, nessa localidade sobressai a tendência de produção de frutas de clima temperado, elementos que aproximam este espaço com o turismo rural. O plantio dessas frutas permite que a população local produza de forma artesanal, doces, compotas, geleias, entre outros. Estes produtos típicos podem ser vendidos para turistas e visitantes, gerando oportunidade de renda e desenvolvimento para as pessoas que plantam as frutas, que fabricam os doces e entre outros possíveis envolvidos. Kloster e Cunha (2014) acrescentam que, o turismo rural é uma atividade que pode sensibilizar o local e território, gerando fontes alternativas de renda para os produtores rurais. Desta forma, oferecer oportunidades de capacitação, apoio e orientação na produção de frutas, como, por exemplo, qualificação de como produzir doces artesanais aproveitando o conhecimento e as técnicas de pessoas da comunidade, promover cursos relacionados a agregar valor ao produto, entre outros. Esses são exemplos de qualificações que poderão incentivar e estimular as pessoas da comunidade a gerar oportunidades de trabalho e renda, resgatando inclusive receitas, técnicas e hábitos de seus antepassados.

Outro produto típico de produção artesanal, são os baixeiros de lã de carneiro. O processo de produção é totalmente manual, desde lavar a lã que foi tosquiada, preparar o material para transformá-lo em linha e depois tecer esse material, até a fase final em que o produto toma forma e se transforma em uma peça de artesanato valiosa.

No bairro São Bernardo, os aspectos culturais e ambientais são valorizados pelos moradores e estes indicam os recursos naturais, como o Mirante do Santo

Cruzeiro do São Bernardo, sendo o principal atrativo com potencial para atrair turistas. Existe, portanto, a necessidade de realizar investimentos na parte da infraestrutura de acesso e outras melhorias no local, como banheiro e rampa de acesso ao mirante, assim como investimentos em equipamentos de aventura seriam uma alternativa interessante. Para Zandonadi e Freire (2016), as pessoas buscam locais para momentos de lazer e prazer em regiões que diferem daquelas do seu cotidiano. Os espaços rurais e naturais são locais com diferenciais atrativos muito procurados pelos públicos exigentes, que muitas vezes já praticam os conceitos de sustentabilidade, colaborando com a comunidade na preservação desses espaços.

Em relação a essa questão, Irving (2009) se refere a escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados, uma das principais premissas do turismo de base comunitária. A região do bairro também reúne grandes áreas de preservação ambiental formalizadas como APA, porém, alguns entrevistados denunciaram ilegalidades, como mineração e desmatamento em áreas de preservação permanente, que estão ocorrendo na região do bairro. Scótolto e Panosso Netto (2015) destacam que é indispensável que os recursos naturais e culturais, sejam preservados buscando o desenvolvimento sustentável da localidade e seu entorno. Nesse contexto, a comunidade é a maior guardiã desses locais e deve estar preparada e conscientizada para defendê-los, pois para viver nesses espaços é preciso desenvolver e praticar ações de desenvolvimento sustentável para garantir esses recursos para as próximas gerações.

Candiotto (2010) diz que com o surgimento do turismo em espaços naturais, é fundamental preservar essas áreas que poderão tornar-se locais de investimentos turísticos. Por isso, problemas como coleta seletiva, falta de água e necessidade de tratamento de esgoto, são assuntos extremamente urgentes que necessitam ser resolvidos no bairro. Um centro comunitário ativo teria grande influência e poder para discutir esses e outros assuntos, no sentido de encontrar soluções para esses problemas, pois como foi relatado por vários entrevistados, quando o centro comunitário estava em funcionamento há alguns anos, houve inúmeras conquistas e benefícios para a comunidade. Os dados apontaram que, quando o CCRSB funcionava ativamente, as demandas e necessidades eram discutidas e, dentro das possibilidades, resolvidas. Nesta época, segundo relatos, a população não participava das reuniões, mas as ações realizadas para arrecadar verbas contavam com a colaboração de todos. A premissa — escala limitada e impactos sociais e ambientais

controlados — contribui com essa questão. As parcerias público-privado em conjunto com as questões de planejamento tornam-se essenciais para desenvolver e promover a sustentabilidade social e ambiental desses espaços. (IRVING, 2009).

Outra premissa do turismo de base comunitária é a valorização da cultura local como fator essencial para o fortalecimento da comunidade (IRVING, 2009), e consequentemente, consolidando a identidade da comunidade e suas heranças histórico-culturais como diferencial e até elemento de interesse de turistas que querem conhecer o dia a dia da localidade. Nesta direção, vale lembrar que Rodrigues (2003) afirma que a preservação do patrimônio cultural e ambiental se faz necessária para manter a importância desses locais únicos e manter a comunidade em suas áreas de origem. As questões históricas e culturais da população, relativas aos valores e tradições, estão relacionadas com o cotidiano e os costumes dos residentes de maneira geral. Os moradores de São Bernardo relatam sentir orgulho do local onde residem, dos costumes e tradições herdadas de seus antepassados, sendo fundamental para eles preservarem e manterem vivos esses aspectos. O encontro e a dádiva como condição essencial — a essência para o turismo de base comunitária é a interação entre quem busca e quem oferece, cultura, modo de vida, saberes, vivências reais e únicas, ambos numa esfera de compartilhamento, trocas e aprendizagem nessa relação. (IRVING, 2009; SCHNEIDER, 2006).

Apesar de Scótolto e Panosso Netto (2015) comentarem que uma localidade pode sofrer alterações em seu percurso, ou seja, os interesses e as características mudam dependendo da localidade, sendo necessário reforçar o empenho e quais os anseios da comunidade. Sabe-se que o bairro já teve uma associação ativa que realizou muitas ações e benefícios, a experiência é um fato interessante para que hoje os moradores mais jovens se inspirem em ações que deram certo no passado.

Acredita-se que o turismo de base comunitária pode ser uma opção de desenvolvimento para o Bairro São Bernardo porque há possibilidades da conciliação de parcerias, planejamento e sustentabilidade, isso porque, como aponta Fabrino (2013), o turismo de base comunitária é centrado nos recursos ligados às questões humanas, naturais e de infraestrutura, onde a comunidade é protagonista de todo o processo e isso é possível de se viabilizar no bairro. Isso porque, percebeu-se que a comunidade tem um espírito coletivo latente, resultado da experiência vivida quando o CCRSB estava ativo. Portanto, há a necessidade urgente de resgatar essa

importante associação de representação do bairro, que no passado discutia e solucionava problemas comuns a todos os moradores.

A interação da comunidade local no processo de discussão e crescimento da atividade turística, é um aspecto essencial para a vitalidade de um projeto de desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural. Por outro lado, há a necessidade de investimentos, preferencialmente feitos por pessoas da comunidade local, para gerar renda e desenvolvimento entre as pessoas que ali convivem. Os dados levantados apontaram que alguns moradores que já se encontram aposentados não têm interesse em atuar ou investir no setor de turismo, mas há outros moradores com perfil empreendedor que manifestaram interesse em investir ou ampliar os negócios ligados ao turismo. Destaca-se aqui a premissa do turismo de base comunitária que enfatiza que a geração direta de benefícios à população local comandará os benefícios do desenvolvimento local (IRVING, 2009). No entanto, percebeu-se que, no geral, a comunidade entende que o turismo pode oportunizar benefícios diretos a todos, gerando renda e desenvolvimento. Silva (2003) destaca que o desenvolvimento deve ter como base a distribuição de renda igualitária para a população.

De acordo com Irving (2009) a participação e o protagonismo social do planejamento com implementação e avaliação de projetos turísticos são primordiais, e a proposta é incentivar que alguns líderes comunitários convoquem uma reunião com todos os moradores no ano de 2021, para discutir e articular a reativação do CCRSB. Na visão de Sampaio e Zamignan (2012), o turismo de base comunitária é organizado, e desenvolvido no formato de associação, arranjo produtivo local, onde buscam compreender e estabelecer ações conjuntas para o desenvolvimento local. A cultura da cooperação tornou-se essencial para o amadurecimento da sociedade como um todo, e a relação de cooperativismo são base para o desenvolvimento das futuras gerações, por isso a reativação do centro comunitário é importante para o desenvolvimento do bairro de forma geral e ampla.

Finalizando, Irving (2009) destaca o encontro e a dádiva como condição essencial para o turismo de base comunitária, é a interação entre quem busca e quem oferece cultura, modo de vida, saberes, vivências reais e únicas. Nesse sentido ambos numa esfera de compartilhamento, trocas e aprendizagem nessa relação, incluindo questões endógenas primordiais como costumes, modos de vida e interesses para viabilizar o desenvolvimento da atividade, sua aplicação e constante avaliação feita

pela comunidade local, para garantir a essência da sustentabilidade com foco na conservação do patrimônio cultural e natural.

Ficou evidente diante das entrevistas que a comunidade do bairro São Bernardo reconhece o papel positivo que o centro comunitário teve na época em que estava em funcionamento. Por isso, considera-se necessário o direcionamento de políticas públicas de turismo para discutir e definir um planejamento participativo, dando voz à comunidade. Lohmann e Panosso Netto (2008), afirmam que a política pública de turismo deve ser utilizada para propor ações de desenvolvimento turístico para o setor, baseada em planejamento, com propostas embasadas em diretrizes e estratégias, com objetivos claros, para competir e incrementar o turismo. Por outro lado, é evidente que a mobilização e participação da comunidade em ações de reivindicação e parceria, é um princípio básico para que o turismo de base comunitária se desenvolva, assim, acredita-se que diretrizes de desenvolvimento sustentadas por políticas municipais ou estaduais de turismo possam ajudar a população do bairro São Bernardo a iniciar suas ações.

7.3 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

As informações descritas nos itens 7.1 e 7.2 consolidam os resultados da pesquisa *in loco* permitindo avaliar a realidade de cada bairro, mas para atingir o objetivo dessa pesquisa é importante destacar os pontos positivos e pontos negativos das comunidades investigadas para poder avaliar o que facilita ou o que distancia esses bairros na busca de desenvolvimento através do turismo de base comunitária no espaço rural. O Quadro 03 facilita a comparação da realidade dos dois bairros de Delfim Moreira.

Quadro 3: Análise comparativa da realidade dos bairros Rosário e São Bernardo

	Bairro Rosário	Bairro São Bernardo
Pontos positivos	1- Existência do Centro Comunitário do Bairro do Rosário (CCBR); 2- Propriedades rurais com modos de fazer tradicionais; 3- Produção orgânica; 4- Potencial real do turismo; 5- Comunidade valoriza aspectos culturais e ambientais; 6- Áreas de Preservação Ambiental (APA); 7- Grupo Jovens Amigos da Mantiqueira (JAMAN); 8- Coleta seletiva; 9- Trabalho voluntário; 10- Espírito coletivo; 11- Modo de vida e cultura típica.	1- Produção de frutas; 2- Produção de doces artesanais; 3- Mirante do Santo Cruzeiro do São Bernardo; 4- Comunidade valoriza aspectos culturais e naturais; 5- Áreas de Preservação Ambiental (APA); 6- Espírito coletivo; 7- Potenciais investidores em bens e serviços turísticos; 8- Turismo já é explorado por alguns moradores, mas, apesar de estarem em espaços rurais não tem as características de turismo rural de base comunitária; 9- Valorizam a cultura local; 10- Artesanato típico.
Pontos negativos	1- Necessidade de saneamento básico; 2- Centro comunitário desativado; 3- Falta de emprego e renda; 4- Falta participação da comunidade em assuntos de gestão do bairro; 5- Falta de organização da comunidade com o turismo; 6- Distanciamento da comunidade dos temas de políticas públicas de turismo.	1- Estrada com necessidade de melhorias para acesso a alguns empreendimentos; 2- Mineração e desmatamento; 3- Falta de coleta seletiva; 4- Necessidade de melhorias de saneamento básico; 5- Reestruturação do centro comunitário é necessária; 6- Falta participação da comunidade em assuntos de gestão do bairro; 7- Falta de organização da comunidade com o turismo; 8- Distanciamento da comunidade dos temas de políticas públicas de turismo.
Diagnóstico	A estrutura comunitária facilita um processo participativo da comunidade para discutir o desenvolvimento do turismo, mas é necessário um trabalho inicial sobre o assunto;	A organização da comunidade é possível, mas será mais difícil envolver os moradores, porque o turismo já está sendo explorado em um formato sem participação ou diálogo com a comunidade.

Fonte: Dados da Pesquisa

Pode-se concluir, que a infraestrutura básica é uma questão comum e necessária aos bairros Rosário e São Bernardo. A carência de melhorias nas estradas de acesso aos locais e aos atrativos turísticos é um ponto a ser melhorado. Esse ponto negativo irá impactar diretamente o acesso de turistas que necessitam de estradas em perfeito estado de conservação, e essa é uma função do poder público municipal em oferecer acesso de qualidade garantindo o direito de ir e vir para moradores, que conseqüentemente os turistas irão usufruir. Outra deficiência é a necessidade de um

sistema de coleta de esgoto e tratamento de água para que essas comunidades tenham condições mínimas para viver e oferecer qualidade e infraestrutura adequada aos turistas e hóspedes. É essencial que se invista nessa área de tratamento de esgoto, pois esses locais estão em área de APA, e devem ser exemplos para os outros bairros e para a cidade.

Com relação aos centros comunitários, que poderiam ser a instância agregadora de moradores para lutar e buscar benefícios para a comunidade, verificou-se que no bairro Rosário o CCBR está ativo com diretoria eleita, mas necessitando de apoio e participação da comunidade para que de fato se possa discutir temas de interesse para todo o bairro. O centro CCRSB está desativado no momento e verificou-se que já foi uma instância que conseguiu articular e levar inúmeros benefícios para o bairro, necessitando urgente que a população reestruture as atividades do centro comunitário para viabilizar um maior envolvimento da comunidade nas decisões locais. Parte da falta de emprego e renda, questões muito levantadas e criticadas nas entrevistas, está atrelada à desarticulação dos centros comunitários dos dois bairros, a falta de organização da comunidade com o turismo e outros temas que podem trazer benefícios limita a reivindicação por ações do poder público, enquanto dificulta a introdução de novas atividades econômicas e conscientização da população sobre suas potencialidades para o turismo.

No bairro Rosário, verificou-se que a maioria das propriedades segue regras de preservação ambiental, enquanto no bairro São Bernardo existe o agravante de algumas interferências sobre o patrimônio natural que vem sofrendo degradação. Acredita-se que se a comunidade se unir e se organizar poderá discutir e levar este problema para os órgãos de controle e fiscalização, porque fica claro que a comunidade não comunga dessa prática de interferência no ambiente natural.

Em ambos os bairros ficou evidente a grande necessidade e a expectativa da comunidade na reativação do centro comunitário do bairro, visto que o sucesso do desenvolvimento do turismo de forma participativa depende de uma instância local para unir e fortalecer as pessoas da comunidade para que estas encontrem soluções e caminhos para seus problemas socioeconômicos e sanitários.

Por fim, detectou-se significativo potencial para o desenvolvimento do turismo no espaço rural nos dois bairros, mas o turismo de base comunitária ainda está longe de se consolidar por falta de entendimento da importância da introdução de uma nova

atividade econômica nas propriedades agropecuárias e pela falta de articulação e participação da comunidade em temas de interesse comum.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito em desenvolver este trabalho está relacionado às questões pessoal e profissional. A primeira se deve ao fato de o autor ser residente do município de Delfim Moreira, Minas Gerais, onde se localizam os bairros que foram objetos de estudo, situação que proporciona afinidade e relações pessoais estreitas com os moradores locais, facilitando a investigação *in loco*. A questão profissional está vinculada ao fato de o autor atuar na área de gestão e desenvolvimento turístico.

Por esses motivos, observa-se que é necessário contribuir com essas localidades no meio rural que possuem potencial para o turismo. Vale salientar que as duas comunidades devem se apropriar de temas de sustentabilidade para solicitarem ou construir projetos ligados ao desenvolvimento local. As dificuldades dessas localidades são inúmeras, mas é real e latente a necessidade de buscar alternativas de trabalho e renda com maiores chances de gerar novas oportunidades para os moradores dos bairros rurais. A vida do produtor rural é muito desgastante, devido ao alto custo para a produção de alimentos e os baixos preços de venda, além de outros inúmeros problemas e dificuldades fazendo com que a autoestima dessas pessoas seja baixa e isso pode ser um limitador para que elas almejem novos projetos de vida.

Conforme averiguado, as relações de cooperação e união entre os moradores locais praticamente não existem. Somente alguns casos isolados de cooperação ocorrem nos bairros. A necessidade de articulação entre as pessoas que residem nessas localidades é de extrema importância, visto as inúmeras ações conjuntas de desenvolvimento que podem ser criadas. Ficou evidente a necessidade da comunidade de se sistematizar, pois conforme foi citado nos capítulos teóricos e de análise, a união de pessoas, de acordo com os critérios do cooperativismo, seria o ponto inicial para o andamento e formulação do processo de engajamento. Outra questão que ficou muito clara, é a vontade dos moradores locais em querer participar de um processo de discussão e buscar entender novas oportunidades de desenvolvimento local. Destacam inclusive que esse assunto deva ser levado como pauta para as reuniões do centro comunitário. No caso do bairro São Bernardo em que o centro comunitário necessita ser reestruturado, a população acha prudente organizar a entidade para discutir esses e outros assuntos de interesse de toda a comunidade.

Os residentes observam que existe um pequeno fluxo de turistas nos locais atrativos dos bairros, sendo assim é importante alinhar o desenvolvimento da atividade com um planejamento que organize, conduza e fomenta o turismo nesses e em outros locais. Nessa perspectiva, identifica-se que os moradores dos bairros estão desenvolvendo novas atividades e novas culturas, mesmo que timidamente, no setor agropecuário, sendo esse um processo de amadurecimento e de identificação de novas oportunidades de trabalho, renda e desenvolvimento local pelas novas gerações.

Pode-se observar que as entrevistas com os líderes comunitários dos bairros, deixou claro que a população tem interesse em discutir e conhecer mais sobre turismo, desde que esse processo seja através do centro comunitário do bairro, pois os moradores se sentem seguros quando debates como esses são coordenados pela entidade que já os representam em outras situações. A comunidade entende que esses espaços de união, debates e decisões são os mais apropriados para esse tipo de situação, pois os líderes comunitários, agregados às regras e legislações que conduzem as atividades do centro comunitário, e com as experiências positivas adquiridas durante outras gestões faz com que esses locais sejam vistos como espaços democráticos de desenvolvimento local.

É necessário salientar que essas comunidades precisam avançar muito em questões básicas para que possam pensar em debater e desenvolver o turismo de base comunitária. Como foi identificado na pesquisa de campo, essas comunidades carecem de questões inclusive relacionadas aos quesitos básicos de infraestrutura adequada, para que possam viver melhor em comunidade.

Observa-se também que é necessário que haja investimentos básicos por parte do poder público, conforme foram citados inúmeros exemplos na dissertação, primeiramente para dar condições e dignidade de uma vida com qualidade para a população local e que, conseqüentemente, os turistas poderão usufruir dessas melhorias. O turismo deve beneficiar, primeiramente, a comunidade local, e quem vive nesses locais, pois assim a população terá qualidade de vida e se sentirá pertencente ao processo de desenvolvimento que o turismo proporcionará se for discutido, planejado e executado em parceria com as pessoas e instituições comprometidas com essa causa.

Conforme destaca Irving (2009) o turismo de base comunitária deve ir muito além de um modelo de gestão, ele exige laços sociais e um consolidado sentido

coletivo para que as pessoas estejam unidas e preocupadas com o bem comum. O turismo de base comunitária é baseado e estruturado em seis premissas, conforme descrito na parte teórica. A seguir destacam-se os principais objetivos e a essência de cada uma delas: base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; participação e protagonismo social do planejamento com implementação e avaliação de projetos turísticos; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à população local; afirmação cultural e interculturalidade e o encontro, e a dádiva como condição essencial. Procurou-se relacionar cada premissa, seu conteúdo e sua essência com as análises das entrevistas de cada bairro, conforme descrito no capítulo sete.

Nos bairros rurais Rosário e São Bernardo a participação das comunidades é condição essencial para o início de um processo de cooperativismo, para viabilizar o turismo de base comunitária no espaço rural. Por isso, a formação e legalização dos centros comunitários que atuarão como associação do bairro, instância para condução de debates e entendimento entre as pessoas da comunidade. Assim, o turismo pode entrar em pauta nesses bairros para que a comunidade compreenda a função que essa atividade poderá desempenhar nessas localidades.

Observou-se que os moradores mais jovens e os empreendedores locais formam um grupo que entende as potencialidades dos bairros para desenvolver a atividade de turismo, vale destacar que as pessoas que não desejarem trabalhar diretamente com atividades ligadas ao turismo poderão contribuir de outras maneiras, pois, cada um tem uma importância dentro da associação comunitária. Destaca-se que em ambos os bairros ficou claro a necessidade e a expectativa da comunidade em buscar alternativas e apoio para a reativação do centro comunitário, como entidade que irá fortalecer os laços entre os moradores locais e buscar o desenvolvimento local.

Por fim, identificou-se relevante potencial para o desenvolvimento do turismo no espaço rural nos dois bairros, mas o turismo de base comunitária necessita de uma série de ações e discussões que o centro comunitário poderá direcionar. Ainda assim, a necessidade de um conjunto de atrativos que estejam preparados e embasados nas premissas do turismo de base comunitária são aspectos fundamentais para o entendimento, articulação e estruturação do TBC.

Fechando a discussão sobre o tema, salienta-se que os objetivos da dissertação foram alcançados e poderão contribuir e servir de base para outras

pesquisas sobre o tema, pois possui um interessante conteúdo de pesquisa teórico e prático sobre o turismo de base comunitária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- ALVES, J. M.; PAGLIARUSSI, M. S.; AQUINO, A. C. B. **Trajetória institucional do agroturismo em uma colônia italiana**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 15, n. 2, p. 235-252, 2013.
- ANDRADE, A. C.; FERREIRA, E. R. **Produção familiar, conservação ambiental e turismo no espaço rural da microrregião de Itajubá, Minas Gerais**. Campo território - revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 315-341, 2013.
- ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARBOSA, J. **Propriedades Rurais, Delfim Moreira- MG**, 2019. 1 fotografia.
- BARBOSA, M. O. F.; ANDRADE, A. C. **Processos econômicos e socioespaciais no município de Delfim Moreira (MG): da fruticultura à pluriatividade**. I Simpósio Mineiro de Geografia. Alfenas, p. 783 – 798, 2014.
- BARROS NETO, J. DAS.; OLIVEIRA, A. M.; ALMEIDA, L. **Histórico da Legislação Brasileira para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Século XXI**. A Barriguda: Revista Científica, v.7, p.53-67, 2017.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo** – 11ª ed. ver. e atualiz. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006a.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo** – 4. ed. rev. São Paulo: SENAC, 2002.
- BENI, M.C. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006b.
- BONETTI, L. A.; CANDIOTTO, L. Z. P. **Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF)**. 21º Encontro nacional de geografia agrária. Uberlândia, 15 a 19 out, 2012.
- BORGES, C. *et al.* **Perfil das recomendações dos pesquisadores brasileiros às políticas públicas de empreendedorismo**. Revista: Administração Pública e Gestão Social, jan-mar, 2013.
- BRASIL. 2008. Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: 9 jan 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo: 2018/2022. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- CANDIOTTO, M. F. **Agências de turismo no Brasil: embarque imediato pelo portão dos desafios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Elementos para o Debate Acerca do Conceito de Turismo Rural**. Revista Turismo em Análise, v. 21, n.º 1, abril 2010.

CCBR. **Festa Dia das Crianças, Delfim Moreira-MG**. 2019. 1 fotografia.

CCBR. **Jornal Informativo do CCBR, Delfim Moreira-MG**. 2019. 1 fotografia.

CCBR. **Quadrilha Tradicional, Delfim Moreira-MG**. 2019. 1 fotografia.

CIRCUITO TURÍSTICO CAMINHOS DA MANTIQUEIRA. **Região definida como Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira**, 2019. Disponível em: <<http://www.caminhosdamantiqueira.tur.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CIRCUITO TURÍSTICO CAMINHOS DA MANTIQUEIRA. **Sobre o Circuito: Objetivos e Missão**. Disponível em: <<http://www.caminhosdamantiqueira.tur.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003a.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo comunitário no nordeste brasileiro**. V Seminário da Associação Nacional de pesquisa e Pós-graduação em Turismo. Belo Horizonte – MG, p. 01 – 13, 25 e 26 ago. 2008.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. O ecoturismo e os hóspedes da natureza In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003b.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. **Turismo**: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: MONICA, A. I. G. L.; SILVEIRA, M. L. América Latina: cidade, campo e turismo, 2006.

COSTA NOVO, B. M. C. **Turismo de base comunitária na região Metropolitana de Manaus: caracterização e análise crítica**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. São Paulo, 2011.

COSTA, N. D. **O contexto das relações entre turismo e trabalho local na cidade de Delfim Moreira – MG**. 145f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade). Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Universidade Federal de Itajubá. Itajubá, 2015.

CRUZ, R. C. A. **Políticas públicas de turismo no Brasil**: território usado, território negligenciado. Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27- 43, 2005.

CRUZ, R. C. A. **Turismo, produccion del espacio y desarrollo desigual: para pensar la realidade brasileira**. II Simposio Lationoamericano / Turismo y desarrollo. Aportes y transferências. Mar del Plata, v.12, n. 2, 2008.

CÚPULA DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://tourism4sdgs.org/tourism-for-sdgs/>>. 2015. Acesso em: 28 Janeiro 2019.

CUSTÓDIO, J. S. **Ao sul da capitania das minas: formação da freguesia de Itajubá**. Revista Virtú – ICH. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. **Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: novas Institucionalidades e Protagonismo dos atores**. DADOS-Revista de Ciências Sociais, v. 54, n. 2, p. 431– 473, 2011.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, v. 42, n. 84, 2007.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação de mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2013.

FARIA, S. R. de. **Maria Fumaça parada na estação Delfim Moreira e imagem parcial da cidade, Delfim Moreira- MG**.1932. 2 fotografias.

FARIA, S. R. de. **Produção de Marmelada Fábrica de Conservas Colombo, Delfim Moreira-MG**.1929. 1 fotografia.

FARIA, S. R. **Ponte do Encontro e Tela representando Dia do Encontro, Delfim Moreira-MG**, s/d. 2 fotografias.

FERNANDES, A. T. **Poder local e turismo social**. Sociologia: revista da Faculdade de Letras, 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. **Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas**. Revista de administração pública, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012.

GALVÃO, M. J.; DEVY-VARETA, N. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. **Cadernos: Curso de Doutorado em Geografia, n. ° 2, 2010, p. 61-86**, 2010.

GOMES, G. **Vista das instalações da Fundação Roge, Delfim Moreira-MG**. 2018. 1 fotografia.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. **Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental**. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, n. 19, p. 57-68, 2011.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da serra geral catarinense.** Florianópolis, 2003.

HJALAGER, A. M.; KWIATKOWSKI, G.; LARSEN, M. O. **Innovation gaps in Scandinavian rural tourism.** Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism, v. 18, n. 1, p. 1-17, 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). **Contagem populacional.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/delfim-moreira/panorama>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). **Censo agropecuário.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/delfim-moreira/pesquisa/>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

IBGE. **Delfim Moreira no estado de Minas Gerais.** s/d.1 mapa. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/delfim-moreira>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ministério da cultura.** São Paulo. 1997. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

IRVING, M. A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária.** In BARTHOLO, R. Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. p. 108-121, 2009.

IRVING, M. A. **Sustentabilidade, turismo e sociedade.** In LEITE JÚNIOR, P. P. (Org.). O valor social do turismo. São Paulo: Roca, 2007.

JORNAL LIBERTAS. **Notícia sobre inauguração laticínio comunitário.** Delfim Moreira – MG, 1989. 1 fotografia.

KLOSTER, S.; CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis.** Revista Desenvolvimento em Questão, v. 12, n. 27, p. 66 – 94, 2014.

LANZARINI, R.; BARRETTO, M. **Políticas públicas no Brasil para um turismo responsável.** Turismo-Visão e Ação, v. 16, n. 1, p. 185-215, 2014.

LIMA, L.; D'ASCENZI, L. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas.** Revista de sociologia e política, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.

LINDNER, M.; FERREIRA, E. R.; SOUZA, M. **A exploração das ruralidades na revalorização do espaço rural: estímulos ao desenvolvimento do turismo na Quarta Colônia de Imigração Italiana, RS-Brasil.** Encuentro de Geógrafos de América Latina (12.: 2009, abr. 3-7: Montevideo, Uruguay). Caminando en una América Latina en transformación. Montevideo, 2009.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas**. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras (organizadores). Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARQUES, W. Revista Turismo - **Impacto Ambiental Negativo Trabalho**. 2002. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/impacto-ambeneg.html>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MARTINS, M. R.; CONTERATO, M. A. **Ruralidades e ação coletiva através do turismo: construindo o desenvolvimento rural**. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 6, n. 1, 2013.

MENSAH, J. H. R.; SOUSA R. H.; PONS, N. A. D. **Mapeamento das áreas de preservação permanentes (APPs) na bacia hidrográfica do Ribeirão do Rosário em Delfim Moreira (MG): um subsídio à preservação ambiental**. Revista Brasileira de Energias Renováveis, v.7, n.4, p.441- 451, 2018.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. **Turismo de base comunitária no Brasil**. Insustentabilidade é uma questão de gestão. Revista: turismo e análise, v. 24 n. 1, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2018 – 2022. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

MITCHELL, J.; MUCKOSY, P. **A misguided quest: Community-based tourism in Latin America**. ODI: London, p. 102, 2008.

MONTEIRO, F. A.; RIBEIRO, N. P. **O patrimônio cultural da saúde: reconhecimento, preservação e mapeamento dos bens tombados no Brasil**. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v. 6, n. 1, 2013.

MOREIRA, M. A. Pesquisa em educação em ciências: métodos qualitativos. **Programa Internacional de Doctorado en Enseñanza de las Ciencias. Universidad de Burgos, Espanha**, p. 25-55, 2002.

MOREIRA, R. J. **Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 11, n. 1. p. 132. 2003.

MURESAN, I. C. *et al.* **Local Residents' Attitude toward Sustainable Rural Tourism Development**. Department of Economic Sciences, University of Agricultural Sciences and Veterinary Medicine, Romania. 2016.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. G.; FRANICALACCI, V. **O pentágono do bem-estar – Base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos**. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 5, n. 2, p. 48-59, 2000.

OGBU, J. U. **Black education: A cultural-ecological perspective**. In H. P. McAdoo (Ed.), Sage focus editions, v. 41. Black families. Sage Publications, 1988.

PANOSSO NETTO, A. **Experiência e turismo: uma união possível**. In: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. Turismo de experiência. (Organizadores). São Paulo: Editora SENAC, 2010.

PARIS, conferência geral da organização das nações unidas para a educação, ciência e cultura, 17ª sessão. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. França: UNESCO, 1 – 16, 1972.

PEGORARO, C. **Divulgação Café Colonial Sítio Serra Dourada, Delfim Moreira-MG**. 2020. 1 fotografia.

PEGORARO, C. **Sítio Serra Dourada, Delfim Moreira- MG**. 2019. 1 fotografia.

QUEIROZ, O. T. M. M. **O meio rural e sua apropriação pelo turismo**. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. (Organizadores). João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2012.

RAIMUNDO, S.; SARTI, A.C.; PACHECO, R.T. **Interpretação do Patrimônio Natural para o Turismo**: o caso do Parque da Ilha da Usina, Salto, São Paulo, Brasil. Universidade de São Paulo, 2019

RIBEIRO, M. C. **Araucaria angustifolia, Delfim Moreira-MG**. s/d. 1 fotografia.

RIBEIRO, M. C. **Geada no bairro São Bernardo, Delfim Moreira-MG**. s/d. 1 fotografia.

RIBEIRO, M. C. **Trabalhador Rural, Delfim Moreira-MG**. s/d.1 fotografia.

RODOVIAS DE ACESSO. **Google Maps. Google**. 2019. Disponível em: <<https://www.google.com/maps>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural no Brasil**: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

RODRIGUES, R. G.; DEWES, H. SOUZA, M. **Proposição para estudos relativos ao Turismo no espaço rural** In: BASTARZ, C.; ELESBÃO, I.; XAVIER, R. T. Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Análise Crítica e Tendências do Turismo Rural no Brasil (organizadores). – Porto Alegre: Pacartes, 2017.

RODRIGUES, A. B. **Patrimonio, territorio y emprendedorismo: pilares del desarrollo del turismo en base local**. Revista Aportes y transferências, v. 7, n. 2, p. 11-30, 2003.

RUSCHMANN, Doris Van de M. **O turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M.; FROEHLICH, J. M. (organizadores). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob denominação turismo comunitário. EDUNISC. Santa Cruz do Sul, p. 148 – 165, 2005.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. **Estudo da demanda turística**: experiência de turismo comunitário da microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). Revista de cultura e turismo - CULTUR, 2012.

SCHENEIDER, S. **Turismo em comunidades rurais**: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. Brasília, Ministério do Turismo, 2006.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. **Contribuições do turismo para o desenvolvimento local**. Cultur-Revista de Cultura e Turismo, v. 9, n. 1, p. 36-59, 2015.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. **Políticas Públicas, Desenvolvimento e Turismo Rural** - Iniciativas de Turismo de Base Comunitária no Bonete, Ilhabela, São Paulo, Brasil. IX Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – Citurdes. São Paulo, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS (SET-MG). **Regionalização do Turismo**. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas-e-aco/es/regionalizacao>>. Acesso em: 23 jun. 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE DELFIM MOREIRA. **Projeto**: conservador dos mananciais. Delfim Moreira, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DELFIM MOREIRA. **Construtores de nossa história**. Ed. Diagrarte – Delfim Moreira. 1ª ed. Julho 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DELFIM MOREIRA. **Informações bairro Rosário e São Bernardo**. Delfim Moreira, 2019.

SILVA, D. *et al.* Benchmarking: Prainha do Canto Verde. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 3, p. 18-32, 2003.

SILVA, J.; HESPANHOL, R. **Discussão sobre comunidade e características das comunidades rurais no município de Catalão (GO)**. Sociedade & Natureza, v. 28, n. 3, p. 361-374, 2016.

SILVA, Y. F.; A. J., M. **Turismo comunitário rural inclusivo como responsabilidade ética e moral da sociedade**. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. Teoria e prática do turismo no espaço rural (organizadores). Barueri, SP. Manole, 2010.

SOARES, J. G.; SAHR, C. L. **Ação coletiva, cooperativismo e turismo**: estudo de caso da comunidade menonita de Witmarsum (Paraná, Brasil). Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 2016.

SOLHA, K. T. **A trajetória do turismo rural em São Paulo**: um segmento turístico em desenvolvimento. São Paulo, 2016.

SOLHA, K. T. **O universo rural e a oferta da experiência de turismo rural no Brasil**. Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade, v. 11, n. 3, 2019.

SOLHA, K. T. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2004.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos**, vol. 3 – (Tradução Esther Eva Horovitz) – São Paulo: Aleph, 2000.

TULIK, O. **Turismo e desenvolvimento no espaço rural**: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. Teoria e prática do turismo no espaço rural (organizadores). Barueri, SP. Manole, 2010.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

TULIK, O.; TELES, R. M. S. **Turismo rural comunitário e a construção do saber** In: SOLHA, K. T.; ELESBÃO, I.; SOUZA, M. O turismo rural comunitário como estratégia de desenvolvimento (organizadores). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2017.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo – SP: Aleph, 2011.

VIEIRA, J. M. **Uma viagem pelo turismo: situação atual e fatores de desenvolvimento**. Lusíada, economia e empresa. 2016.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, v. 22, n. 44, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (organizador.) Una nueva ruralidad en América Latina, p. 31-44, 2001.

WILSON, S. *et al.* **Factors for success in Rural Tourism Development**. Journal of Travel research, v. 40, n. 2, p. 132-138, 2001.

ZANDONADI, B. M.; FREIRE, A. L. O. **Agroturismo**: cultura e identidade agregando renda no espaço rural. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 4, n. 1, 2016. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 4, n. 1, 30 jun. 2016.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO AOS LÍDERES COMUNITÁRIOS

NOME/ PROFISSÃO

1. Qual seu sentimento pelo bairro, você gostaria de sair daqui? Por quê?
2. Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade como fonte de renda?
3. Quais são os principais problemas do bairro? Há impactos sociais e ambientais?
4. Há moradores de fora no bairro? Como é a convivência e consideram eles da comunidade?
5. Você segue os modos de vida tradicionais, cultivo, plantio, produção de alimentos e produção de artesanato de seus antepassados? Quais são?
6. Como a comunidade se mobiliza para reivindicar suas necessidades perante órgãos como, poder público, associações, entre outros? Você já foi chamado(a) para discutir alguma ação da prefeitura para melhorar o bairro?
7. Como a comunidade se mobiliza para ajudar uns aos outros? Você acha que a comunidade participaria de ações direcionadas para o desenvolvimento local e melhorias no bairro?
8. Existem trabalhos e ações conjuntas entre comunidade local e outras comunidades ou grupos regionais?
9. Sobre a associação de bairro, saberia explicar qual seu papel no bairro. Quem são os associados, quando se reúnem, quais assuntos discutem e de que maneira apresentam as reivindicações?
10. Você acha que os moradores gostariam de participar de discussões sobre o desenvolvimento do turismo aqui? A associação poderia assumir o papel de intermediação entre os moradores e políticos através de especialistas para planejar como querem o turismo no bairro?
11. O que a comunidade faz para se divertir? Gostariam de dividir esses espaços e ocasiões com turistas?
12. Quais são os atrativos que podem atrair turistas para o bairro?
13. Quais os benefícios e desvantagens você acha que os turistas trariam para você e sua família?
14. O tema turismo já foi discutido alguma vez com a comunidade em reuniões da associação de bairro? Você sugere algo ou ação para o desenvolvimento local?

APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, EDUARDO VIEIRA LANZA, discente do Programa de Pós-graduação em Turismo da EACH-USP, estou realizando uma pesquisa intitulada de **“As comunidades rurais do município de Delfim Moreira – MG: os bairros São Bernardo e Rosário e suas características e aproximações com o turismo de base comunitária no espaço rural”**. Para tanto, gostaria que você participasse desta pesquisa, na qual me comprometo a seguir a Resolução CNS 96/1996, relacionada à Pesquisa com Seres Humanos, respeitando o seu direito de:

- 1- Ter liberdade de participar ou deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga algum prejuízo ou risco;
- 2- Manter o seu nome e de sua empresa em sigilo absoluto, sendo que o que disser não lhe resultará em qualquer dano à sua integridade;
- 3- Interromper a participação na pesquisa caso se sinta incomodado (a) com a mesma;
- 4- Responder as questões levantadas pelo pesquisador caso seja solicitado (a) para uma entrevista, onde será marcado um local na instituição, horário e data em que possa se sentir mais confortável;
- 5- Garantia de receber uma resposta a alguma dúvida durante ou após a entrevista.

Esclareço-lhe que ao participar dessa pesquisa, seu nome e cargo serão preservados. Ainda assim, toda a entrevista será gravada por voz e o conteúdo das falas será analisado e interpretado pelo pesquisador com base em teorias e documentos fundamentados no texto da pesquisa.

Poderão, ainda, haver reproduções de trechos na íntegra do discurso do entrevistado no corpo do trabalho. Esclareço-lhe ainda que o tempo estimado de sua participação será de uma hora a uma hora e meia.

A sua participação nesta pesquisa contribuirá para uma visão geral acerca do conhecimento e interesse da comunidade no Turismo de Base Comunitária no Espaço Rural.

Este Termo de Consentimento será emitido em duas vias, sendo que uma via ficará em poder do pesquisador e a outra em poder do participante.

Deixo para contato o e-mail: eduardo.lanza@usp.br, e telefone (35) 99894 5803 para que possa obter mais esclarecimentos ou informações sobre o estudo e sua participação.

Grato pela atenção,

Assinatura do pesquisador

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente Pesquisa.

São Paulo, ____/____/____.

Assinatura do sujeito de pesquisa (ou responsável legal)